

## ATA 248 PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 24 dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às nove horas, na Plenária da Casa de Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima quadragésima oitava Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela vice presidente Janaína, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: João Alves Crisóstomo - CMAS de Pirapora, Juanita Godinho Pimenta - Federação das APAES, Isac dos Santos Lopes - Federação das Comunidades Quilombolas de MG, Ivone Pereira Castro Silva - COGEMAS, Cristiano de Andrade - SEDESE, Janaína Reis do Nascimento - SEDESE, Rosália Aparecida Martins Diniz - SEE, Wilson de Sales Lana - SEF, os seguintes Conselheiros Suplentes: Patrícia Carvalho Gomes - CMAS Nova Lima, Márcio Caldeira - Assprom, Cláudia Maria Bortot Falabela - SEDESE, Marta Maria Castro Vieira da Silva - SEDESE, Luanda do Carmo Queiroga - Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, Francielly Ferreira Caetano - Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de BH, Helder Augusto Diniz Silva - CMAS de Pedro Leopoldo, Sandra de Fatima Veloso Costa Azevedo - CMAS de Montes Claros, e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Consolação Cifani da Conceição, Eliane Maria Alves Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados: Gabriele Silva SEDESE, Joana Horta SEDESE, Ana Cláudia SEDESE. **Presidente:** Primeiramente desejar um Bom dia a todas e a todos, dar início a nossa plenária extraordinária. primeiro ponto: justificar a ausência do nosso presidente Rodrigo, como todos sabem ele está num processo de recuperação de uma cirurgia, mas está participando ativamente nesse processo junto com a gente, inclusive foi ele que mobilizou essa reunião juntamente com a nossa secretária executiva Consolação, então é esse o ponto. Para gente começar um dia bastante produtivo tendo em consideração que o Rodrigo está nesse exercício junto com a gente, queria também trazer a informação que a Cláudia que está aqui junto com a gente tomou posse ontem como conselheira. Então bem vinda Cláudia (aplausos) estamos todos muito felizes com a sua participação com a contribuição que você já vem trazendo como equipe SEDESE e agora como conselheira, muito obrigada. Vamos do início então a leitura da pauta. estão todos com a pauta? Conseguem compartilhar? Estão todos agora? Vou do início a leitura da pauta. Ducentésima quadragésima oitava plenária ordinária proposta de pauta, horário 9h abertura após verificação de quórum 9:10, justificativa de ausência 9:15 apreciação da pauta e informes. pontos para apresentação e deliberação 9:20 rede cuidar 18h na verdade meio-dia, 13 :00 encerramento queria ainda fazer uma verificação de pauta e checar se tem ponto de inclusão. Patrícia, Joanita. Patrícia CMAS Nova Lima, eu gostaria de solicitar inclusão de pauta pra discussão da resolução referente ao processo eleitoral. **Joanita:** eu queria solicitar inclusão de pauta com relação a discussão do PPAG da assembleia pro CEAS levar a proposta de recomposição do orçamento, Bom dia **Ivone COGEMAS:** com relação ao procedimento do edital da conferência eu acho que a gente podia colocar aqui pra gente ta trazendo a pauta, **Presidente** obrigada Patrícia, obrigada Joanita, obrigada Ivone, **João** CMAS de Pirapora, eu queria perguntar se possível nessa oportunidade já que a pauta tá tão enxuta se esse é o momento da gente incluir na pauta da discussão fazer uma avaliação das conferências regionais. Pera aí gente eu vou retirar, a Luana ta me lembrando ainda tem conferência em andamento, tá mas eu sei que tem viu gente. **Presidente:** então obrigada pelas considerações e sugestões de inclusão de ponto de pauta. Ivone a questão do edital da conferência a gente vai trazer nos informes então já está previsto, mas estamos totalmente abertos a partir daí. Sobre os pontos de resolução de processo eleitoral queria então encaminhar pra votação pra inclusão na pauta, estão todos de acordo com a inclusão de resolução de processo eleitoral na pauta? aprovado, segundo ponto: PPAG e ponto de emenda na assembleia. Estão todos de acordo, com a inclusão desse ponto de pauta? Aprovado. Então podemos seguir com esses pontos como ponto de pauta. Terceiro ponto então edital de conferências como ponto de pauta. todos de acordo? Inclusão como ponto de pauta aprovado. Dando seguimento então aos pontos de pauta. Pauta final aprovada? Todos de acordo? Então vamos dar seguimento com justificativa de ausência, temos os seguintes conselheiros que justificaram a ausência. Damião Articulação dos povos indígenas motivo trabalho, Aloísio COGEMAS motivo férias, Cecilia Associação Quilombola Porto Pontal, motivo trabalho, Elenildes Santos- FENEIS motivo trabalho, Marleide CRP, motivo trabalho, João Vitor SEPLAG motivo trabalho, Soa CMAS Paracatu, motivo pessoal, Arlete

GRAAL do Brasil motivo trabalho, Rodrigo CRES motivo saúde, Antônio Hugo CMAS Juiz de Fora, motivo pessoal. Abrindo para informes SEDESE, CEAS, e COGEMAS, quem vai fazer os informes SEDESE é o Cristiano nosso superintendente de Proteção Social. **Cristiano** SEDESE: bom dia a todos e a todas são alguns informes, nessa semana a SEDESE participou a Ivone talvez deve falar disso também foi um evento realizado pelo COGEMAS foi um encontro estadual do COGEMAS foi realizado no auditório da PUC Coração Eucarístico foram dois dias a gente participou desse encontro com uma mesa temática no primeiro dia a tarde sobre o SUAS e a relação com o sistema de justiça de garantia de direitos, foi um encontro muito proveitoso estava muito cheio o auditório. mais cedo conversando com a Sandra a gente estava refletindo a respeito disso sobre a participação dos gestores desses encontros porque é um momento muito rico e valioso de troca de experiências e informações lá no evento a tarde eu tive oportunidade de também fazer essa reflexão junto com eles porque quando a gente tem a possibilidade de encontrar, os gestores não só gestores né técnicos e usuários. como são esses espaços das conferências também é um momento de muito aprendizado onde a gente pode ouvir de fato o que está acontecendo lá no chão do território então nessa oportunidade eu fiz lá uma apresentação sobre essa relação do SUAS com sistema de justiça e ainda na mesa estava a promotora de justiça Dra Daniela Campos que fez também uma fala muito legal muito interessante e também Simone Muququerque representando a prefeitura de Belo Horizonte a mesa também contou com a participação da Andrea Brás que é Secretária de Matosinhos e a Eliane que é secretária de Teófilo Otoni. Então foi bastante proveitoso. A gente teve já o feedback de quem participou dizendo também que foi muito interessante. Então esse é o primeiro informe. Segundo informe sobre as conferências regionais como a gente falou rapidamente aqui é só pra dar o retorno de algumas conferências que a gente participou como já foi falado aqui a gente já fez 10 conferências regionais. A próxima na semana que vem lá em Uberaba eu tive a oportunidade de participar junto com a Sandra da conferência de Araçuaí que foi muito rica pra mim foi uma experiência muito boa de participação. o local estava cheio a gente não teve maiores problemas, na verdade não lembro de ter tido nenhum problema, tudo transcorreu muito bem teve muita participação e foi tudo muito interessante pra mim, poder compartilhar isso com a Sandra também. A gente dividiu a fala de abertura o CEAS e a SEDESE e aí queria deixar isso registrado, todas as 10 conferências já realizadas tem pontos positivos e pontos negativos, mas que de uma forma geral a nossa avaliação é que tem sido muito interessante então resumindo é isso.

**:Presidente:** Obrigada Cristiano informe CEAS e COGEMAS. Bom dia, **Ivone** COGEMAS, Como o Cristiano colocou foi uma experiência de pouco tempo pra cá né que o COGEMAS tirou como realização encontros teve o primeiro encontro agora foi o segundo encontro foram quase 400 pessoas participando entre gestores e técnicos quase 200 municípios e assim uma participação muito grande de municípios associados quase 80 agora tá criando uma rede muito boa com temas que chamou muita atenção de todo mundo todas as mesas foram muito importante e muito boas, mas eu queria principalmente colocar o cenário, o COGEMAS tá articulado a nível nacional pra recomposição do orçamento de 2019 do cofinanciamento federal, teve uma reunião ampliada em outubro em Salvador com a frente nacional dos prefeitos e hoje nós já temos uma adesão da frente nacional dos prefeitos encaminhei uma carta ao presidente da câmara porque nós ainda temos um déficit de quase 50% do orçamento de 2019 com o orçamento de 2020 que é mais ainda agravante então o COGEMAS tá se articulando dia 6 de novembro tem outra audiência com a câmara dos deputados pra gente poder tá revendo essa questão do orçamento pra 2020 também e de 2019. Agora no dia 26, no dia da conferência o COGEMAS está mobilizando todos os gestores pra fazer um ato de parada de mobilização junto com o ato da conferência em Brasília que vai ser no dia 26 de novembro então a gente está motivando os gestores junto com os serviços não só fechar os serviços, mas fazer um ato político numa câmara, lá no seu espaço de atuação com os usuários. e o debate foi muito forte isso o momento agora é lutar e resistir parece até que é da outra conferência né, lutar e resistir e unir com os usuários para que a gente possa garantir o SUAS, porque de tudo que foi apresentado lá, inclusive o Bruno foi muito forte ele colocou pra nós, a perspectiva do governo nacional e como tá vindo desenhado é para extinguir o SUAS então se nós não tivermos essa unidade, usuário trabalhador nós não vamos garantir o SUAS então, Bruno é Bruno Lazarote que é professor da fundação João pinheiro, então assim foi uma palestra excelente do orçamento eu assim sair de lá mais ainda então eu trago aqui pro CEAS esse desafio nós vamos ter que mobilizar unir com todos os usuários, trabalhadores, entidades e mostrar

esse cenário porque a situação tá cada vez mais que a gente vai aprofundando tá mais caótica. Então assim o COGEMAS Tirou lá essa ação no dia 26 de novembro nós vamos parar nós vamos fazer um ato de mobilização junto em cada município cada local também unindo com o ato da conferência nacional livre lá em Brasília que vai ser dia 26 também. Então é isso que eu queria colocar aqui do COGEMAS. **Presidente:** obrigada Ivone alguém mais? Algum ponto de informe? Não? podemos seguir adiante então? Próximo ponto de pauta rede cuidar. Eu vou pedir pra gente fazer a projeção e aí a apresentação vai ser feita pela Gabriele nossa superintendente de vigilância e Ana Botelho nossa superintendente de proteção social básica. **Gabriele SEDESE:** Bom dia eu vou na verdade iniciar a apresentação, dá um panorama assim dos dados gerais, e aí a Ana superintendente de proteção social básica vai trazer questão da proposta do rede cuidar e o Cristiano também vai trazer algumas colocações referentes a inserção do ppcam nesse processo do rede cuidar, pode passar por favor Janaína. Esse slide é só um resumo do que é o programa rede cuidar e dos eixos que compõe o programa. O objetivo geral, o nome dele é programa de aprimoramento da rede socio assistencial do SUAS o objetivo instituir e fortalecer no estado mecanismo de incentivo financeiro e assessoramento técnico e qualificação para aprimorar serviços e programas projetos e benefícios ofertados pelas redes socioassistencial O público alvo são as unidades governamentais e as entidade de assistência social e aí o programa na lei foi instituído como 3 eixos então tem o eixo de diagnóstico e monitoramento, o incentivo financeiro e apoio técnico e capacitação. Pode passar por favor. Aqui traz a legislação do programa os principais pontos a gente têm a lei 22597 que cria o rede cuidar é de 2017 a gente tem o decreto 47288 também de 2017 que regulamenta a lei que cria o rede cuidar, no ano de 2017 houve a primeira resolução CIB que dispunha sobre as responsabilidades dos gestores municipais sobre o programa tem a resolução CIB 05 de 2017 o rede cuidar que pactuava os critérios de elegibilidade para aquela rodada a resolução CEAS 587/ 2017 que aprova o programa rede cuidar, também com relação aos critérios de elegibilidade e partilha eles foram deliberados pelo CEAS na resolução 602/ 2017 e agora em 2019 a Ana vai trazer um pouco do histórico mais a gente já tem a resolução CIB número 8 de 2019 que pactua os critérios de elegibilidade e partilha para o ano de 2019. Pode passar por favor aqui só pra gente ter por que o programa continua com as unidades de acolhimento institucional só pra gente ter um panorama do censo SUAS de 2018 aí o quantitativo de unidade no censo foram registradas 977 unidades a maioria do público idoso foram 420 43% e depois criança e adolescente 40% então continua a maior parte de unidade são pra esses 2 públicos o percentual de unidade por natureza é um histórico que a gente tem de participação das unidades não governamentais então 77% são não governamentais e 23% são governamentais quanto as modalidades a maioria são abrigos institucional e casa lar .Pode passar por favor. o mapa não está dando pra visualizar bem nessa projeção a ideia é de mostrar mesmo a distribuição territorial dessas unidades elas estão em todos os territórios acho que o equipamento mais frequente de unidade de acolhimento é apenas o CRAS então depois do CRAS a gente tem mais no estado registrado no censo SUAS as unidades de acolhimento. aqui soma também o id de acolhimento a época foi apresentado ele é o indicador que foi utilizado tanto para o monitoramento e pra elegibilidade nas unidades do programa então a gente apresenta novamente o que é id acolhimento então ele é o indicador baseado também no ID CRAS ID CRAS ele visa dizer do grau de adequação da unidade as normativas do SUAS a partir das respostas das unidades no censo SUAS o id acolhimento tem 3 dimensões que é gestão de atividades, estrutura física e recursos humanos. E ele varia de 1 á 4 do nível insuficiente até o nível superior então é aquela metodologia antiga do id CRAS até 2014 era nível 1- insuficiente nível 2- regular nível 3- suficiente nível- 4 superior .importante destacar que em 2017 o id acolhimento considerado incentivo financeiro era só de gestão, atividade e estrutura física agora a gente tá trabalhando com as três dimensões inclusive recursos humanos. Mais a Ana vai falar um pouco mais sobre isso. pode passar por favor é aqui não está dando pra visualizar direito aqui são só os resultados das unidades de acolhimento do censo SUAS 2018 nesse indicador então a grande maioria das unidades a gente vê o total na segunda coluna 483 unidades ficam no nível 2 regular e segunda maior parte no nível 1 insuficiente do total 307 por público também segue essa mesma lógica então por exemplo nas de idosos a maioria é regular e depois insuficiente. Nós temos poucas só 1% das unidades no nível 4 considerados superior então esse gráfico era pra mostrar pra vocês por dimensão a gente percebe maior fragilidade nas notas é na área de recursos humanos no id acolhimento. Acho que agora vou passar pra Ana pra ela dizer um pouco da

primeira rodada e já vê a segunda. **Ana Claudia-** SEDESE- Então Bom dia gente. Jana volta só um o anterior, isso. uma coisa que eu acho importante a gente ficar atento nessa análise que a Gabi começou a fazer em relação a esses dados é por exemplo: que quando a gente olha pra pessoa idosa e pra criança e adolescente a gente percebe que existe uma discrepância muito grande entre instituição que é insuficiente e regular. A gente percebe que existe a discrepância entre os dados criança e adolescente e a pessoa idosa a gente faz uma análise no sentido de que é as instituições de criança e adolescente funcionam como retaguarda do poder judiciário e precisam está sempre em dias em relação a parecer pra subsidiar questão da decisão da juíza sobre medida protetiva, e quanto ao idoso ele tem uma ausência dessa presença constante do judiciário e acaba que ele fica mais frágil em relação ao recursos humanos, é difícil você chegar em uma instituição de pessoa idosa pra ter equipe técnica de nível superior, por essa falta de aproximação e obrigatoriedade de ter pra poder tá preenchendo esses documentos técnicos, coloca essas instituições em situação ainda mais frágil e aí a gente trás pra essa rodada agora essa discursão e considera também recursos humanos porque a gente entende a importância desse investimento do que significa o profissional pra a relação direta do profissional e da oferta qualificada para o trabalho. Ana Cláudia, Então o que acontece a primeira rodada o que a gente tinha em relação a primeira rodada, sobre os critérios de ilegitimidade ,dentre os tipos de serviços que são ofertados pelas instituições de assistência social ficou definido que seria atendimento entre os três que a modalidade seria acolhimento institucional por conta da fragilidade que ficou identificada em relação ao Id acolhimento e que o público na primeira rodada seria criança e adolescente, pessoa idosa e pessoas com deficiência. Ai a gente teve na primeira rodada atendimento a 273 unidades, com o repasse do recurso. 651 criança e adolescente, 21 pessoas adultas com deficiência e 111 pessoas idosas. e a gente ficou com o passivo de 89 instituições que foram elegíveis mais não receberam recurso na rodada de 2017. E aí sobre isso quando a gente assume em julho tanto eu como Janaína Lis iaque, que é diretora da parte do serviços e tá a frente do rede cuidar, o nosso grande desafio foi encontrar o rede cuidar com uma quantidade de fragilidade no seu processo de execução e esse passível em relação ao pagamento as instituições que tinha sido elegível . E não tinha recebido até então o recurso. Então o que o primeiro exercício que a gente fez foi investir muita força um olhar muito atento como a gente ia reparar essa situação. então depois de estudar muito e pensar formas a gente se depara com uma situação que é jurídica e que colocou a gente numa situação de impedimento de fazer isso que foram os instrumentos pela parceria vencida em dezembro de 2018 e nenhum pedido de prorrogação. Então ficou com instituições sem receber recursos o instrumento que fazia a parceria vencido em 2018 e a impossibilidade de repassar recursos em 2019 do exercício de 2017 então assim infelizmente a gente já conversou sobre isso na CIB, então a gente tá trazendo isso pra vocês, porque não foi falta de vontade nem de desejo muito pelo contrário, eu estou na superintendência de proteção básica, mas trabalhei na alta complexidade por 7 anos, o Cris também a gente conversou muito sobre a importância desse apoio e vê como faria para conseguir contemplar essas instituições mais ficou impedido disso. Ai a gente tem a segunda rodada agora em 2019 a gente não tinha nenhuma sinalização ainda de recurso naquele momento tinha necessidade de prestar conta concluir a prestação de conta com a loteria mineira pra poder negociar uma nova possibilidade de incentivo financeiro da parte da loteria para a assistência e conseqüentemente para as instituições da rede socio assistencial. Vai lá Jana, o que a gente tem? A gente traz a demanda apresenta essa situação na reunião da CIB a CIB orienta sai como encaminhamento a criação de uma câmara técnica, nessa câmara técnica a gente se reúne pela primeira vez pra apresentar uma proposta dos critérios de ilegitimidade e partilha pra essa segunda rodada, vai para a CIB no dia 10 e ai quando chega na CIB a gente faz a apresentação desse material que estamos apresentando pra vocês apresenta a resolução aí quando a gente chega na parte dos critérios percebe-se a fragilidade aí entende a necessidade de volta pra câmara técnica pra reforçar esses critérios no sentido de dá segurança pra gente na execução desse programa pensando na importância da efetividade totalização do recurso público e da legitimidade desse processo. E aí volta pra câmara técnica no dia 10 e volta pra uma CIB extraordinária que aconteceu no dia 16 pra apresentar como fica a proposta depois da discussão que a gente teve naquela CIB anterior. A proposta atual depois das discussões ´na câmara técnica e na CIB é a seguinte: eu acho que é importante clarear, a gente fez uma avaliação olhando para as fragilidades da execução que a gente se deparou a gente fez uma avaliação. A rede cuidar a grande dificuldade que ele teve foi

distribuído um valor pequeno de recursos pra uma quantidade grande de instituições, o valor pequeno do recurso no sentido de pensar que \$ 30.000,00 é muita coisa mais pra realidade de uma instituição de acolhimento no ano não é. quem trabalha com acolhimento e tem acolhimento na gestão municipal ou acompanha essa rede privada socioassistencial entende que \$30.000,00 acaba que não tem impacto que a gente espera no sentido de qualificar a oferta. A gente conversou muito e entendeu que era preciso dá um passo pra trás pra poder dá passos maiores pra frente e que nessa rodada a gente estaria atendendo um número menor instituições com maior valor e aí a proposta inicial foi esta. Atender 100 instituições de acolhimento com \$100.000,00 para cada instituição porque a gente tinha conseguido pra essa rodada os \$10.000,00 (dez milhões) que foi conseguido pra primeira rodada e um valor complementar que é pra atendimento do PPCAM que é o Cris vai explicar melhor eu vou só introduzir, e aí nesse valor que a gente conseguiu total \$11.250.000,00 ( onze milhões e duzentos e cinquenta mil) então o valor maior do que a da primeira rodada e aí com esse valor maior gente garante os dez milhões na perspectiva de instituição de acolhimento porque entende que ainda são as mais frágeis da nossa rede e esse um milhão e duzentos e cinquenta mil pra atendimento do pra atendimento do PPCAM pra inovar um programa indo para a lei de incentivo financeiro que é o que aconteceu na primeira rodada, então a importância de ter essa aproximação no sentido qualificação técnica de contribuir com a discussão e com aproximação da rede privada das gestões municipais do processo de monitoramento que a gente encontrou muitas dificuldades e no processo de prestação de contas das instituições junto com os conselhos municipais e as gestões municipais e aí depois que a gente fez as discussões na câmara a gente ficou pensando como ia selecionar essas instituições no universo de instituições mais frágeis com o ID insuficiente a gente tinha 221 instituições no total, a gente decidiu que não ia priorizar um público ou outro, então continua as unidades de acolhimento só que pra todos os públicos, desde que seja instituições que atendam a tipificação dos serviços. Então as instituições que no censo 2018 se apresentam como outras porque são instituições que prestam serviços socioassistenciais á exemplo residência terapêutica que tá na saúde, essas não serão contempladas. Serão contempladas instituições que prestam assistência social pra todos os públicos. A ideia inicial era a seguinte cem mil para as instituições aí na CIB a gente tem uma contribuição de Zé que é muito rica no sentido que é assim como a gente vai fazer pra selecionar das 221 100 ?, porque a lógica não pode ser corrida pra quem chegar primeiro. Aí ele colocou porque a gente não diminui o valor e contempla mais instituições? Então considerando essa perspectiva considerando que a gente não apoia, não garante o apoio se a gente pensasse nessa lógica de quem chegar primeiro, vai chegar quem tem condições de chegar inclusive ter um profissional para preparar essa documentação pra poder se inscrever. Considerando isso a gente apresenta essa proposta final que é a proposta atual na CIB e a CIB pactua. a gente na CIB faz a pactuação E traz pro conselho hoje pra apresentar pra vocês então o que ficou no final na decisão. Que a gente vai atender, Então ficou onze milhões duzentos e cinquenta mil do incentivo financeiro, onze milhões e cem mil dividido da seguinte forma: na modalidade um que é acolhimento pra todos os públicos os critérios são menor ID acolhimento respondido no censo SUAS 2018 está inscrito no conselho municipal e no CNEAS, e aí a gente tem 221 instituições em condições de concorrer a esse recurso e fazer essa parceria e a possibilidade de pagar quarenta e cinco mil reais até no máximo cem mil por instituição, a gente vai abrir o processo pra aceitar dessas instituições aí quem estiver elegível em condições de receber esse recurso vai apresentar a documentação pra gente a partir do sistema aí esse número vai dizer pra gente que valor é esse dos dois milhões divididos entendendo que o máximo é cem mil por instituição ano. E aí tem o modalidade de acolhimento 2 que é a modalidade de acolhimento de criança e adolescente em situação de ameaça de morte do estado de Minas aí a ideia é que a gente atenda 22 instituições considerando que a gente tem 22 regionais e ter pelo menos uma instituição por regional pra garantir que a gente tenha uma cobertura em todo estado de Minas gerais no sentido de dá celeridade a esse processo do acolhimento da aplicação da medida protetiva acumulada ao atendimento PPCAM da criança e adolescente que está ameaçado de morte desacompanhado da família. Aí o Cris vai falar um pouco mais sobre isso, nesse caso o valor a ser repassado é cinquenta mil reais na perspectiva que a gente repasse o recurso pra instituição e aí em contra partida a instituição tem pra gente a vaga garantida para aquele determinado período eu vou passar a fala pro Cris explicar melhor pra que a gente tenha muita celeridade de quando a demanda chegar a gente possa atender imediatamente pra garantir a

vida daquela criança e adolescente. E aí só pra resumir os critérios na modalidade 1. ser unidade de acolhimento institucional ou em república pra todos os públicos, não ter marcado a opção outros, sem identificação de modalidade tipificada, não está entre as instituições que receberam incentivo financeiro em 2017, ter o ID acolhimento geral mais frágil ID insuficiente, está habilitado de acordo com o decreto 47228 /2017. Aí eu vou passar pro Cris para ele falar um pouco do PPCAM. **Cristiano SEDESE:** Antes eu acho que é importante a gente recuperar um pouco do histórico pra que vocês consigam compreender essa lógica de inserir e propor essa inserção do PPCAM no rede Cuidar, não sei se todos se lembram mais a gente mensalmente tem trazido informes aqui sobre a câmara técnica que foi instituída no âmbito da CIB pra discutir o PPCAM e ainda que a conselheira ela participa dessa câmara técnica e vem acompanhando mais de perto essas discussões mas é só pra recuperar um pouco então. essa câmara foi instituída porquê? na verdade essa relação entre o PPCAM e a subsecretaria de assistência social é uma relação que já dura vários anos ela já tem a mais de 5 anos que já existe essa parceria institucional entre as duas subsecretaria na verdade a partir desse ano subsecretaria porque no final de 2018 o direitos humanos era uma secretaria a SEDPAC e não integrava a SEDESE. A partir desse ano passou a ser subsecretaria então é importante lembrar que o programa de proteção ele não é um programa que está na subsecretaria. A gestão do programa então está na subsecretaria de direitos humanos que mantém convênio com o governo federal e mantém uma parceria por meio de termo de colaboração com a entidade executora do programa. A entidade executora tem uma equipe técnica uma coordenação contratada que faz todo o acompanhamento dos adolescentes que são inseridos no PPCAM em todo o processo de avaliação. Até o momento como funciona os fluxos envolvendo do PPCAM e a subsecretaria de assistência social? Quando a equipe técnica do PPCAM identifica lá no município a necessidade de fazer a proteção de uma criança ou adolescente que está ameaçado de morte precisa ser retirada da área de risco. O PPCAM faz todos os encaminhamentos necessários pra providenciar essa proteção com a família e aí eles são levados a um pouso provisório e todo pouso provisório é mantido pelo PPCAM tudo que é necessário aquela família pra sobrevivência durante a proteção é feita pelo PPCAM. Só que quando esse adolescente é atendido pelo PPCAM ele está desacompanhado dos seus responsáveis, seja porque a família não quer acompanhar seja porque está sem referência familiar seja por vários outros motivos. Ele precisa ser levado para o pouso ao lugar de proteção ele vai desacompanhado vai sozinho a SUB-BH entra em contato com a SUBAS especificamente com a proteção especial lá onde eu estou. A gente inicia o contato com os municípios que possuem unidade de acolhimento governamentais ou não governamentais pra receberem esse adolescente que precisa ser protegido precisa de uma proteção e está desacompanhado do responsável. A gente na câmara técnica vem fazendo essa discussão já a muito tempo, mas assim em média a gente realiza cerca de 60 a 150 ligações pra conseguir localizar uma unidade de acolhimento que receba esse adolescente, por diferentes motivos as unidades acabam não recebendo esses adolescentes. Muito tem haver também com a relação que existe com o sistema de justiça muitas vezes o promotor da comarca se recusa aceitar a vinda desse adolescente para o outro município a própria unidade tem uma série de receio muitas vezes por desconhecer o programa e também porque essa pra unidade de acolhimento que existe basicamente pra atender o acolhimento de pessoas do seu próprio município pra ela é um custo a mais receber um adolescente de outro município, mesmo sabendo que muitas destas unidades mantem parcerias com outros município pra receber crianças e adolescentes mais toda essa parceria muitas delas formalizadas e outras não, mas as que são formalizadas existe um custo que esse município de origem repassa para o município onde está a unidade de acolhimento. Então o que acontece a cerca de 2 anos foi aberto um inquérito judicial movido pela 23ª promotoria de justiça aqui de Belo horizonte a vara infracional que diz pra que o estado a SEDESE na época a SEDESE e SEDPAC, desenvolvesse um modelo de acolhimento para adolescente ameaçado de morte, que são inseridos no PPCAM e estão desacompanhado dos seus responsáveis, esse inquérito civil ele diz também que esse modelo deve apresentar uma alternativa de financiamento para essas unidades tendo em vista que esses adolescentes eles geram um custo para unidade que esse custo não pode ficar só pra unidade então a câmara técnica foi instituída nascido lá em 2018, ela foi instituída com esse objetivo de desenhar um modelo de acolhimento para adolescentes ameaçados de morte inseridos no PPCAM desacompanhados.com o foco no financiamento, essa câmara técnica fez 3 reuniões no ano passado mas ela parou nesse impasse

porque estado não conseguia apresentar uma alternativa de financiamento para essas unidades. Esse ano de 2019 essa questão do PPCAM foi prioridade não só pra tentar resolver essa questão e dá celeridade nesses fluxos de atendimento mas também considerando que a partir de 2019 a SUBBH integrou a SEDESE e o diálogo com a subsecretaria poderia ficar mais tranquilo mais mesmo assim continuou persistindo o impasse em relação ao financiamento porque os instrumentos jurídicos que mantem a parceria convenio da SUBBH com o governo federal e também os instrumentos jurídicos que mantem a parceria com a unidade executora eles possuem uma serie de limite que impedem o financiamento da unidade que recebe esse acolhimento. Então esse é o cenário e aí diante desse cenário mês passado quando surgiu a possibilidade de fazer e uma nova rodada do rede cuidar, a gente apresentou pra subsecretária a Janaína a possibilidade e a oportunidade de inserir dentre as unidades que receberiam os recursos do rede cuidar, unidades de acolhimento para oferta de vagas pra esses adolescentes que são inseridos no PPCAM e estão desacompanhados dos responsáveis então a gente iniciou a partir daí uma série de estudos, diagnóstico com base nas informações do censo SUAS e também sendo os critérios que a gente poderia elencar pra poder selecionar essas unidades os critérios vão está melhor detalhados, a proposta de resolução que nós vamos apresentar e também a resolução número 8 que foi pactuada lá na CIB onde a gente fez toda essa discussão inclusive como vocês viram com a participação do ministério público inclusive foram nas duas reuniões da câmara técnica o doutor Marcio Rogério e a doutora Paola e também na reunião da CIB. Então teve uma contribuição muito grande desses 2 parceiros do ministério público. Então a ideia do rede cuidar é que aquele valor que está estabelecido de um milhão e cem a gente pensou pelo menos uma unidade de acolhimento em cada uma das áreas de abrangência das 22 diretorias regionais da SEDESE a gente tem o universo de 22 de unidade de acolhimento na resolução a gente pactuou que a unidade a partir o aceite da adesão a essa modalidade ela manteria 2 vagas simultânea durante um período de 2 anos e aí tem uma série de outras condicionalidades que a gente prevê na resolução . Mas a ideia é que essa unidades então fariam parte de uma rede maior de proteção que é a discussão que a gente está fazendo na câmara técnica, porque na verdade na câmara técnica a gente parou no impasse do financiamento mais avançamos uma série de outras questões como as competências envolvendo os órgãos gestores municipal as responsabilidades das unidade que está recebendo esse adolescente as responsabilidades da subsecretaria de assistência a subsecretaria de direitos humanos e também dos atores do sistema de garantia de direitos principalmente o ministério público e o poder judiciário lembrando que na câmara técnica do PPCAM a gente tem a participação do cal da CA que é a dra. Paola participa da câmara técnica e também da COIJ que é corregedoria da infância e juventude .que também participa da câmara técnica então tem uma série de documentos que a partir da pactuação e da deliberação a gente vai retomar na câmara técnica pra montar essa rede de proteção com essas 22 unidades. Além disso também dentre das competências da subsecretaria de assistência social a gente estabeleceu que a sub secretaria ficaria com a responsabilidade área de acolhimento com uma central de vagas. E a nossa ideia é evoluir e avançar nessa discussão do ponto que a gente não só faça a regulação das vagas a partir da solicitação de acolhimento que vai chegar pra gente pra gente identificar aquela unidade que vai atender aquele acolhimento e nessa rede de proteção composta por essas 22 unidades mas também acompanhar toda a trajetória desse adolescente na rede, desde a entrada até seu desligamento e após o seu desligamento. Então a questão de inserir essa modalidade do PPCAM na rede cuidar não é só o financiamento das unidades mais toda um desenho um modelo que também está sendo discutido na câmara técnica do PPCAM então a gente via essa oportunidade de destravar já em 2019. Um dos impasses que a gente tem em relação ao PPCAM que é o maior impasse em relação ao PPCAM que é o financiamento das unidade que recebe esse adolescente ameaçado de morte até esse momento as unidades que atualmente recebem elas não tem nenhum tipo de incentivo financeiro, por isso aquela quantidade de ligação que eu citei até a gente encontrar uma unidade que consiga receber esse adolescente durante esse tempo, as vezes são dias 2,3 dias esse adolescente continua sendo ameaçado. Então resumindo é um pouco essa ideia e aí por último só explicar que tem uma diferença entre a modalidade 1 e a modalidade 2 em referência a UB porque na modalidade 2 a gente está criando como critério de ilegitimidade aquelas unidades que possuem ID maior que é ID superior ID suficiente e ID regular além disso também como critério vocês vão ver na resolução que o município onde a unidade está tem que ter um CREAS e também o município onde

essa unidade tá também tenha CAPS que é Centro de Atenção Psico Social porque muitos desses adolescentes eles chegam nas unidades com questões envolvendo saúde mental ou uso de substâncias. Então a ideia é essa, basicamente são esses os critérios e aí depois da resolução vocês vão conseguir entender melhor, acredito isso que eu expliquei. É isso. Janaina. **Presidente-** Obrigada pela apresentação Cristiano, também pela apresentação que foi feita Gabriele, Ana Claudia e Janaína Lisiaque. Então vamos dar seguimento e abrir pra debate e ponderações. O primeiro inscrito é o Helder: **Helder** - CMAS Pedro Leopoldo Bom dia a todos. Essa discussão da rede cuidar é uma discussão que já teve ano passado só algumas ponderações mesmo e dúvidas. Discutimos muito isso tentei relembra aqui até resgatar alguns documentos, mas não consegui. Primeira uma observação quando a superintendente Ana Claudia ela coloca fico muito preocupado com relação aos ID, quando ela fala de ID insuficiente e a gente atribui ao judiciário um papel que é nosso enquanto monitoramento, talvez eu posso ter compreendido errado mas a questão é a seguinte, que onde tem a participação do judiciário a gente observa a questão do ID suficiente é onde os idosos que não tem essa participação direta ID ele é insuficiente a gente tem uma discussão em questão de judicialização da assistência que tem debatido muito em câmaras técnicas em, COGEMAS, CIB e nas próprias conferências, municipais, regionais, isso tem aparecido pra gente reforçar aquilo que é nosso reforçar em termos de monitoramento de equipes de vigilância aquilo que é nosso em termos. O marco regulatório é muito claro quanto a isso se existe uma fragilidade nesse ID é dever nosso monitorar e não atribuir ao judiciário aquilo que está na esfera do SUAS. É só uma observação mesmo talvez eu tenha compreendido errado, mas queria fazer esse tipo de reflexão aqui. Outra questão também que me preocupa talvez o Cristiano ou outra pessoa possa esclarecer ou em relação a questão ao critério ID insuficiente é fica parecendo a gente já trouxe essa discussão antes que nós estamos premiando vamos dizer assim aquelas instituições que não avançaram e aí a gente tem quais são os perfis dessa instituições com ID insuficiente porque o ID insuficiente? É questão de LRF, e questão de falta de participação? Eu acho que precisamos avançar um pouco mais sobre essa discussão desse ID insuficiente não como critério único de portas de entrada porque o que eu vejo eu posso trazer exemplos, estou no processo de implantação da equipe de vigilância do Município de Pedro Leopoldo eu trabalho muito com eles fiz um estudo uma especialização aí a gente trabalha só questão de índices em relação a melhoria dos serviços como avaliar e como monitorar a questão não é fiscalização é fazer com que o serviço aconteça da melhor forma aí a gente discute vê a questão e a gente não fica limitado a questão de índice e ID acho um parâmetro muito bacana a gente até utilizou no plano municipal de Pedro Leopoldo o pessoal da SEDESE que nos mostrou os índices de vigilância e acolhimento utilizamos eles como parâmetros pra melhorar os serviços mais é questão de reflexão, como fica as outras instituições? Que sobrevivem as vezes sozinhas fazendo bingos, cursos, angariando recursos e tem um ID acima não suficiente mais estão sobrevivendo essas instituições também seriam privilegiadas com a rede cuidar. Essas são os questionamentos e reflexões que eu gostaria de fazer. **Presidente:** Obrigada Helder. pra facilitar então a gente vai fazer uma rodada de 3 manifestações então a gente segue com a resposta das equipes técnicas tudo bem? A próxima inscrita é a Juanita. **Juanita-** Federação das APAES.fui representante do CEAS na primeira reunião da câmara como lá a princípio falou que seria somente aquela reunião aí depois eu recebi a comunicação do CEAS que teria outra aí eu não pude comparecer e já justifiquei para o CEAS porque eu não estive na 2ª reunião. O conselho também já sabe da proposta do rede cuidar que eu encaminhei pro CEAS a discussão que teve na primeira reunião da câmara e quais foram as nossas contribuições e eu vi também que a gente não conseguiu avançar considerando todas as discussões que eu considerei lá e como eu acredito muito nelas eu vou trazer aqui de novo talvez no apagar das luzes a gente possa pensar novamente sobre isso porque eu vejo como uma questão de sustentabilidade do SUAS em Minas Gerais. Aí foi demonstrado pela SEDESE que o rede cuidar em 2017 teve diversos problemas. Foi demonstrado isso aqui. O maior deles a burocracia, a incapacidade da SEDESE de fazer a gestão do programa né. A incapacidade, Desculpa a dificuldade de fazer a gestão do programa e apoiar as entidades para recebimento os recursos que ficou um passivo de 89 entidades sem receber o recurso corroboro com a discussão do Elder que quando você tem um ID insuficiente significa que as entidades falou que estão desse jeito e a gente não está fazendo nada para apoiar-las as entidades fazem parte do sistema alguém tem que conversar com elas, o Estado não tem rede de atendimentos quem tem é

município, as entidades é do SUAS local não é de SUAS estadual o papel do estado é passar recurso para Co financiar, capacitar, monitorar, assessorar então considerando todas essas dificuldades e considerando que tem que passar esse recurso até dezembro, não é isso? Nós vamos mais uma vez prejudicar as entidades. Porque as entidades não têm agilidade de município, tem entidades que não tem nem computador entrar num processo de edital pra credenciamento pra repassar recurso até dezembro nós estamos em novembro. Então assim todos esses problemas que foram apresentados pela própria SEDESE aqui da primeira rodada do rede cuidar de 2017 e agora com essa oportunidade de garantir o mesmo valor pra repassar as entidade de dez milhões porque um milhão e cem é pra atender essa demanda especifica da SEDESE que buscou recurso junto a loteria pra fazer essa agilidade no atendimento ao adolescente que está em necessidade de uma proteção urgente nessa dificuldade. Então considerando essa oportunidade de manutenção desses dez milhões. Eu acho bacana essa proposta que a SEDESE trouxe de aumentar o recurso agora acho difícil a gente também, como o José Cruz trouxe na CIB das duzentas entidades como nós vamos selecionar 100 porque o tempo é curto é um mês pra fazer edital e o outro mês pra passar o recurso para entidade. A entidade tem que tá ok no Cagec com os documentos no Cagec ok se não, não consegue eu fico imaginando a gente tem que avançar no SUAS sabe conselho a gente tem que transferir esse recurso pro fundo municipal de assistência para o município selecionar as entidades que vão receber esse recurso entre tanto não desconsiderando os critérios que a rede cuidar e os critérios que esse conselho deliberar é entidade de acolhimento para idoso, criança e adolescente, pessoa com deficiência, agora é o município local que tem que fazer a gestão da sua rede o Estado é incapaz de fazer isso a gente já comprovou em 2017 né. Então assim eu vejo uma oportunidade de repassar esse recurso via fundo municipal de assistência e o próprio município chamar a rede pra conversar e a partir dali estabelecer com elas quais as prioridades, isso é responsabilidade dos municípios a SEDESE o Estado a gente não tem pernas pra atender essas entidades distante e a gente tem que chamar o gestor municipal pra fazer esse diálogo com as entidades é aí que a gente vai avançar na incorporação da rede privada no SUAS nós Estado a gente não tem essa capacidade, por isso o programa fica entre “aspas” as vezes com não tanta eficiência porque as entidades são distantes do estado. O estado tem uma função maior que é transferir dinheiro assessorar a capacitar tentar levantar o ID junto com o município. E como levanta o ID? Transferindo dinheiro já estabelecendo critérios se não as entidades não conseguem e essa estratégia que foi colocada aqui de financiar recursos humanos um espetáculo porque é os recursos humanos que consegue identificar os problemas fazer atendimento psicossocial se não fica só guarda, medicamento e alimentação. Mais eu penso que a gente tem que avançar eu particularmente na discussão que a SEDESE coloca dificuldade a impossibilidade de transferir esse recurso pro município considerando a lei eu sinceramente não consigo identificar essa dificuldade eu acho que é uma oportunidade de incrementar o orçamento da assistência e uma oportunidade de financiar proteção especial que é uma meta de deliberação da conferencia e ela não foi cumprida e um município que conhece sua rede e vai identificar ali quais as necessidades vão atender esse critério e não vai ser uma coisa de um mês 2 meses porque aí as entidades é claro que elas vão correr porque elas precisam do dinheiro. Como o Helder falou as entidades trabalham pra pagar o salário do funcionário no outro ano no outro mês. Então assim eu acho que a gente tem que pensar de uma forma mais sustentável pro sistema único de Assistência Social lembrando que todos os avanços que o SUAS fez nesse estado foi incorporando recurso de emenda federal emenda de projeto articulando com executivo pra manutenção desses recursos de emenda para os orçamentos então assim essa contribuição que eu dei lá na câmara eu não consegui e eu gostaria de da aqui nesse conselho porque se não novamente a gente vai ficar fazendo programas distante do modelo único do sistema e a gente quanto conselho estadual a gente tem que ser arrojado nas proposituras a gente já teve uma experiencia e já foi demonstrado que essa experiencia não foi bacana. Então essa contribuição que eu queria trazer aqui. Eu trouxe na câmara técnica dividi ela com o grupo de conselheiros, mas eu vi que a proposta que chegou foi de novo passou pela CIB e não conseguiu da esse avanço. Então essa é a minha contribuição que eu gostaria de colocar. **Presidente.** Obrigada Juanita. Próxima inscrita Ivone **Ivone** COGEMA. Primeiramente trata-se de um programa de fundamental importância hoje em Minas pra atender as instituições governamentais e não governamentais eu entendo que essa experiencia de 2017 parabenizar o governo porque no início do ano a gente estava aqui falando que não tinha orçamento e

a gente não sabia se ia ter esses dez milhões novamente então parabenizar porque em vez de conseguir dez conseguiu onze e cem, então eu quero de fato parabenizar pelo esforço da SEDESE aí o esforço da Janaína e o Corpo todo tá garantindo, não só o orçamento mas o recurso acho que isso é um avanço muito grande. Queria ressaltar que esse recurso não é suficiente pra todas as entidades mais acredito que a gente tá atendendo a meta da conferência sim todas as conferências que eu participei um dos pontos elencados foi apoio as entidades então se tem um programa que tem renda vindo diretamente pra apoiar as entidades esse rede cuidar é um programa que de fato tá concretizando as ações da conferência eu entendo assim. Outro ponto é que a gente gostaria imensamente eu não sei se fosse fundo a fundo eu fico olhando como é um programa tem algumas coisas muito específicas de programa não é serviço, eu acho até que podemos vencer. Até agora por andar da carruagem até o final do ano pode ser que a gente fica com os dez milhões eu não sei. É impossível a gente mudar a rota agora dentro de dois três meses a gente fazer. Eu acho que a ideia da Juanita é interessante de ser discutida, mas não sei se atende o programa ou como a gente tem que fazer isso se é na pactuação piso mineiro de ampliar mais a forma pra incluir esse apoio as entidades. Acho que fica até mais difícil pro município e pro Estado. Por exemplo repassar dez milhões pra 853 municípios qual vai ser o critério? Pra escolher esse município ou o outro? agora com 220 entidades a gente já estava achando difícil aumentar de 30.000,00 pra 45.000,00 até 100.000,00 acho que ficaria mais difícil pra 853 municípios fora o que vai passar pra aquele fundo municipal aquele valor eu acho que agora nessa pactuação desses dez milhões eu acho impossível a gente ter condições de fazer isso. A gente tem esse olhar de que quanto mais a entidade for a gestão tá lá no município. Hoje eu acho que o Caged é uma gestão desse cadastro de entidades ele pode identificar todas as entidades ele tá contemplando dessas entidades no estado mais de fato quem tá mais ameaçado dessa deficiência é o município que tá mais lidando com ela. Concordo com o Elder eu já até posicionei isso na CIB acho que as entidades elas principalmente a dos idosos que eu vejo mais elas fazem o maior esforço pra ofertar o melhor serviço e ofertar o melhor serviço pro usuário independente se ela é ID suficiente tem o cofinanciamento, ela faz bingo ela faz tudo. Eu vejo por exemplo a minha cidade, a sociedade São Vicente de Paulo tem 80 anos quando eu cheguei em 2009 ela não recebia um centavo da prefeitura e ofertava acolhimento pra 18 idosos. Não recebia da prefeitura nem do Estado nem do Governo Federal. Então como que ela fazia com o recurso dos beneficiários e campanhas, festas tudo quanto é, não foi contemplada não de ID insuficiente a gente sabe disso as entidades buscam o melhor pra ofertar pro usuário. Consegui ter um cofinanciamento municipal pra financiar 2,3 idosos são 17 então de fato as entidades pode ser como eu falei com a Gabriele tem como fazer um link e puxar lá quais entidades que tem cofinanciamento do estado, tem mais aparece no censo não o municipal aparece que tem cofinanciamento mais cofinanciamento municipal que Co financia 2 idosos. Eu acho que futuramente se a gente ficar colocando só o viés do insuficiente e não de quem tem cofinanciamento vão supor tem entidade que tem suficiente ela é insuficiente mais recebe cofinanciamento do Estado, do Governo Federal e tem ID insuficiente então tem que fazer uma avaliação se ela tá recebendo recurso do Governo Federal. Se ela recebe recurso do Governo Municipal e se ela recebe recurso do governo federal, e o índice dela tá insuficiente então é má gestão tem alguma coisa enquanto tem entidade que não recebe nenhum cofinanciamento e o ID já não é insuficiente. Então eu acho que futuramente é importante que faça esse monitoramento. E que ID de cofinanciamento e a entidade não recebe cofinanciamento do estado pudesse entrar pra ser avaliado, eu participei da CIB vi os critérios defendi a proposta de cem mil pra dá oportunidade pra mais entidades e continuo defendendo essa proposta da CIB aqui na plenária. **Presidente.** Obrigada pelas considerações Ivone. A gente vai abrir então as discussões e os pontos trazido pelos 3 conselheiros que a nossa equipe técnica possa esclarecer e trabalhar. Eu queria trazer alguns pontos, eu acho também que é importante a gente contextualizar a partir dos pontos trazidos pelos 3 conselheiros que são extremamente relevantes, a gente está vivendo em um momento muito importante e histórico pra assistência social, tanto no Estado de Minas Gerais quanto no Brasil. O contexto de crise fiscal ele é um contexto de crise fiscal nacional é um contexto pontuado no Estado de Minas Gerais, nesse cenário a SEDESE sobre a liderança da nossa secretária Elisabeth Jucá e contando muito com o meu apoio e o apoio de toda a equipe passou o ano inteiro de 2019 nesse processo de negociação junto a ALEMGO isso vem muito da força da atuação de nos conselheiros da perspectiva do controle social tanto da CIB quanto do CEAS de trazer a pauta do rede

cuidar ao longo do ano a todo momento para que isso fosse discutido a gente tivesse força para negociar isso junto a ALEMG e tivemos a vitória e a boa notícia pela escuta ativa e por referenciar esse conselho que define sim a política de Estado de assistência social num contexto que a gente trava dentro do Estado em que a assistência social não é uma política marginal e sim uma política central pra desenvolvimento. Negociamos junto com a ALEMG e tivemos a resposta em setembro. Então final de setembro estamos a menos 20 dias de uma resposta positiva que teríamos não só o recurso que foi o recurso executado em 2017 mais também o recurso adicional onze milhões e duzentos e cinquenta mil a gente poderia recuar nesse momento e dizer: não temos tempo pra executar. A gente olhou para essa oportunidade olhou para as prerrogativas do SUAS Então é importante a gente trazer isso olhou o que é decreto o que é lei e aí a gente trouxe os quadros que a gente trouxe quais são as normativas do SUAS quais são as alternativas que a gente tá seguindo e aí encontrando alternativas que tem segurança jurídica pra todos os atores e quando eu falo todos os atores são desde os ordenadores de despesas que nesse caso eu ordeno essa despesa quanto aos conselhos e quanto aos conselheiros vão assinar essas resoluções tanto na CIB quanto no CEAS pra que a gente conseguisse pensar 1. Uma alternativa exequível um contexto de crise fiscal de onze milhões e duzentos e cinquenta mil pra fortalecer a rede socioassistencial é uma vitória. É uma vitória e um compromisso com o usuário e com o cidadão estamos aqui todos para isso para pensar no usuário e no cidadão esse é o primeiro ponto. O segundo ponto dentro das alternativas exequíveis nunca vai existir alternativa perfeita. Qual é a alternativa possível e viável? Dentro desse cenário que a gente está construindo isso junto com cada um de vocês. E aí a gente pensou bastante por isso foi um exercício que junto com a equipe eu nessa perspectiva de estar como gestora e subsecretaria da assistência eu vi os órgão de controle social por isso a gente fez 2 reuniões tanto a ordinária na CIB escutou a CIB a gente precisa levar isso na câmara técnica abrir os espaços nas agendas desafiadoras de todos nós enquanto conselheiros participamos da ordinária chamamos uma primeira câmara técnica, avançamos na nossa discussão precisamos de mais discussão chamamos uma segunda extraordinária precisamos de uma nova câmara técnica chamamos essa câmara técnica então é um exercício extremamente extenuante pra todos nós encontrar esses espaços nas nossas agendas as nossas agendas são extremamente desafiadoras. Mas encontramos esses espaços e chegamos nesse ponto então criaria a resolução da CIB já foi encaminhada estamos aqui agora fazendo esse diálogo com o CEAS para que a gente siga com a aprovação sobre a questão de repasse fundo a fundo que foram extenuante mente também dialogadas estamos buscando alternativas pra isso. Estamos também vendo os processos das conferências regionais, eu acredito muito no poder positivo que a vigilância socioassistencial tem o fortalecimento do SUAS na análise de dados na ciência dos dados para a gente formular políticas públicas com base nas evidências. E uma evidência que a gente tem e tem trazido nas conferências regionais é que mais de 30% infelizmente dos ordenadores de despesas dos fundos municipais de assistência social não são gestores da assistência social eles não são, muitas vezes são os prefeitos e qual é o risco que a gente tem nesse processo? A gente tem mais de 30% dos ordenadores de despesas do SUAS municipais assistência social que não são ordenadores de despesas o risco que a gente tem de passar isso fundo a fundo, eu sou uma pessoa que defende fundo a fundo. Mas dados as evidências que eu e nossa equipe vimos no cenário da assistência social o risco que a gente tem trazido nas conferências regionais para que nós conselheiros, gestores e decisores da política pública de assistência social no Estado tenhamos em mente esse risco. A gente passar o repasse fundo a fundo e a ordenação de despesas não ir necessariamente para a assistência social essa é a realidade que a gente vê nos territórios infelizmente. Nós somos gestores não somos? A gente não vê essa realidade acontecendo, infelizmente? Então é isso que eu gostaria de chamar atenção nos debates que a gente trouxe sobre as prerrogativas do impasse do fundo a fundo esse seria o risco o debate para a gente ponderar pra gente pensar juntos aqui com base nas evidências. Sobre a questão do processos das organizações esse é um ponto que eu gostaria de trazer e a gente voltar aqui pro quadro pra esclarecimento, tanto nas reuniões como na câmara técnica da CIB quanto nas reuniões ordinárias e extraordinárias é justamente essa questão evidências, dados, temos 221 organizações que se enquadram nos critérios que tem previsto tanto na lei quanto no decreto do rede cuidar quanto na análise também do Mrosc que a gente tem feito de maneira extenuante e chegamos nessa realidade 221 organizações. Dentro dessas 221 temos que criar oportunidades para todos foi esse o racional. Então na modalidade 1 de acolhimento

das 221 organizações e dos dez milhões pra passar pra essas organizações a gente precisa olhar um valor por unidade então qual foi a solução coletiva conjunta que a gente encontrou na CIB. Reparem que a gente está olhando o valor mínimo de quarenta e cinco mil e o valor máximo de cem mil. Qual é o cenário novamente baseado em evidências, temos 221 organizações se essas 221 organizações participarem do processo da rede cuidar cada uma delas vai receber quarenta e cinco mil reais. Se a gente tiver o universo das 100 organizações que seria o inicial os pontos dentro dos pontos que a Ana Cláudia trouxe pra gente seguindo critérios de atuação da perspectiva da normativa federal em relação a acolhimento vai ter o repasse de cem mil , então a gente foi cuidadoso em garantir oportunidade de participação de todas organizações. Esse foi o ponto. Queria esclarecer por que eu senti que ficou essa dúvida sobre não incluímos as 221 organizações. Pelo contrário isso ta sendo o ponto de partida pra gente e aí sobre a questão de ID insuficiente eu pedi a Gabriele a gente trouxe isso também na câmara a gente trouxe a discussão bastante rica e profunda em relação a isso e a Gabriele vai trazer de ales. Então esses são os pontos que eu gostaria de trazer pra ponderar e tomar decisões coletivas e conjuntas então vou passar agora pra cada uma do nosso corpo técnico que está construindo de maneira coletiva e conjunta. Gabrielle. **Gabriele** – SEDESE então com relação a gente continuar elencando as unidades mais frágeis isso foi um ponto de criação o programa rede cuidar foi criado desde 2015 então foram anos de discussão sobre isso esse foi o motivo dele ter uma legislação própria porque não só a do mirosc ou o decreto de parcerias o rede cuidar fala no art 3º fala apoiar técnico e financeiro o presente entre o maior na situação de fragilidade, isso é o norte do programa ele quer apoiar as mais frágeis para que ele se adeque as normativas do SUAS porque o insuficiente as vezes nem todo mundo conhece as variáveis do ID acolhimento e a gente precisa sempre está retomando são unidades que não fazem o básico do básico das normativas as normativas por exemplo em gestão de atividades; ela não faz o plano de atividade e acolhimento, não permite visita domiciliares não possui inscrição no CMAS ,e no CMDCA pro caso de criança e adolescente em tese ela não podia nem funcionar mais a gente sabe que a realidade é outra inclusive por causa dessas dificuldades de financiamento, no caso da estrutura física ela não respeita o máximo de pessoas dormindo no mesmo dormitório não tem sala de estar nem de convivência não tem cozinha, no rh não possui coordenador algumas unidades assistente social e psicólogo são obrigatórios as unidades não tem nenhum dos dois. Não tem cuidador residente no caso de casa lar, não tem cuidador de nível superior. São as unidades que apresentam as maiores fragilidades que esse corpo técnico que discutiu e criou o ID acolhimento considerou. Sobre a questão do fundo a fundo a Janaína considerou já trouxe mais a gente já discutiu isso seria também a minha opinião a gente precisa avançar o vínculo SUAS se pudesse passar pro município e o município tivesse uma boa gestão seria ótimo, mais é o que a Ivone falou é um programa que possui legislação própria, isso foi discutido na câmara técnica aí no artigo 8º da lei ele fala que o incentivo financeiro será repassado para as entidade socioassistencial diretamente por meio de termo de colaboração e fomento seguindo de regulamento próprio que respeite as normativas do SUAS então não é uma questão de interpretação no caso das unidades governamentais ele pro fundo no caso das entidades a lei fala que vai diretamente então a gente teria que revogar a lei com a legislação que a gente tem continua na mesma forma de repasse Ana. **Ana Cláudia** – SEDESE. Então bora lá, eu fui anotando umas falas e aí eu vou respondendo a partir do que foi trazido pra facilitar esse espaço de discussão e continuar vencendo e aí em relação a fala do Elder eu não consegui me fazer entender eu não estou fazendo a relação do ID com a presença ou não do judiciário eu entendo muito bem a importância e fica muito claro a nossa competência qual o nosso campo de atuação da assistência quais são as nossas condições no campo de atuação afiançadas e do que a gente vive hoje com o serviço de assistência diante da judicialização da fragilidade e especial aos nossos CRAS que não tão conseguindo cumprir seu papel de prevenção diante da grande demanda de atender atribuições que não são suas tanto dentro da própria assistência sendo de competência que não são suas como de saúde mental de poder judiciário INSS em fim o que tá posto hoje acho que é uma discussão que precisa avançar no entendimento diante de tudo que a gente tem esse cenário hoje econômico fiscal a gente precisa não só garantir o que está previsto na NOB RH como atualizar a NOB RH porque mesmo que a gente conseguisse se a gente tivesse a proteção especial implantada em todos os municípios, a gente tivesse a saúde mental tendo dado conta das suas competências, a equipe judicial fazendo seu trabalho que tá demandando pra gente mesmo contra. Assim o CRAS hoje o que tá posto pro seu

trabalho a partir do PAIF e de seus programas complementares e o trabalho social com as famílias ele não tem mais pernas a equipe é insuficiente mesmo que está lá como suficiente na NOB. Mas em relação ao poder judiciário e a presença o que eu quis dizer foi o seguinte; quem acompanhou de perto o acolhimento, o serviço de acolhimento é um serviço extremamente caro porque ele tem duas questões uma é a garantia da alimentação o dia inteiro para as pessoas que estão lá acolhidas a quantidade de profissionais grande e qualquer projeto que você inclui alimentação ele já fica caro então o projeto precisa de garantir a alimentação de quem está acolhido e aí o que eu trouxe foi da minha vivência uma das vivências mais difíceis que eu tive que foi apoiar o ministério público e a vigilância sanitária na interdição de abrigo de idosos por maus tratos depois de ficar muito tempo apoiando, apoiando indo lá orientar porque mesmo a rede privada que cobra um valor muito alto quando a vigilância chegava junto com a gente e fazia esse trabalho intersetorial muito rico porque a gente consegue fazer esse trabalho pelo olhar a partir da competência do outro profissional sempre que chegava na instituição o profissional de nutrição da vigilância sanitária voltava pra gente e dizia o que está sendo produzido de alimentação na cozinha não é suficiente pra quantidade de pessoas que estão aqui acolhidas então as pessoas estão comendo menos que precisavam comer mesmo nas instituições particulares e lucrativas que não era nossa rede. E quando eu digo da presença do judiciário é o seguinte o acolhimento de criança ele é retaguarda do judiciário porque quem aplica a medida protetiva é o judiciário ele precisa revisar essa medida e ele tem prazo máximo pra isso é temporal então a instituição de acolhimento ela precisa do profissional de nível superior pra poder fazer os pias pra responder o judiciário e dá o parecer pra apoiar a decisão do juiz. A gente quando fala do idoso a gente não tem isso essa revisão da medida e a gente precisa de muito, muita, muita força trazer pra mesa a discussão de que acolhimento de idoso a medida de acolhimento pra pessoa idosa também é provisória. A gente tem recentemente um movimento do governo federal que começa fazer esse exercício de se aproximar da rede privada a gente teve aqui em Belo Horizonte um encontro acho que no mês passado mas o que me assusta é usar a nomenclatura ILPI, isso me assusta porque não está previsto isso na tipificação a nomenclatura não é essa pro serviço ILPI significa Instituição de longa permanência e acolhimento de idoso não pode ser de longa permanência a gente fala isso que tem que ter a equipe de nível superior lá pra fazer o pír o trabalho com a família que esse idoso tenha a possibilidade de sair . O poder judiciário ela provoca que na falta do recurso o recurso é realmente muito pouco e tá ficando cada vez mais difícil porque mesmo quem financiava ou até mesmo apoiava financeiramente porque as instituições não governamentais elas vivem disso, também tá tendo a dificuldade de fazer agora devido a situação econômica se eu conseguia fazer a doação de 50,00 cinquenta reais hoje eu não consigo mais faço de 25,00 vinte cinco no mês, é uma realidade de todo mundo todo mundo está com o bolso apertado, aí as instituições tão pagando por isso e os usuários também o programa nessa rodada é uma coisa que a gente trás além de rever a questão do valor pra gente ter um efetivo impacto no sentido de fortalecer de qualificar o serviço e aí a gente fala na previsão de recursos humanos justamente pra isso o programa com esse recurso agora prevê a contratação de recursos humanos é para que a gente elabore os pias é pra que a gente implante o trabalho com as família ,pra ultrapassar praticas históricas por exemplo prevê que o dia da visita é quarta feira a tarde e a pessoa não pode, porque está trabalhando então ela não vai visitar o idoso nunca porque não tem essa previsão de ter hora certa pra isso quanto mais for melhor, quanto mais for fazer parte da vida do idoso e da criança melhor acompanhando da criança também, acompanha na visita acompanhando na escola é isso que precisa acontecer, melhor para o processo de integração de fato. Aí a primeira coisa é isso em relação ao judiciário não é a comparação ao ID, e de trazer uma competência que não é nossa é porque a criança consegue que ter essa diferença no ID tem uma exigência de ter uma equipe técnica de nível superior que a gente não conseguiu garantir que o acolhimento do idoso tenha, sobre a questão que Juanita traz em relação as fragilidades da rodada. A gente tem essa realidade a gente não tem como mensurar, porque a rodada está em execução ainda tendo começado em 2017 a prestação de contas não foi concluída então a gente tem que fazer ainda uma avaliação real daquela primeira rodada, mas só por isso por ter começado em 2017 o processo de prestação de contas não foi concluído ainda. A gente já está terminando 2019 e não ter conseguido encerrar essa execução já fala muito. então a gente tem fragilidade desde o momento de legislação e a gente se deparou com isso a gente se assustou quando o recurso chegou a gente vai precisa correr pra dá conta das adequações

que são possíveis agora tanto é que na câmara quando a gente encerrou as atividades, eu coloquei que eu entendo que a câmara da CIB não encerra a lei ela precisa continuar pra continuar fazendo as adequações para terceira rodada porque o que a gente vai fazer agora é o que é possível fazer, mais vai continuar com fragilidades. E quando a gente fala o que é possível fazer no sentido de respaldar o que a Janaína trouxe o que executa e o que responde pela execução do programa, eu concordo que o SUAS tem uma execução municipal a execução em vias de regras é pro município a gente precisa fazer um trabalho de fortalecimento dos conselhos municipais de fortalecimento das gestões municipais, pra que esse dialogo aconteça com a rede privada pra que a gestão municipal incorpore o entendimento da responsabilidade pela rede privada inclusive de financiamento. Quando a gente propôs os cem mil foi tido por referência o que hoje é repassado pelo governo federal pra instituições de acolhimento dos municípios que fizeram reordenamento porque a gente entende que minimamente é o que é possível menos do que isso fica difícil a participação do estado nesse processo de cofinanciamento, não é um cofinanciamento mais é um apoio financeiro o que é possível a partir do programa porque quem executou diretamente o serviço de acolhimento, quem fica com o grande peso da manutenção do acolhimento é a gestão municipal quando ela executa diretamente e quando ela não executa indiretamente é a instituição, não existe um entendimento que a gestão municipal precisa estar presente ela entende que aqueles profissionais são da assistência e eles precisam ser capacitados também quando tiver a oportunidade e que ir lá uma vez por ano pra preencher o censo SUAS não é suficiente. E aí a gente prevê a questão de recursos humanos nas instituições mas não só, a gente conseguiu negociar com a lei um valor a mais de cento e cinquenta mil reais, pra gente fortalecer esse processo de monitoramento e prestação de contas junto com as instituições para contratação de uma empresa pra fazer este trabalho e aí só pra esclarecer a gente não está passando a responsabilidade do Estado pra instituição a gente tá trazendo uma instituição que de pra gente condições de monitoramento inclusive em loco. Porque a gente precisa repassar os recursos com responsabilidade que esse recurso está sendo executado e a gente também vai responder por isso caso seja executado de forma equivocada. E aí eu trouxe já a gente entende a importância da câmara técnica da CIB continuar, pra continuar esse olhar para as fragilidades e propor as adequações pra terceira rodada não pode mais uma vez esperar e ficar nesse sufoco que a primeira rodada foi do dinheiro chegar no final do ano e a gente correr pra fazer as celebrações e a gente está vivendo isso novamente agora e a gente não pode esperar pra viver de novo quando chegar a terceira rodada a gente precisa de uma atuação continuada a partir da CIB pra fazer as adequações necessárias. Eu acho que é isto espero ter respondido, qualquer coisa estou aqui a disposição. **Presidente:** Obrigada Ana. **Cristiano.** Só pra complementar rapidamente isso que a Ana e a Gabi já falaram chamar atenção de alguns pontos o ID acolhimento insuficiente isso que a Gabi e lembrou um dos objetivos do rede cuidar mas necessariamente é o que a Ana falou também a gente precisa melhorar o monitoramento e fazer uma avaliação dos impactos e dos resultados da primeira rodada pra identificar de fato se o incentivo financeiro foi suficiente pra melhorar o ID dessas unidades não só os ID mas as variáveis e tudo que foi previsto e pactuado com as entidades ao longo dos processos que a gente tem de fato é isso uma dificuldade de fazer esse monitoramento até o ano passado mas a questão do ID insuficiente é isso é como incentivo pra melhoria daquela unidade e daquela entidade é bem isso o critério de ilegitimidade não é de ser insuficiente não é uma forma de premiar é de incentivar melhoria do serviço, mais só o incentivo financeiro não é o suficiente, o Estado precisa prestar o apoio técnico foi o que a Ana falou além disso a gestão do município ela tá envolvida nesse processo por que ela também ela pactua responsabilidades, também reforçar o que a Ivone e a Janaína trouxeram do momento que a gente vive e da urgência que a gente tem concordando com que a Juanita traz a necessidade de fazer uma discussão e também aprimorar o programa, seja como a Gabi falou de fazer uma revisão na lei, mas também talvez uma possível terceira rodada também é uma discussão mais aprofundada isso é questão de tempo que a gente tem foi o que a Janaína explicou eu também queria deixar registrado que o esforço da SEDESE lá na superintendência de proteção especial junto com a proteção básica e a vigilância do FEAS com a Claudinha aqui foi feito um esforço muito concentrado em pouquíssimo tempo a gente tem demandas gigantescas super complexas que estão acontecendo nesses meses de setembro e outubro e a gente se debruçou a pensar nesses critérios e fazer as propostas que foram lá pra CIB e a gente tá trazendo aqui agora. Foi feito um esforço gigantesco no caso do PPCAM a gente teve que fazer vários estudos pensar e refletir a respeito disso,

na verdade é assim a partir dessa deliberação o trabalho vai ser triplicado pra gente no caso da SEDESE. No caso do PPCAM mesmo fez essa proposta de inserir PPCAM mais vai ser um trabalho gigantesco que a gente vai ter aí é bom pensar nisso que não é só a parte de recurso que a gente tá propondo tem uma série de outras coisas aprimorar esse monitoramento das entidades é técnico né, no caso do PPCAM ainda mais, mais do que um incentivo financeiro a gente tá propondo uma rede de proteção tem outros atores envolvidos, tem o ministério público tem o poder judiciário. Então a gente vai ter que retomar uma serie de discussões que estavam paradas e o trabalho vai ser triplicado. Então é uma proposta que a gente tá fazendo é um desafio muito grande pra gente. Mais como a Janaína falou, a gente aceitou esse desafio a partir dessa oportunidade com o recurso que foi disponibilizado e fez toda a movimentação necessária, técnica para que a gente conseguisse apresentar na CIB e trazer isso aqui hoje. Então é só para deixar registrado. **Presidente:** obrigada Cristiano. Então vamos passar agora para a segunda rodada de inscrições. Sandra por favor. **Sandra** CMAS De Montes Claros. Primeiro parabenizar o esforço que a SEDESE fez em buscar o recurso acho que é significativo, lembro quando na reunião de agosto a gente discutiu o PPAG, que não apareceu a rede cuidar. Foi objeto de discussão aqui na plenária e colocado a importância do programa, e talvez a gente pecou que naquele momento a gente não discutiu a forma dele chegar até os municípios porque eu comungo com a fala da Juanita . eu penso que o recurso tem que ser fundo a fundo quem executa a política é o município então mais do que correto que esteja lá. Hoje tem toda a lei do marco regulatório que pode ter as seleções dos planos de trabalho, acompanhamento, monitoramento tanto por integrantes do conselho porque a comissão do marco é formada por representantes do conselho com toda gestão que tem lá a sua comissão também do marco regulatório. Eu penso que ainda tem que repensar se a tempo que esse recurso vá a fundo apesar que está dizendo que esse recurso vai até setembro, também para as entidades vai ser muito difícil apresentar planos e entrar em todos os critérios que é colocado até dezembro, preparar documentação. Eu penso que a gente tem que avaliar isso aí, me preocupa eu não lê todo o decreto aqui mais qual o momento da seleção que isso vai chegar no conselho municipal porque eu entendi que no relatório final da prestação de contas ele passa pelo conselho, mais ele passa só no final? Só no momento lá de apreciar a prestação de contas? Como que o controle social ele não participa do processo de seleção. A SEDESE faz a seleção e depois lá o controle social tem que aprovar a prestação de contas. Eu acho que foi isso aí que eu entendi, posso estar equivocada porque eu não consegui lê o decreto todo porque a letra é muito pequenininha, eu vou me debruçar sobre isso aí porque isso é um problema. Deixe me vê aqui, tá. Com relação ao PPCAM eu não to colocando mal gosto não tá, eu fiquei preocupada desde que o Cristiano falou isso comigo lá em Araçuaí eu fiquei pensando isso aí e fiquei esperando o momento do discurso, porque a gente sabe que o grande problema dos municípios é a questão dos custos. Criança e adolescente vão gerar de fato um custo, mas eles também vão gerar insegurança o adolescente ameaçado de morte. Nós já passamos por experiencia em unidades destas lá em Montes Claros. Meninas marcadas pelo tráfico na lista do tráfico pra serem assassinadas e quando elas entraram na casa de passagem nós tivemos muitos problemas, porque elas colocaram funcionários as meninas que lá estavam todos em torno em situação de risco. Eu acho também Cristiano que tem que ser pensada e acredito que vocês já estejam pensando nisso aí. Eu fiquei pensando vai passar pra unidades 50.000 (cinquenta mil) esses cinquenta mil é o que? E valor único é mensal, como é qual o tempo que esse adolescente vai ficar nessa unidade de acolhimento do município? Eu sei que tem toda relação com a justiça, mas penso também, claro não quero resposta aqui mais isso é muito claro e tem que ser passado pro município porque se não a gente tá passando cinquenta mil pro município, não sei se é mensal, se é 2 meses, se é parcela única, se é anual, mais a gente tem que porque estamos passando um problema pro município a gente tem que ver se eles vão saber lidar com isso posterior. **Presidente;** obrigada por suas considerações Sandra. Próxima inscrição Marcio. Bom dia a todos **Marcio** ASPROM. Primeiro eu gostaria de estar colocando que eu recebi o convite da SEDESE para as reuniões da câmara e por uma questão de agenda eu não consegui comparecer nas duas nem na ordinária nem na extraordinária. Também faço coro com todos aqui também com relação a eficiência no trabalho de captar recurso numa plenária a gente não tinha informação e chegamos agora com dez milhões pra ser portado pra rede cuidar tá onze milhões e cem né tá. Então acho que isso é extremamente salutar nesse momento dada a questão do arrocho fiscal que a gente tem no no Estado. Em relação a alguns pontos quando se coloca ali na unidade um

CNEIAS me chama muita atenção porque semana passada eu trabalhei na base de entidades cadastradas no CNEAS em Minas Gerais e lá se tem cadastro por ofertas e não somente por CNPJ e são mais de quatrocentos mil e quatrocentos cadastros dentro da base do CNEIAS em Minas Gerais. Desses aí apenas um em torno de mil e duzentos mil e cem que estão em fase de concluído, ou seja, cadastro concluído ou seja nós temos mais de 3.000 três mil que não estão concluídos e o processo de inscrição no CNEIAS ele é da gestão então nós temos aí um complicador nesse sentido. Como é que esse processo vai ser avaliado nessa situação. Outro ponto, eu acho que quando o Elder coloca aí a questão do ID insuficiente a gente tem uma leitura que já foi colocada aqui por outros conselheiros e pela própria equipe técnica da SEDESE, acho que não dá pra ficar repetindo muitas questões, mas quando a gente tem uma entidade que apresenta algum modelo de insuficiência seja na oferta, na gestão, ela precisaria desse apoio para melhorar seja na gestão da própria rede, melhorar as condições dessa oferta, seja ponto de vista da gestão ou do ponto de vista da oferta técnica mesmo. Pegando um exemplo de Belo Horizonte e a gente trabalhou muito junto com a gestão, a gente conseguiu dentro da estrutura de Belo Horizonte instituir uma gerência de apoio as entidades privadas, justamente com esse foco de fomentar o desenvolvimento da gestão e os entendimentos das questões legais. Em relação a questão do Marco Regulatório etc.: e aí durante todo esse percurso que a gente tem com o município a gente tem sempre escutado a palavra parceria, parceria que está fundamentada no marco regulatório parceria. Só que tem que resgatar aqui e dá nome à pessoa que é a Cristiane Felipe a nossa ex conselheira aqui ela traz um conceito de parceria que vai muito além do marco regulatório como o SUAS é um sistema único, todas as entidades do sistema são parceiras, não somente aquelas que tem um instituto um termo de colaboração assinado ou um termo de fomento assinado então pra que a gente possa fortalecer essa rede a gente precisa ter esse apoio das entidades pra que ela saia desse patamar de insuficiência. Acho que isso é um papel extremamente importante dado a característica da rede cuidar pela própria legislação que é transferência de recurso através de termo de colaboração, então caberia sim a gestão desenvolver alguma linha mais ativa nesse aspecto com divisa de melhoria nessa gestão porque se é um modelo de marco regulatório se a entidade apresenta um ID insuficiente por exemplo é um ponto de vista de organização da sua gestão, ela não conseguirá jamais fazer uma adesão do marco regulatório porque ela não tem essa característica de já preenchida esse requisito de habilitação preenchida é correr atrás do rabo você não vai conseguir resolver a situação, tem que ultrapassar esse limite pra que a gente possa superar essa questão de insuficiência. Eu gostaria também de pensar com muita cautela porque o que foi trazido aqui 89 entidades na etapa passada ficaram sem o financiamento e na época era em torno de 30.000,( trinta mil) pra cada uma dessas entidade o recurso estava previsto e não foi repassado esse recurso retornou para uma outra aplicação uma outra fonte do Estado. Ele estava disponível o recurso não está mais disponível era referente aos 89 oks. Se a gente não tomar o devido cuidado nesse momento a gente vai ter novamente esse retorno desse recurso que foi arduamente trabalhado, então temos que buscar uma forma que esse recurso ele permaneça junto a SEDESE até mesmo não sei qual seria a alternativa jurídica ponto de vista a questão de orçamento que se a gente não conseguir implementar esse recurso que ele seja objeto de reprogramação pra 2020 que a gente não perca esse recurso pra que a gente fique junto a rede que ele fique junto ao nosso fundo não sei pra que a gente possa tá utilizando ele na sua totalidade que não seja retornar a outra fonte. Eu acho que isso é extremamente importante porque nós teríamos aí um espaço de tempo muito curto pra resolver essas questões. Eu acho que Juanita traz aqui a questão de fundo a fundo né foi até uma situação que a gente verificou uma das plenárias anteriores, que a gente tinha uma lei estadual que institui a rede cuidar mais a gente tem uma vinculação de receita pra ela não tem uma cobertura legal de vinculação de receita então houve um trabalho todo de articulação da SEDESE pra que haja a vinculação de receita neste momento, mais a gente precisa desenvolver algum mecanismo de continuidade dessa receita. Uma vez que o recurso tá sendo reportado por exemplo: pra pagamento de recursos humanos e tem uma oferta que é continuada nas entidades que ela gera passivos pras entidade se a gente tem uma interrupção do repasse em função de não ter uma receita que vai vincular esse programa a gente pode ter um problema gravíssimo lá na frente ,porque a gente tá permitindo a contratação de recursos humanos então a gente tem toda uma legislação trabalhista que está atrelada a isso para rede privada. Importante a gente pensar nessas alternativas nesses mecanismos de segurança jurídica também pros parceiros, entendeu? Então acho que isso é

importante a gente pensar e eu gostaria também, eu não sei, a composição desse ID de acolhimento, quais são os itens que faz essa composição só pra gente ter esclarecimento. Obrigado. **Presidente:** obrigada Marcio por suas considerações. Próxima inscrição Juanita. **Juanita** Federação das Apaes. Primeiro eu queria colocar algumas reflexões considerando as falas que foram colocadas aqui e principalmente porque o CEAS Conselho Estadual de Assistência Social tem obrigação de zelar pelo SUAS. Esse é o nosso compromisso, zelar pelo funcionamento do sistema e nós já sabemos como o sistema deve funcionar. Então e quando a conselheira representante do COGEMAS coloca aqui pra quais os municípios eu vou transferir em meio os 853. Os próprios critérios já trazem pra gente se for 45.000 (quarenta e cinco mil) 221 municípios, se for 100.000 (cem mil) cem municípios, recurso que vai pra fundo municipal não é só de serviço, Governo federal repassa recurso pros fundos de programas também, não tem nenhum empecilho pra que isso aconteça quando a secretária coloca que essa articulação que foi colocada que foi conseguida em setembro com o compromisso de executar o recurso claro que a gente entende tudo isso em hipótese nenhuma a SEDESE não ia perder esse recurso. Eu não estou falando disso e como ela disse foi a proposta que foi possível apresentar considerando todos os dificultadores apresentados aqui e eu ratifiquei esses dificultadores. Agora a nossa função é de zelar por esse sistema e esse sistema não está correto a gente não pode manter um sistema que não está funcionando de acordo com os princípios e as diretrizes deles o Estado não tem rede de entidades estadual, eu volto a falar aqui, não tem. A rede estadual de entidades do Estado são as casas lares que atende pessoas com deficiência acolhidas da extinta FEBEM essa é a rede privada estadual não tem outra. A rede socioassistencial é do município como é que a SEDESE o Estado vai passar direito pra entidade sem o conselho municipal ter conhecimento, como é que vai passar depois o conselho se manifesta com relação a prestação de contas. Tudo bem a lei tá lá passa por meio de termos de parceria que é o que a MIROSC garante agora a SEDESE tem como, (isso é na minha opinião é óbvio né), por meio de uma resolução e foi regulada em 2017 a resolução 48 de que forma que ia fazer isso por meio de adesão é claro que eu não estou aqui colocando em xeque a opinião dos advogados das pessoas que foram ouvidas da decisão da SEDESE em está colocando porque é ela que faz a gestão do programa. O que eu estou colocando aqui é esse não é o SUAS que a gente tem que zelar não é o SUAS. Eu não estou falando aqui que a gente vai perder a oportunidade que a gente vai passar os critérios de ilegitimidade recursos pra entidades não estou falando que enquanto a gente pensar do sistema, não tem ninguém pra conversar com as entidades, recorrer ao estado uma entidade que tá muito longe 80km é dificultoso, tanto que estão contratando uma empresa pra monitorar o programa pelas dificuldades que a SEDESE já demonstrou em 2017 de fazê-lo e como a própria superintendente colocou ainda não tem a finalidade da prestação de contas, mais a gente tem um quadro de 89 que não foi possível repassar então eu estou falando aqui que com relação a essas questões que eu estou colocando independente do que foi possível colocar da proposta que foi traga, é claro que nós vamos aprovar, o que eu estou falando aqui é que nós estamos corroborando com o repasse de recurso que não foi o que o SUAS colocou é disso que eu estou falando. E quando eu falo da oportunidade é que a gente tem que buscar mesmo que a legislação nossa está desatualizada está caduca mas ela está atualíssima que ela é de 2017, mas a gente come mosca mesmo e talvez esse conselho comeu a própria SEDESE comeu mas em fim na hora de preparar a lei só que passou a primeira rodada, a segunda rodada a gente vai aprovar do mesmo jeito em questão da tempestividade não á tempo pra fazer aí nós vamos de novo não pensar no modelo único que foi posto pelo sistema. Aí 2020 vai chegar a terceira rodada e se for a tempestividade também a gente vai manter. Qual é o controle social que a gente tá fazendo? É isso que eu trago aqui pra esse conselho é óbvio que a gente não vai ser irresponsáveis esse colegiado de não aprovar o recurso o repasse para as entidades. Porque da forma que a SEDESE não foi responsável de conseguir o recurso em setembro secretária trazer uma proposta. Nós não vamos trazer isso aqui. O que eu estou falando é que esse não é o modelo único que aprovamos em 2015. **Presidente:** obrigada pelas considerações Juanita. A gente vai abrir aqui pros comentários da equipe, **Marta** SEDESE: Juanita a gente tem muito tempo de militância na área da assistência social, mas eu vou ter que discordar de você. Primeiro que a rede não é do estado ou do município a rede é do SUAS então ela aderiu a um vínculo SUAS, segundo o estado não tem uma rede do estado as casas lares não são uma rede do estado. É uma rede conveniada que o estado buscou entidades que prestam serviços para um convênio que presta serviço do estado com essa rede que

presta serviço tanto pro estado quanto para o município, terceiro nós não estamos falando de prestação de serviços, nós estamos falando de um projeto de incentivo ao reordenamento dessa rede que tem demonstrado ao longo do tempo uma rede que tem dificuldades e precariedades portanto é um recurso de um projeto não é um recurso continuado que vai apoiar os serviços é um projeto é um programa que vai apoiar a melhoria de qualidade na oferta dos serviços. Então a SEDESE não comeu mosca quando propôs o repasse na lei direto para as entidades porque são entidades que compõe a rede SUAS e pode ser repassado. Segundo: Se é um incentivo e o reordenamento dos serviços devido as condições físicas estruturais de gestão de recursos humanos não a nenhum impedimento que a gente repasse nós não estamos na lei desconsiderando as instancias de pactuação de controle social. Tanto que nós estamos aqui conversando com o órgão do estado que é responsável pelo acompanhamento da política. Quando em 2017 se propôs isso, foi exatamente para não criar uma situação em que o repasse era da loteria que o estado está recebendo, é inusitado nesse país que nós estamos fazendo não existe nenhuma outra experiencia nesse país de concurso de prognóstico repassar dinheiro pro fundo de assistência social, primeiro eu queria chamar atenção disso a caixa econômica federal poderia está repassando pra gente pro Governo Federal as loterias Estaduais isso foi inédito que conseguimos conquistar aqui isso é previsto na lei que tenha um fundo esse repasse da gente receber repasse de concursos de prognósticos e a gente nunca conseguiu. Então eu acho que é importante defender ineditismo disso, segundo o que nós temos não se comeu mosca no caso que é a rede privada o município tivesse que conveniar com a rede de um recurso de esfera estadual que não é pro recurso é pro programa mesmo. E ele foi concebido e criado dentro da lógica de incentivar aquelas entidades que estavam com a pior situação que é o ID a gente pode até renumerar que compõe o ID que foi amplamente discutido naquela ocasião, mais acho que se for preciso passou por aqui renumerar que é importante que todo mundo fique seguro pra votar pra tá votando numa coisa que foi construída tecnicamente. Então assim eu não acho que a gente precisa revisar a lei. Acho que a gente precisa ter a segunda experiencia da rede cuidar porque eu acho que a gente tem pouca avaliação do resultado disso. Acho que a gente precisa incentivar, avançar e viabilizar isso. Agora a gente pode criar uma rotina, mecanismo de relação com os conselhos do CEAS com os conselhos da SEDESE com o CEAS se for preciso mais amiúde pra gente dá conta de acompanhar de forma mais rotineira se for o caso, a gente vem aqui presta conta semestralmente, acompanha tudo mas se vocês sentem necessidade a gente pode até discutir a construção disso porque inicialmente é de um ineditismo que a gente ta vivendo então eu queria trazer isso. Desculpe Juanita mais eu tenho que discordar é só trazer esse contra argumento eu não queria com isso citar uma réplica é que eu entendi todos os seus argumentos, entendi todos os argumentos, a lei tá clara é do município pública municipal o repasse é pelo fundo e como é do município quando é da rede particular repasse é direto do estado. Agora a gestão do rede é do município sim mais a rede não é, nós trabalhamos na lógica do pacto federativo a gestão de tudo é compartilhada então a gente proclama tudo pra gente aprimorar o processo de gestão compartilhada disso tá. **Presidente** obrigada Marta. **Cristiano** SEDESE, tentar pegar alguns pontos aqui que a Sandra trouxe nos comentários realmente são questões que a gente vem discutindo. Discuti na câmara técnica essa câmara técnica que passou os critérios de ilegitimidade e partilha mais são questões que já vem sendo discutidas também na câmara técnica do PPCAM. A questão da segurança é bem discutida nessa câmara técnica ela é uma questão bastante delicada tem vários pontos envolvidos passei alguns pontos aqui primeiro: a questão é a seguinte o adolescente que está inserido no PPCAM e que vai pra uma unidade de acolhimento, ele está desacompanhado dos responsáveis, então ele vai já numa situação de vulnerabilidade agravada com ameaça de morte ainda mais estando desacompanhado dos seus responsáveis então o estado assume essa responsabilidade de fazer o acolhimento desse adolescente. Quando ele vem pra unidade ou pra entidade esse adolescente vai adolescente ele não vai adolescente ameaçado de morte porque a ameaça fica no município onde aconteceu a ameaça a área de risco. Essa é a essência pelo menos de todo o trabalho que é feito pela equipe do programa e é o esforço todo que existe é logico que tem várias questões envolvendo isso aí que na pratica a gente sabe que é as dificuldades que existe mais assim nas discussões técnicas onde está eu tive a oportunidade de participar com os atores essa é uma discussão que a gente faz. Adolescente é adolescente quando ele é acolhido ele é um adolescente que está em acolhimento ele não é um adolescente ameaçado de morte acolhido porque a ameaça fica , a intensão é tirar ele do município

onde foi ameaçado é justamente fazer a proteção que saia da área onde está a ameaça. Então esse é um ponto. O outro ponto é que é assim eu vou trazer só uma contribuição bem rápida porque é assim a minha trajetória profissional alguns já ouviram eu sou professor de formação trabalhei como professor efetivo do estado todas as escolas que trabalhei foram em áreas de muito risco estive em contato com adolescentes durante 20 anos. Adolescente ameaçado de morte pode trazer uma série de situações pra unidade mais adolescente é adolescente. Me lembro de uma fala do Fabricio do conselho regional de psicologia que me marcou muito. Adolescente em conflito com a lei por si só é uma situação que realmente, adolescente todos nós já fomos uns davam mais trabalho que o outros eu dei bastante trabalho me lembro bem como era minha adolescência e colegas. Mas adolescente em conflito é inerente do adolescente o que não está em conflito está com algum problema mesmo as unidades que não recebem adolescentes ameaçados de morte existem várias questões né vou reforçar a ideia que a gente precisa melhorar muito a gente que eu falo é o estado, não só o rede cuidar aqui está previsto o rede cuidar a proteção especial precisa melhorar muito esse acompanhamento, esse apoio técnico e essa capacitação para as entidades não só o apoio financeiro mais contribuir com as unidades pra que elas possam também fazer um trabalho de qualidade. Porque nem sempre existe um novo nas unidades de ID insuficiente as vezes ela não tem tanta responsabilidade assim, porque tem vários fatores que interfere nisso aí. Tem um outro fator também que a gente precisa pensar a gente tem feito essas discussão desde o início do ano estive nas conferências muitas dessas unidades de acolhimento os municípios onde as unidades estão não têm CREAS então a unidade meio que está sozinha lá não tem referência de média complexidade pra fazer esse apoio. Então tem uma série de fatores que contribuem. A outra questão é a seguinte: essas vinte duas unidades que a gente pensou, esse limite de vinte duas unidades pra fazer o acolhimento desses adolescentes, assim como as unidades que já fazem esses acolhimentos, já tem anos que isso vem acontecendo, esses adolescentes são acompanhados tanto para equipe da unidade normal e o adolescente ameaçado de morte a equipe do programa de proteção também faz esse acompanhamento o adolescente da unidade é acompanhado por duas equipes a equipe técnica do programa de proteção e a equipe técnica da unidade de acolhimento também, a gente precisa melhorar essa interface e toda essa discussão tá acontecendo também na câmara técnica. De novo essa questão do rede cuidar o PPCAM do rede cuidar é só um dos aspectos na verdade o modelo todo de acolhimento pra esses adolescente tanto na câmara técnica quanto na CIB está fazendo uma discussão muito rica com relação a isso e a gente tá pensando em diversos dispositivos e instrumentos pra poder viabilizar essa proteção da maneira como ela deve ser, inclusive a participação tanto do coemge e da câmara técnica se deve muito porque na parte dos problemas que a gente tem envolvendo esses acolhimentos, envolve o sistema de justiça, então a gente tem discutido é necessário fazer uma campanha com informações muito acentuada com os gestores e com técnicos sobre o problema de proteção que muitas unidades de acolhimento não conhecem o programa de proteção e muitos municípios e técnicos e gestores do SUAS não conhecem o PPCAM não sabem como funciona não entendem essa lógica de acolhimento então a gente precisa fazer essa campanha e também junto a juízes e promotores da comarca. Então a ideia de que a gente está discutindo o Cal da CA com recomendações técnicas para juízes para poder sensibilizar os promotores e juízes para que eles entendam o programa porque na verdade o problema é muito maior esses promotores não conhecem o SUAS então tem várias questões envolvendo essa discussão. Quanto aos detalhes, na resolução a gente trouxe e fez essa discussão a ideia do repasse é repasse único assim como é na modalidade um a gente fez essa previsão que a unidade a partir da adesão ela mantenha essas vagas disponíveis no período de 2 anos. por quê? Essa oportunidade de inserir o PPCAM no rede cuidar é uma alternativa provisória sobre o incentivo regular que essas unidades recebem esses adolescentes continuem na câmara técnica a gente precisa encontrar uma alternativa pra que esse financiamento seja contínuo mensal, mais quando surgiu essa oportunidade desse recurso desse um milhão e cem, o PPCAM a gente fez essa proposta de uma parcela única mais que a unidade tenho o compromisso de manter e de fazer parte dessa rede pelo menos 2 anos. E nós da resolução a gente inclui lá um motivo que mesmo que esse adolescente seja desligado do PPCAM que a unidade mantenha esse compromisso de continuar durante seis meses esse acolhimento pra também não ter desligamento automático. A resolução da CIB que pactuou os critérios de ilegitimidade número 08/2019 que pactuou os critérios? A gente vai apresentar aqui também, só uma última coisa Sandra que é

importante é assim a participação do rede cuidar e também necessariamente pra essa modalidade 2 do PPCAM é que é condicionada a uma assinatura de um termo de adesão e um termo de compromisso pra inserir dentro do termo de compromisso causas específicas que envolve o serviço de acolhimento pra esse adolescente, então a gente vai pactuar com esse município e as entidades também responsabilidades e deveres pro acolhimento desse adolescente durante esse período. **Presidente:** obrigada Cristiano. Ana, **Ana SEDESE;** é só sobre o que o João não Márcio desculpa Marcio. Sobre a questão do recursos humanos então a ideia de criar um grupo de despesas pra recursos humanos, não é na perspectiva de contratação de profissional para instituição para compor o quadro técnico da instituição porque depois a gente vai ter essa situação da não condição de continuidade quando o recurso acabar a perspectiva é de contratação de profissional especificamente para determinado trabalho dentro desse projeto do ano que seria para elaboração e atualização dos planos individuais de atendimentos e implantação e qualificação nos trabalhos individuais com as famílias das pessoas em situação de acolhimento. Ela vem para fazer uma contribuição técnica do trabalho que está sendo desenvolvido pela equipe daquela instituição. Então quando a gente pensou. A gente Pensou em um grupo de despesas pessoal ter profissional de nível superior um profissional de nível superior psicólogo um profissional que atenda a NOB RH SUAS psicólogo, assistente social, pedagogo, em fim e na CIB foi pensado em incluir também eu acho que a gente precisa fazer essa discussão e chegar em um entendimento aqui, do profissional do nível médio no caso de educador cuidador entendendo que a necessidade que a instituição tem desse profissional. E porque eu digo que a gente precisa discutir aqui. Quando a gente pensou em ter esse grupo de despesas de recursos humanos era pra profissional de nível superior para esse trabalho específico elaborar e atualizar os pias e um trabalho com famílias para aquelas pessoas que estão acolhidas. No caso do educador cuidador ou do cuidador de idosos eu entendo que ele vem pra compor a equipe aí tem essa questão que vai chegar no final do ano e vai voltar pra trás no sentido de não ter condições de continuar a pagar aí eu acho necessário ter essa discussão aqui. Mas a princípio era pra nível superior e foi proposto para que a gente pensasse aqui o educador cuidador o profissional de nível superior não era pra incorporar quadro nem de ampliar a equipe não, era pra vim para um trabalho muito específico. Uma outra coisa que eu acho muito importante na discussão que veio que eu queria contribuir é na questão da capacitação, eu passei um tempo como capacitadora do capacita SUAS e sempre fui muito crítica em relação a capacidade dos cursos de formação que tinha de 40hs, primeiro que o curso previa a capacitação os profissionais de nível superior via de regra o município não mandava o profissional da rede privada não lembrava de informar pra que eles pudessem se inscrever a grande maioria eram profissionais da gestão e serviços da equipe técnica e da gestão municipal e o único curso que previa a participação de conselheiros era o de controle social. Eu acho que isso é um grande equívoco o conselheiro é que tem condição de aprovar e fiscalizar aprovar a prestação de conta do que ele conhece, então ele precisa ter conhecimento do PAIF do PAEF de uma casa de acolhimento de um programa do ACESUAS então eu acho que a gente precisa sim tá trazendo pra essa discussão com os conselheiros municipais a necessidade dessa capacitação essa capacitação que prevê um público mais amplo a gente fez agora a pouco um curso a distância do programa ACESUAS a gente vai ta fazendo a segunda turma agora a gente ta preparando o material para fazer a capacitação do trabalho com famílias no PAIF, eu acho que aqui precisa maior articulação junto com os conselhos municipais pra que os conselheiros se inscrevam e participem. **Presidente:** Obrigada Ana vamos passar agora pra nossa terceira rodada de inscrições. A gente tem a inscrição do Wilson. **Wilson** fazenda: só queria lembrar se a época que a gente aprovou a primeira vez a rede cuidar houve uma quebra de paradigmas né essa questão de beneficiar aquelas instituições que estão mais mal avaliadas. Então assim foi uma decisão a princípio da gestão que foi discutida nesse conselho e que no final foi aprovada e eu fico imaginando se tivesse que ser discutida se o repasse fosse municipal tivesse que ser discutido em cada conselho municipal a discussão seria a mesma ou não. Uns sins outros não enfim foi uma decisão da gestão que foi aprovado pelo conselho, eu fico imaginando lá na ponta nessa altura do campeonato receber um recurso desse vai ser um verdadeiro milagre. Eu acho que o papel do conselho municipal é acompanhar se esse dinheiro foi utilizado da forma adequada a forma que a gente espera que ele seja é isso. **Presidente** Obrigada Wilson próxima inscrição Juanita. **Juanita** Federação das APAES. Em hipótese nenhuma é treplica, mas eu encerro aqui as minhas colocações é poque eu acredito nelas então eu tenho esse papel aqui

no colegiado de apresentar e defendê-las. Bom primeiro que o sistema é um modelo de gestão e o modelo de gestão é único e dentro desse modelo tem umas instituições e a entidade quando ela nasce ou quando ela quer fazer parte do SUAS é no território que ela pede autorização é no conselho municipal que ela solicita autorização para funcionar então na minha interpretação a entidade é local ela é do município ela passa a fazer parte da política municipal de assistência social, ela pode prestar serviços pra outros municípios com abrangência regional pro estado como é o caso das casas lares que atende pessoas mas ela não deixa de ser uma entidade municipal de assistência social que faz parte de um sistema que é único que é um modelo de gestão e o modelo de gestão fala que ela tem que inscrever no conselho cadastrar no CNEAS para vincular ao sistema que é único então o sistema como que faz a gestão de todas as entidades que faz parte do sistema então eu vou desconsiderar dar da minha colega que independente de quem tem muitos anos na prática a disposição o regramento é muito claro com relação a isso eu só gostaria de colocar aqui novamente por isso que defendo o repasse via fundo municipal de assistência se não o governo federal não passava recurso pra emenda via fundo municipal recurso é carimbado porque ele não estabelece faz um chamamento e credencia as entidades para receber os recursos o recurso é vinculado ao fundo municipal carimbado da entidade. Então assim é se o sistema tem outra forma de fazer a gestão aí é que eu desconheço mesmo. Com relação a pactuação no CEAS e na CIB eu coloquei isso aqui tanto que a SEDESE tá trazendo isso aqui tá trazendo pra gente discutir trouxe e foi discutido e a gente coloca as nossas opiniões e por decisão da maioria vence. Em hipótese alguma eu coloquei que foi desconsiderado o que eu coloquei é que o conselho municipal de assistência não pode se manifestar somente na hora da prestação de contas. Porque o sistema não funciona assim então com relação a passar pelo órgão de controle social eu coloquei foi isso que em hipótese nenhuma o CEAS foi desconsiderado tanto que eu coloquei que foi discutido exaustivamente e tanto que eu acredito nesse modelo do funcionamento do sistema é que mais uma vez mesmo a gente colocando da tempestividade do que a secretária colocou da experiência das conferências regionais que 30% dos fundos são geridos pelo gestor de assistência a grande maioria é pro prefeito é pelo gestor municipal mesmo e o executivo local mesmo com relação a isso tudo o sistema tem um modelo único de funcionamento. Então os aprimoramentos vão acontecer em processos a gente não pode ter (na minha interpretação) considerando tudo que foi colocado aqui fazer um repasse direto pra entidade (na minha interpretação) por isso que eu acredito nisso e mais uma vez estou colocando então encerro aqui a minha participação com relação a essa questão rede cuidar que exaustivamente eu coloquei porque eu acredito e porque que eu acho que pode ser feito de outro jeito mas é esse colegiado que aprova né obrigada **Presidente**; Obrigada Juanita. próxima inscrição João. **João** CMAS Pirapora. Na realidade o que eu ia falar é tudo que a Juanita acabou de falar eu já estou contemplado na fala da Juanita porque era o meu questionamento em questão da participação dos conselhos municipais nas entidades lá na ponta que é o município onde o serviço é executado eu não consigo entender essa lógica da política do programa de serviço sendo executado lá a gente aprova aqui no conselho estadual é executado no município e depois o conselho municipal não pode sequer acompanhar a aplicação desses recursos é dúvida que eu tenho mesmo pra poder votar. **Presidente**. Joao obrigada pelas considerações a gente vai abrir agora pra equipe técnica. **Joana** SEDESE: Então a gente analisou o decreto 47288 e o artigo 13 desse decreto fala o seguinte o parágrafo único do artigo 13 fala que o plano criado pela SEDESE preenchido pelo gestor municipal e aprovado pelo conselho municipal de assistência social. Então o conselho municipal ele aprova esse plano de serviço, para as unidades governamentais aí voltando no artigo 8º que é o que a gente fala o eixo do incentivo, aí é da lei no artigo 8º fala que o incentivo financeiro só é repassado, é o que a gente já leu. 1- unidades governamentais por meio transferência do fundo estadual pro fundo municipal de assistência social conforme disposto no regulamento então a gente já faz conforme a rodada anterior o repasse fundo a fundo para as unidades governamentais, e assim em dados que a gente tem das 70 foram repassados da rodada passada 95 pra 95 unidades governamentais fazendo um levantamento parcial que o setor da Janaína já fez o monitoramento ela percebeu que das 72 que já fizeram já houve o monitoramento parcial as 72 fizeram reprogramação desse recurso. Então para além disso das dificuldades que o município teria primeiro de fazer contratação eles teriam que licitar eles têm que licitar né então as aquisições destes bens para as unidades governamentais são licitadas. Agora se ele fosse repassado pro fundo pra que seja repassado pra unidades não governamentais ele não poderia fazer esse ano

agora. Porque é ano eleitoral então se a gente passasse todo esse fundo a fundo o município não pode repassar o recurso para unidade não governamental do município dele porque é período eleitoral no período eleitoral a gente não pode repassar nenhum recurso para entidades extra para entidades de assistência social, entendeu então? Não vale de 1 de janeiro até 31 de dezembro a gente só pode repassar para entes federativos unidades governamentais que no caso seria as govts. Então assim a gente tem essas dificuldades para além da legislação, que se caso tivesse essa possibilidade de repassar fundo a fundo pra unidade não governamental também a gente teria que revogar a lei né e é a lei não o decreto, o que causaria uma dificuldade maior e a gente não tem tempo de rever essa legislação e repassar o recurso a tempo né a gente não tem como aí o que o Marcio falou da questão do recurso ser pro ano que vem a gente depende desse recurso da própria loteria é a loteria que disponibiliza e a gente tem até essas dificuldades de alteração de ano de mudanças de dotação orçamentária do próprio exercício aí exercício seguinte tem que fazer outros tramites que a Claudinha pode explicar melhor, então é isso a lei e o decreto eles nos limitam a fazer algumas ações nesse momento a gente dependeria de uma alteração legislativa o que nesse momento é inviável. Mas pra uma próxima rodada a gente pode pensar. **Presidente.** Obrigada Joana, obrigada. Acredito que tivemos um debate bastante intenso, exaustivo no melhor sentido da palavra, porque exaustão é exatamente isso a gente não detalha pra fazer o que é certo dentro do que é possível. Então a minha sugestão como encaminhamento é do início com a leitura da resolução. Estão de acordo? Consolação vai fazer a leitura pra nós **Consolação** CEAS Resolução Ney já deu o número né deu a minuta se aprovada o número dela é esse 677. Dispõe sobre o critério de elegibilidade e partilha dos recursos financeiros do programa de aprimoramento da rede socioassistencial do SUAS rede cuidar para o ano de 2019 o Conselho Estadual de Assistência Social CEAS no uso de suas atribuições conferida pelo artigo 13 da lei estadual 12262 de 23 de julho de 1996, pela NOB do SUAS de 2012 e considerando a LOAS lei número tal que dispõe sobre organização da Assistência Social dá outras providências. Considerando a política nacional de assistência social. não vou lê tudo não tá gente só vou lê as normas. Considerando o CMAS a resolução do CNAS 109 da tipificação considerando a resolução do CNAS 269 que aprovou a NOBRH. Considerando a resolução do CNAS 17 que ratifica a equipe de referência definida na NOBRH. Considerando a resolução do CNAS 09 que ratifica e reconhece obrigações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e ensino fundamental do SUAS. Considerando a lei Estadual 2262 a lei da política do Estado que criou o conselho. Considerando a resolução do CNAS 27 que caracteriza ações de assessoramento defesa e garantias de direitos. Considerando a lei estadual 2.227 que cria fundo nacional de assistência social. Considerando a lei 15.473 que autoriza a criação do programa de proteção a criança e adolescente o PPCAM. Considerando o decreto federal 6.231 que institui o programa PPCAM. Considerando o decreto estadual 44.838 que regulamenta a lei que dispõe sobre o PPCAM. Considerando o decreto estadual 46.873 que dispõe sobre as transferências de recursos do fundo estadual de assistência social. Considerando a resolução do CEAS 545 que publica as deliberações da 12ª conferência estadual de assistência social. Considerando o decreto 46.992 que altera o decreto que aprovou o regulamento do fundo do FEAS criado pela lei 12227. Considerando a nota técnica da Subsecretaria Estadual de Assistência Social 221/2017 que dispõe sobre a memória de cálculo do indicador desenvolvimento das unidades de acolhimento ID acolhimento. Considerando a resolução do CEAS 587 que aprova o programa de aprimoramento da rede socioassistencial rede cuidar do Estado e as responsabilidades do município para estruturação da rede. (Ta faltando um pedaço aí vou preencher depois passou batido). Considerando a resolução da comissão Inter gestores bipartite 02 que dispõe sobre as responsabilidades dos municípios para estruturação da rede socioassistencial conforme estabelecido no programa de aprimoramento da rede socioassistencial. Considerando a resolução conjunta SEGOV CGE nº 1 que estabelece e regulamenta cadastro geral de convenientes. Considerando a lei estadual 22.597 que cria o programa aprimoramento da rede socioassistencial SUAS programa rede cuidar. Considerando decreto estadual 47.288 que regulamenta a lei estadual (mencionada essa que eu acabei de falar) 22597. Considerando a resolução da CIB nº8 /2019 que dispõe sobre os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos financeiros do programa de aprimoramento das redes e do SUAS redes cuidar pra 2019. Considerando a deliberação de sua 248ª plenária ordinária ocorrido na presente data, resolve: Capítulo 1º das disposições preliminares art 1º aprovar os critérios de elegibilidade

partilha de os recursos de incentivo financeiros do programa de aprimoramento da rede socioassistencial do SUAS redes cuidar pra o ano 2019. Parágrafo único - as unidades contempladas pelo programa de aprimoramento da rede socioassistencial do SUAS as redes cuidar serão as unidades governamentais entidades e as organizações de assistência social que compõem a rede socioassistencial de Minas Gerais. Capítulo 2º dos critérios de elegibilidade. Artigo 2º são elegíveis para recebimento do incentivo financeiro exercício 2019 as unidades governamentais, entidades e organizações de assistência social de atendimento que oferta serviço de acolhimento institucional ou em república nas modalidades prevista na resolução do CNAS 109/ 2009 tipificação nacional de serviços socioassistenciais de serviços que não receberam recursos financeiros do programa rede cuidar no ano de 2017. Artigo 3º sendo elegíveis as unidades governamentais as entidades e as organizações de assistência social de acolhimento registradas no senso SUAS de 2018 identificadas por meio do identificador de referência ID acolhimento conforme os seguintes critérios. Inciso 1º unidades governamentais, entidades, e organizações de assistência social que ofertam o serviço institucional de acolhimento ou em república que apresentam ID insuficiente. Inciso 2º unidades governamentais entidades e organização de assistência social que ofertam o serviço de acolhimento institucional que receberem crianças e adolescente inseridos no programa de criança e adolescente ameaçados de morte PPCAM quando desacompanhado dos responsáveis que apresentem ID acolhimentos superior suficiente ou regular. Parágrafo 1º o ID acolhimento é o indicador calculado pela SEDESE que mede a qualidade do serviço ofertado pelas unidades governamentais, entidades, organizações de assistência social de acolhimento conforme parâmetros definidos nas normativas do SUAS classificados por viável em 3 dimensões, estrutura física, gestão, atividades e recursos humanos. Parágrafo 2º- a base de dados oficial considerada para o cálculo do ID acolhimento será o censo SUAS de 2018. Parágrafo 4º as entidades e organizações de assistência social que ofertam serviço de acolhimento institucional de que trata os incisos 1,2 do artigo 3º puderam ser contempladas com incentivo financeiro desde que atendidas cumulativamente as seguintes condições definidas no artigo 9º do decreto estadual 47. 228 /2017 até o prazo definido para adesão a ser publicado pela SEDESE, inciso 1º ser constituída em conformidade com o disposto no artigo 3º da lei federal 8.442/1993, 2º está inscrita no respectivo conselho municipal de assistência social CMAS na forma do artigo 9º da lei federa 8742/1993. 3º- está inscrita de forma regular no cadastro geral de convenientes gerais CAGEG, 4º- está cadastrada com status concluído no cadastro nacional de assistência social CNEAS de que trata o inciso 11 do artigo 19 da lei federal nº 8.742/ 93, inciso 5º não está inscrita nos seguintes cadastros: cadastro informativo de inadimplência em relação administração pública de minas gerais CADIM/MG nos termos do artigo 10º do decreto estadual nº 44694 de 28/12/2017, linha b- cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública do poder executivo estadual CAFIMP. Nos termos do inciso 5º do artigo 39 da lei federal 13.019 de 31/07/2014 e do artigo 52 do decreto estadual 45.902 de 27/01/2012. A linha c cadastro de entidades privadas sem fins lucrativos impedidas. CEPIM nos termos do inciso 5º do artigo 39 da lei federal 13.019/14 do decreto federal 7.592 de 28/10/2011 capítulo 3º dos critérios de partilha dos recursos, artigo 5º a partilha dos recursos será realizada entre as unidades governamentais, entidades e organizações de assistência social que atenderem aos critérios descritos nos artigos 2º, 3º,4º dessa resolução. Artigo 6º o valor do incentivo financeiro por unidades será de no mínimo 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) e no máximo 100.000,00 (cem mil reais) e será repassado em parcela única pras unidades governamentais, entidades e organizações de assistência social elegíveis de que trata o inciso 1º do artigo 3º dessa resolução. Parágrafo único. O recurso financeiro disponível será igualmente partilhado entre as unidades governamentais e entidades e organizações de assistência social habilitadas no limite das 221 elegíveis. Artigo 7º o repasse do recurso para unidades governamentais, entidades, e organizações de assistência social que ofertam o serviço de acolhimento institucional de que trata o inciso 2º do artigo 3º dessa resolução seguirá os seguintes critérios inciso 1º aceite do termo de adesão para as unidades governamentais, entidades, organização de assistência social que possuem ID suficiente ou regular até 22 unidades governamentais, entidades, organização de assistência social. 2º o município sede da unidade governamental, entidade ou organização de assistência social deverá possuir uma unidade de centro de referência especializado de assistência social CREAS municipal ou está referenciado a uma unidade de CREAS regional, 3º o município sede da unidade governamental, entidade, e organização de

assistência social deverá possuir pelo menos um centro de atenção psicossocial CAPS. Parágrafo 1º no caso de haver mais de uma unidade governamental, entidade, ou organização de assistência social em cada uma das áreas de abrangência das 22 regionais da SEDESE ilegíveis conforme os critérios definidos dos incisos, 1,2,3 serão priorizados. Inciso 1as unidades governamentais, entidades, organização de assistência social, com maior ID acolhimento inciso 2 as unidades governamentais, entidades e organizações de assistência social que possuem equipe completa de acordo com a NOBRH SUAS conforme o senso SUAS 2018. Parágrafo 2º permanecendo empate os casos serão avaliados pela equipe técnica da SEDESE tendo como referência melhor desempenho na gestão, atividades do ID acolhimento parágrafo 3º serão contempladas as unidades governamentais, entidades e organizações de assistência social que ofertam serviços de acolhimento institucional localizados nas áreas de abrangências das 22 regionais da SEDESE. Parágrafo 4º caso não haja unidades governamentais entidades ou organizações de assistência social elegíveis em cada uma das áreas de abrangência das 22 regionais da SEDESE será aberto aceite para unidade mais próxima respeitado os critérios definidos nos incisos 1,2,3 do caput e nos incisos 1,2 do parágrafo 1º desse artigo. Parágrafo 5º o valor do incentivo financeiro será repassado para cada unidade será de 50.000,00 (cinquenta mil reais) e será repassado em parcela única. Capítulo 4 das disposições gerais. Artigo 8º as unidades governamentais, entidades, e organizações de assistência sociais contempladas deverão realizar o aceite do termo de adesão e elaborar o plano de aprimoramento em sistema informatizado disponibilizado pela SEDESE a ser previamente divulgado. Parágrafo 1º o termo de adesão conterà as responsabilidades e compromisso envolvendo estados, municípios, entidades e organizações de assistência social. Parágrafo 2º as entidades e organizações de assistência social elegíveis deverão firmar termo de adesão bem como gestor do município onde ela desenvolva a oferta por meio de instrumentos informatizados disponibilizados pela SEDESE. Parágrafo 3º os gestores municipais de assistência social devem firmar termo de adesão no caso de unidades governamentais por meio de instrumentos informatizados disponibilizados pela SEDESE. Parágrafo 4º o plano de aprimoramento deverá contemplar respostas as fragilidades identificadas no ID acolhimento no caso das unidades dispostas no artigo 3º inciso 1º. Artigo 1 não serão divulgadas as unidades governamentais, entidades e organizações de assistência social contempladas que ofertam serviços de acolhimento institucional de criança e adolescente ameaçados de mortes acompanhados pelos PPCAM considerando que a medida protetiva de acolhimento cumulada com a medida de inserção no PPCAM em respeito as regras que garantem os sigilo do local de moradia mesmo que provisório para inserção social segura. Parágrafo 1º caberá as unidades governamentais entidades e organizações de assistência social a preservação da identidade e da imagem do protegido e manutenção do sigilo dos seus dados e de informações que na forma da lei comprometam a segurança e a sua integridade física e mental e psicológica. Parágrafo 2º as unidades governamentais, entidades e organizações de assistência social contempladas deverão no período de 2 anos acolher crianças e adolescentes ameaçados de morte acompanhados pelo PPCAM. Parágrafo 3º a oferta do acolhimento por unidades governamentais, entidades e organizações de assistência social será limitada até 12 acolhimentos simultâneos quando necessário. Parágrafo 4º após o período de 2 anos caso haja crianças e adolescentes ameaçados de morte acompanhados pelo PPCAM e acolhidos nas unidades contempladas conforme previsão expressa no termo de adesão celebrado as unidades governamentais, entidades, e organizações de assistência social se comprometem com o apoio e o acompanhamento técnico da SEDESE do PPCAM e da gestão municipal aguardar o desligamento do programa de proteção e condições de e desinstitucionalização. Parágrafo 5º a SEDESE será responsável pela gestão das vagas e a regulação ao acesso do serviço institucional para criança e adolescente ameaçada de morte acompanhado pelo PPCAM ofertados pelas unidades governamentais, entidades e organizações de assistência social contemplados. Artigo 10º o montante de recurso a ser repassado a título de incentivo financeiro no exercício de 2019 obedecerá ao limite orçamentário financeiro disponível nesse exercício. Artigo 11 essa resolução deve aguardar publicação 24 de outubro de 2019. Presidente Rodrigo. Só para informar o texto dessa resolução com pouquíssima adaptação é o texto pactuado pela CIB, sempre que tem uma pactuação o conselho repete a resolução. Lá eles pactuam e o conselho repete a pactuação. Obrigada. **Presidente:** obrigada Consolação. Vamos dar início aos destaques pode Consolação também vai trazer os destaques pra nós um a um. Artigo 4º inciso 4 Juanita. **Juanita** Federação das APAES. a lei coloca

que a entidade deverá estar com o status concluído no CNEAS o conselheiro Marcio trouxe um panorama aqui para a gente muito complicado nesse sentido entendendo que a entidade não pode ser responsabilizada pelo status de cadastro dela no sistema, isso quem faz é o gestor municipal então ela não pode ser penalizada com o status de concluída ou não. Eu solicito e peço a supressão do status está cadastrada no CNEAS até porque em âmbito federal também para vinculação da entidade no sistema pra ela ter a concessão do CEBAS o ministério da cidadania não considera o status da entidade porque entende que ela não pode ser prejudicada considerando que é uma função da gestão municipal concluir o cadastro. **Presidente** : obrigada Juanita eu vou pedir pra que a Joana e a Gabriele tragam os pontos referentes a esse artigo **Joana** SEDESE eu entendo que na verdade o decreto 47288 ele traz isso no artigo 9º falando que no inciso 3º do artigo 9º ter concluído seu processo de cadastramento com o status entidade junto ao Conselho Nacional de Assistência Social CNEAS que trata o inciso 9º do artigo 19 da lei federal 8742 / 92. Estabelecido pelo ministério de desenvolvimento social, além desse artigo 9º do decreto tem a resolução 21 do CNAS de 90/2016 que fala dessa conclusão do cadastro no CNEAS para ela ser reconhecida como entidade de assistência social ela tem que estar dentro das normativas do artigo 3º da lei 8742 está dentro das normativas do CNAS e está cadastrada no CNEAS. Tanto o decreto estadual quanto a resolução 21/2016 regulamentou a lei 13.219 no caso de dispensa e elegibilidade eles colocam essa mesma redação e só pra ressaltar foi feito um estudo quantas estavam escritas no CNEAS tinham mais de 100 inscritas dentre essas 221 e CNEAS e CAGEC em torno de 95 entidades também. Obrigada. **Presidente**: obrigada. Sandra. **Sandra** CMAS Montes Claros. E só exemplificar porque estou com dúvidas ainda. Essa semana ante ontem nós recebemos uma visita de uma entidade ela vai receber uma verba de uma emenda parlamentar e aí ela foi lá pra conversar conosco porque queria ver como fazia pra receber e medo aí demos as orientações depois eu lembrei. Mais essa entidade tem que estar cadastrada no conselho aí eu liguei pra secretaria executiva nossa. Aí me falou essa entidade está cadastrada sim mais a inscrição dela foi cancelada porque eles não apresentaram plano de 2018. Aí imediatamente eu tive o cuidado de ligar pra instituição e informar pra eles, pede a assistente social da entidade pra ir até lá e tomar as providencias fui verificar. Aí fui conversar com as meninas da vigilância que são responsáveis por essas questões. Aí uma das técnicas falou : a questão é a seguinte é que nós aqui o conselho lá cancela e muitas vezes a nível federal eles não cancelam e a entidade continua achando que ela está inscrita aí quando chegar lá caso não tivesse feito isso aí ela não ia conseguir passar essa emenda pra frente, receber esse recurso porque se ela tiver com a inscrição cancelada no conselho tchau. Talvez não saiba como vai resolver isso aí mas eu penso que é importante que isso aí esteja bem claro pra ela para as entidades. **Presidente** obrigada Sandra. Próxima inscrição Juanita. **Juanita** Federação das APAES. bom é eu não too falando ali para tirar o está cadastrado estou falando pra suprimir com o status concluído não sei se vocês participaram da capacitação do MDS que teve aqui pra rede privada e várias entidades perguntaram para o ministério com relação a isso porque o cadastro. A capacitação foi vinculação das entidades no SUAS. A vinculação das entidades no SUAS é inscrever no conselho cadastrar no CNEAS e requerer o SEBAS que é opção da entidade. Aí muitas entidades levantaram lá e falaram mais eu no CNEAS meu cadastro não está concluído, mas não depende de mim o MDS falou o Ministério da Cidadania não está prejudicando a entidade pelo status não concluído porque a entidade não tem gestão com relação a isso. É a mesma coisa que nós estamos colocando aqui eu não estou falando tirar o está cadastrada eu estou apresentando a proposta de tirar com o status concluído. Então nós vamos prejudicar uma entidade sendo que ela não tem gestão no sistema pra fazer o cadastro dela. **Presidente** obrigada pelas suas considerações Juanita. Gabriele. **Gabriele** SEDESE. só pra reforçar o que a joana falou das 221 elegíveis 175 já estão com o cadastro concluído no CNEAS então 79% nesse caso o CNEAS não é o nosso maior problema. Mas aí só com relação a redação a gente pode fazer uma proposta de alteração, mas no artigo 9º do decreto tá escrito assim, aí a gente vê se contempla; tá escrito ter concluído seus processos de cadastramento com o status de entidade junto ao CNEAS então talvez podemos colocar o mesmo texto que está no decreto já, porque desrespeitar o decreto a gente não pode pra melhorar talvez. Tem que ver se atende. **Presidente** Obrigada Gabriele. Próxima inscrição Marcio. **Marcio** ASPROM. Concordo com a Juanita as mesmas colocações não é supressão de todo o inciso 4 mas sim do status. Eu acho que é tirar o status. **Presidente**. Obrigada Marcio. Então como encaminhamento a gente vai por essa alteração na redação aí a gente vai fazer a leitura também.

**Juanita:** a nossa preocupação ainda continua aí, a gente vai colocar o texto do decreto que atende completamente o meu pleito está cadastrado, agora a SEDESE na hora de fazer a análise não pode considerar o status concluído senão não vai adiantar nada no CNEAS. **Presidente:** obrigada Joanita. Seguiremos essas primícias fique tranquila. **Gabriele SEDESE.** gente só mais um esclarecimento então que a Consolação pediu pra fazer. Quando é aberto o processo então as entidades são comunicadas todos elegíveis são comunicados pra entrar no programa no caso o decreto não chama de edital mais é isso, é como se fosse um chamamento as elegíveis são convocadas fala os critérios são esses, elas tem um prazo pra poder se ela não está no CAGED por causa de uma documentação ela tem um prazo pra ela poder corrigir aquela documentação e entrar no programa então até terminar aquele prazo esse número pode mudar até o limite de 221 se todas conseguirem naquele prazo se adequarem todas vão entrar todas. **Presidente:** obrigada Gabriele. Seguimos então a proposta eu vou ler pra que todo mundo fique com a mesma informação. Artigo 4 inciso 4º ter concluído seus processos de cadastramento com status de entidade junto ao Cadastro Nacional de Entidade CNEAS que trata o inciso 11 artigo 19 da lei federal 8.742/1993. Todos de acordo? Podemos seguir então o próximo destaque? Consolação por favor. **Marcio ASPROM** Presidente só uma questão de ordem. Ter concluído seus processos de cadastramento. A gente pode entender que é a conclusão do processo? E uma leitura na entre linha que a gente pode fazer. Então permanece se for nessa linha está concluído. É dúvida minha então assim eu acho ter concluído gente. Ter concluído seus processos de cadastramento. Pra mim é uma questão de leitura aí que volta ao anterior. Só que mudou o formato da leitura. Eu penso com toda a questão que o decreto explicita isso nós estamos falando de um projeto que tá derivado da lei que instituiu a rede cuidar também, eu acho que a gente tem o amparo também de uma legislação que nos resguarda de tá definindo aqui ou por uma normativa que não está nesse respaldo. Eu não sei juridicamente como isso poderia ser, mas penso que do jeito que está ali continua da mesma forma anterior. **Juanita** federação das APAES. Eu concordo com o Márcio. Tudo é uma questão de interpretação. Vai que troca-se gestor, então a gente tem assim a interpretação do que está redigido, ter concluído o processo de cadastramento é estar cadastrado com status concluído ( na minha interpretação) então do jeito que está lá no decreto, me perdoem mais está com o status de entidade é redundante CNEAS só cadastra entidade, não cadastra serviço, programa, não cadastra unidade quem cadastra unidade é o cad suas CNEAS é só entidade tem que ter cnpj, então assim eu sugiro para que volte para a mesma forma. Está cadastrada no Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social. Só isso. **Presidente** obrigada Joanita próxima inscrição Joana em seguida Wilson. **Joana:** eu queria só fazer uma proposta pra gente não cair em questão de interpretação, sair da lei. O decreto já trouxe a redação que a gente precisa pra gente colocar aqui, na hora que a gente for fazer a gente observa qual está concluído e quais estão com outros status, porque se a gente tirar o que tá previsto em lei e não é só nessa é na resolução do CNAS, a MIROSC, gente vai está aprovando algo que não está correspondente com as legislações. Que pra mim é inviável. A resolução é menor o decreto é maior e aí a gente observa na hora da formalização. **Presidente** próxima inscrição **Wilson.** Gente eu gostaria de dar uma sugestão que mantivesse a redação. Pelo que eu estou entendendo é um cadastro feito de forma eletrônica. Quem avalia esse cadastro é nível federal ou municipal? Na hora que faz o cadastro pode ser que tenha uma pendência e está pendência tem que ser satisfeita pra que seja concluída, não é assim? Ou pode ser que não concluíram. Mas pode ser que tenha dado uma pendência a entidade não tenha atendido e aí se a entidade não atendeu realmente ela está omissa no que tem que fazer, a gente não sabe o qual é o problema. A gente poderia ser específico então, manter a redação do jeito que está. Considerando a possibilidade do cadastro, descrever isso de forma mais transparente, entendeu? Falar que caso o cadastro não esteja concluído por omissão do órgão que está recebendo o cadastro esse cadastro vai ser considerado por omissão da entidade, enfim é uma sugestão. Pensando sempre em ser transparente, mais se a entidade recebeu essa pendência e não atendeu essa pendência, não sei. **Presidente** obrigada Wilson, Juanita próxima inscrição. **Juanita** federação das APAES. bom na minha análise. Mas é uma questão de interpretação, não contradiz da forma que está no decreto citada que foi colocada ali agora eu permaneço com a minha proposta de está cadastrada no CNEAS. **Wilson:** Esse cadastro gera um protocolo não gera? Então apresentar protocolo de cadastramento. Esse protocolo só aparece quando o cadastro está concluído. **Consolação** CEAS A minha preocupação é só a respeito da normativa. Porque a gente sempre fala isso e critica diversos

momentos na nossa vida do que está acontecendo o desrespeito das normas. Então a gente tem que tomar o cuidado do respeito as normativas. Então eu me preocupo em sair uma resolução que fira algo que é maior do que ela. Não é mudar a redação, se o entendimento da norma é o que é concluído, é o que você mesmo que levantou não é a questão da redação vai cumprir é ter ele concluído, e esse qual é o entendimento do decreto e repassar isso para resolução. **Presidente**, obrigada Consolação. Próxima inscrição Luanda. **Luanda** FETSUAS. Isso eu estou entendendo que são várias questões de interpretação mesmo e as leis são passíveis disso. E assim com aquele texto que está no decreto dá pra gente entender que ela precisa ter o cadastro no CNEAS concluído ou não aí é de quem vai interpretar porque no decreto isso não tá claro. Colocar está cadastrado no CNEAS no texto não contradiz em nada o que está no decreto, está em consonância com ele. Eu tenho uma segunda coisa pra colocar acompanhando as discussões eu não estou inserida assim nas entidades, mas acompanho algumas entidades e suas fragilidades das entidades entendendo que o objetivo do programa é superar as fragilidades se a gente coloca o cadastro no CNEAS como um impeditivo eu entendo que muitas entidades não vão chegar nem a pleitear isso. Assim pode ser até que a SEDESE esteja ciente ela vai tentar fazer esse crivo consciente, mas não vai nem chegar até vocês, se o objetivo é fortalecer essas entidades a gente precisa deixar claro até a chegada da informação, é o que a gente tem conversado muito, como essa informação vai chegar de modo que todos compreendam e aí eu entendo que o texto da forma como a Juanita está propondo é um texto mais inteligível é um texto que as pessoas vão entender. Tá I tem que ter o cadastro no CNEAS eu tenho então vou tentar e aí o critério vocês têm de posses, o decreto, a lei todas as legislações, vocês vão colocar o critério de acordo com aquilo que vocês consideram corretos. Mas a gente tá entendendo que pra facilitar esse acesso principalmente pelo caráter do programa que é fortalecer as entidades que estão irregulares. Então é isso. **Presidente**: obrigada Luanda próxima inscrição **Claudia**. Uma sugestão, a gente não poderia manter o texto do decreto pra não dizer que está ferindo o decreto e complementar como esclarecimento do que quer dizer cadastro concluído entender que cadastro concluído é a entidade ter feito o cadastro e não está com ele quando concluído por causa do problema que é em função do gestor que ela pode ser penalizada por causa disso. Coloca o texto e esclarece, isso quer dizer que não sei a forma não fere o decreto mais a gente esclarece o que quer dizer o concluído aí na frase. Está cadastrado no CNEAS? Isso aí a gente não fere o decreto e esclarece o nosso entendimento o que significa aquele inciso ali. (conversas paralelas 2:50) **Presidente**: próxima inscrição da Ana então a gente segue com encaminhamento e conclusão desse ponto, tá bom? **Ana Claudia** SEDESE. É só pra gente ficar alinhado no sentido de que está com o processo concluído está previsto na legislação que tá vigente hoje em relação ao programa, o que a gente tem na legislação hoje vigente do programa tá escrito lá é ter processo concluído então não tem como a gente fazer diferente agora, a gente esbarra outra vez em uma questão que a gente precisa rever quando tiver o tempo necessário ideal pra rever todo o processo do programa desde a legislação aí que não vai ser agora. A gente não consegue mudar a legislação agora. **Presidente**: obrigada Ana. Consolação. Conselheiros são 12:41 eu vou pedir pra gente fazer esse exercício sei que está chegando o horário de almoço a gente fica mais agitado mais vou pedir pra gente fazer esse exercício pra gente focar pra dá andamento nessa questão, tudo bem? Vou pedir então pra gente ouvi as considerações da Consolação e a gente vai pro horário de almoço. Tá bom? **Consolação** CEAS. Eu acho que responde os dois lados o que a Claudinha falou a gente repete o que está no decreto e põe o entendimento. porque se a resolução ela tá regulamentando ela tá entrando num detalhamento do decreto ela pode dispor de entendimento, então está complementando o entendimento eu entendo isso porque o que a Claudinha falou é a saída porque você deixa puro você está confrontando 2 formas de dizer agora você explica na resolução você está complementando esse processo aí você fala do entendimento desse concluído, eu acho que o que a Claudinha falou atende e aí você falou é a mesma coisa mais não é porque aí clareia o entendimento desse concluído. **Presidente**: Marta. o espírito da lei é exatamente esse ponto é incentivar s entidades e os conselhos concluam os seus cadastros e fecha o processo de vínculo SUAS. Só lembrar que o espírito é esse é mais um incentivo para que a gente avance no processo de logica da rede SUAS, então assim, vão ter entidades que vão ficar de fora? Vão. Porque isso ainda não foi superado por algumas embora a gente esteja escolhendo as que tem o ID com o desempenho mais fraco. Mas isso é um incentivo só pra gente lembrar poque isso foi previsto na lei, não foi pra prejudicar foi pra incentivar que o processo de

vínculo SUAS seja encaminhado é um passo importante pra gente. Presidente. Marta obrigada pelas considerações. Vamos então dá encaminhamento a Consolação ta fazendo a redação do inciso para nós a partir das considerações. **Presidente:** por uma questão de ordem eu vou pedir para os conselheiros pra gente seguir com inscrições e sugestões pra que a gente possa falar no microfone caso a gente tenha pra gravar. Cristiano: só pra ficar claro esse entendimento porque são 2 conceitos diferentes quando a gente fala cadastro é uma coisa quando a gente fala concluído tem a ver com status o termo concluído se refere a status quando eu falo cadastro to falando de inscrição quando eu falo concluído pendente eu estou falando de um processo dentro desse processo de cadastro é pra tomar esse cuidado pra não está tentando melhorar e ficar confuso. **Presidente:** próxima inscrição **Joana**, eu abri aqui a cartilha do ministério do desenvolvimento e ele fala do CNEAS e aí ele fala o seguinte: possuir um cadastro finalizado status concluído é requisito para as organizações da sociedade civil receberem recursos públicos no âmbito do SUAS seja também por realizações de parcerias pela administração públicas resolução CNAS 021/2016 e ou transferências oriundas por emendas parlamentares. Portaria MDS 130/2017. **Presidente.** Obrigada Joana. Próxima inscrição Ivone. **Ivone** COGEMAS eu tive a impressão de que o texto está muito redundante porque você fala status concluído, status não, cadastro concluído está no CNEAS então o cadastro no CNEAS é cadastro concluído. Pra mim não sei eu tive que sair ali pra atender um telefone de um falecimento, mas eu entendo assim hoje a nossa luta hoje no SUAS é um reordenamento das entidades para o vínculo SUAS é pra está ofertando a tipificação se nós vamos ofertar a tipificação nos entendemos que o cadastro concluído no CNEAS é uma forma dessa entidade está com o vínculo SUAS e pra ela ofertar o serviço tipificado ela tem que está com o vínculo SUAS então eu não vejo ainda como foi colocado que só 21unidaades que não está com o cadastro concluído nesse estado. **Presidente:** obrigada Ivone. Novamente por uma questão de ordem conselheiros eu vou pedir pra que a gente consiga focar, a dispersão está bastante grande tem dificultado o processo pra todos, então eu peço a compreensão e o compromisso de todos pra dá seguimento. Próxima inscrição Juanita. **Juanita** Federação das APAES. Muita coisa do que está escrito não está praticado ainda. Implantação de política pública é processo. Eu citei aqui na minha fala uma capacitação que o Ministério da Cidadania esteve aqui a subsecretaria estava lá na mesa, eu não sei se ela participou o tempo inteiro o Marcio estava, eu estava eu não sei se outras entidades presentes aqui estavam, mas foi perguntado várias vezes. O meu cadastro não está concluído isso me impede a concessão do SEBAS? Não. as entidades não serão prejudicadas nesse primeiro momento que a gestão é do município isso é muito inicial ainda, os gestores ainda não estão familiarizados com o CNEAS e várias outras questões foram colocadas. Não é diferente, concessão do SEBAS é cofinanciamento indireto é isenção de tributos isso é cofinanciamento do sistema não é diferente. Nós estamos falando também de repasse de recurso pra entidade. Na minha interpretação. Então eu tô vendo aqui que nós não vamos chegar em um consenso com relação a esse inciso e nós já estamos a uma hora. **Presidente:** obrigada Juanita. **Gabriele.** **Gabriele** SEDESE: Eu acho que é melhor a gente lê a proposta que a Consolação tá tentando fazer porque é nesse sentido o SEBAS pode ser compreendido isso como cofinanciamento indireto. O que o ministério da cidadania diz é que está com o cadastro vencido não é impedimento para inscrever no CNEAS pra ter o SEBAS, mas continua sendo empecilho para o repasse de recurso. Inclusive as emendas parlamentares só são repassadas para entidades que tem o status de concluído no CNEAS. Então isso não é nenhuma novidade, foi realizada na rodada anterior a gente só está respeitando a legislação que eu concordo, a legislação pode estar com a realidade a gente pode ter esse descompasso mesmo. Você que lê Consolação. **Presidente:** como encaminhamento então Consolação tá redigindo as 3 propostas para que a gente siga pra votação. **Presidente: Wilson.** Gente eu queria fazer a terceira proposta, quarta no caso. Os casos que o cadastro não estiver com o status concluído serão analisados caso a caso a ideia seria essa. Tipo assim falar que tem que estar concluído normalmente e os casos que não tiver isso é um número pequeno vinte poucos. Então seria uma análise caso a caso desses vinte poucos situações porque o que acontece eu entendo assim eu imagino que o cadastro vai estar concluído ou em análise ou está pendente essa pendência foi satisfeita a entidade consegue provar que atendeu a pendencia se ela conseguiu provar, eu imagino que ela consiga provar se ela não consegue resolver a pendencia ela não quis resolver essa pendencia, aí não seria o caso dela está cadastrada porque senão ela vai continuar não cadastrada o resto da vida se ela está com a pendencia e não satisfaz aquela pendencia

ela vai continuar não cadastrada a vida inteira e vai está usufruindo de um benefício que ela não teria direito acho que poderia colocar assim casos em que o status não estiverem concluídos serão analisados caso a caso. Usando esse poder desse questionário a SEDESE já tem esse feedback do conselho que existe essa omissão dos municípios então é isso. **Presidente:** obrigada Wilson. Então trazendo os pontos trazidos pelos conselheiros nos elencamos as 4 propostas e aí vamos seguir pra votação estas propostas. Estão de acordo? **Consolação CEAS:** Posso lê as propostas? **Presidente:** pode sim Consolação Obrigada. Proposta 1: ter concluído seus processos de cadastramento junto ao CNEAS. redação do decreto. tá desse jeito no decreto. Proposta 2: foi discutida aqui e apresentada pela conselheira Joanita: está cadastrada no cadastro nacional de entidades. De acordo aí fala da LOAS. Proposta 3 da CIB foi a original apresentada aqui na resolução está cadastrada com status concluído cadastro nacional aí o restante é igual. Proposta 4 seria o que ele falou o que foi apresentado da CIB e aí a inclusão de um parágrafo. Os casos em que o cadastro não se encontrar concluídos serão analisados separadamente. E isso. Então vamos colocar cada uma em votação então? Aí a gente conta quem vota a proposta 1, 2, 3. Conselheiros que votam a proposta 1-? 2 votos proposta 1. Conselheiros que votam a proposta 2? 9 votos proposta 2. Conselheiros que votam a proposta 3? Nenhum voto. Conselheiros que votam a proposta 4? 1. Voto de honra né Wilson. então aprovada a proposta 2. Consolação: agora o destaque. O parágrafo 1º do art 8º. **Juanita** Federação das APAES. volta só lá no preambulo do artigo 8º pra min Consolação, o artigo 8º trata das disposições gerais que fala sobre o termo de adesão e elaboração do plano de aprimoramento que a SEDESE vai realizar no sistema informatizado, o parágrafo 1º coloca que no termo de adesão conterà as responsabilidades e compromissos envolvendo estado, municípios, Unidades governamentais e entidades. Nós não teríamos que colocar ali o conselho municipal de assistência social que ele não é responsável por monitorar e ele não vai se manifestar com relação a prestação de contas? Aí ele está subentendido como município ou tem que colocar conselho municipal de assistência porque ele tem função também. Aí a minha proposta é incluir conselho Municipal de Assistência Social. **Presidente:** obrigada Juanita. Próxima inscrição Ivone. **Ivone** COGEMAS. Eu tinha entendido que seria tanto no município como também o CEAS estaria dentro do estado. Então se fosse colocar controle municipal teria que colocar controle social ou então eu tinha entendido que já está compreendido que o estado o município também o controle, mas se for especificar então na minha opinião porque aí entraria no estado e no município. **Presidente** 2ª inscrição **Cristiano**. É só um comentário só pra gente pensar em termos comparacionais eu concordo que deve haver responsabilidades e tal mais o termo de adesão é um instrumento que é assinado por meio do sistema logicamente mais entre esses três atores que integram a base dessa relação que é estado, no caso a SEDESE os órgãos gestores municipais no caso das unidades governamentais e das não governamentais também e as entidades. Inserir o controle social aí significa que no termo de adesão competências relacionadas ao controle social municipal e estadual isso significa que eles também devem assinar o termo de conclusão e fazer o aceite no termo de adesão. Só pra pensar, entendeu? Então vai ser disponibilizado o termo de adesão para o conselho municipal de assistência social também fazer a adesão? É essa a proposta e aí no caso do estado vai ser disponibilizado ao CEAS pro CEAS fazer a adesão? Só pra ficar claro com relação ao instrumento. **Presidente:** Juanita. **Juanita** Federação das APAES. muito boa a colocação do Cristiano, termo de adesão que contará as responsabilidades é claro que implicitamente a responsabilidades do CMAS já é pra ele monitorar, acompanhar a rede implicitamente né, mais eu não sei se ele o-faz então independente de assinar ou não eu penso que ele deve estar claro ali que ele tem responsabilidade também com relação aquele recurso que está passando pra entidade que é de acordo ao pacto de aprimoramento de gestão, ele não vai propor pra reordenar e melhorar seu indicador não é o conselho municipal que tem que monitorar, acompanhar e aprimorar essa entidade para o acompanhamento do pacto e melhorar o seu indicador então eu penso que o conselho municipal não pode ser colocado estanque disso o conselho faz uma resolução aprovando mais ele é parte desse sistema e ele tem a responsabilidade com relação as entidades de apoiar e monitorar essa entidade também. **Presidente:** obrigada Juanita. Marta. Eu acho que eu entendo o que o Cristiano falou, nós precisamos realmente tirar a questão do termo de adesão que é uma adesão ao programa. Mais a gente tem uma prática no SUAS dos conselhos aprovarem os termos de adesão exatamente como sistemática do monitoramento do SUAS que é a gestão de controle social então a gente pode desmembrar ali e colocar depois uma

posterior aprovação do termo de adesão pelo conselho municipal. **Presidente:** obrigada Marta. **Presidente:** próxima inscrição Sandra em seguida Cristiano. **Sandra** CMAS Montes Claros: então só pra complementar isso aqui e dizer que eu sou favorável que coloca que o termo de adesão vai passar por votação e apreciação do CMAS. O CMAS vai avaliar a prestação de contas gente ele vai monitorar esse serviço ele vai acompanhar, lá no final do decreto tá dizendo que ele vai aprovar a prestação de contas, como ele não participa do processo e chega lá prestação de contas pro conselho aprovar? Eu acho que não tem muita lógica isso não. Eu penso que o termo de adesão ele tem que passar pela apreciação e aprovação do CMAS. **Presidente:** Cristiano. É só, eu tô com a cabeça na operação o prazo de adesão de entidades e unidades vai até acontecer durante o período que não é de um mês. Que vai ficar disponível o aceite então assim é só tomar cuidado. Concordo demais com todas as observações sobre o papel do conselho, mas é só pra ficar atento que vai surgir um trabalho muito grande do município pra que ele consiga fazer tudo isso dentro do prazo de adesão porque corre risco das entidades e unidades não conseguirem fazer essa aprovação do termo de adesão do prazo estabelecido para o aceite e a entidade não ser contemplada por causa disso então assim só pra ficar atento. Estamos discutindo aqui todas as questões de fragilidades aí a questão é só pra ficar atento com isso mesmo. **Consolação:** tem uma questão que a gente sabe, a comissão de apoio e o conselho talvez o conselho pode não reunir nesse final de ano, isso também, tem que fazer a extraordinária. **Janaína** SEDESE: eu queria trazer só um ponto pra que a gente possa fazer essa consolidação. Conselheiros, estamos todos aqui? Queria só fazer uma ponderação em relação aos pontos trazidos. Como o Cristiano trouxe e aí eu concordo com os pontos que a gente trouxe aqui nessas discussões no sentido de a gente criar o processo de fortalecimento as organizações e criar as oportunidades pra que elas participem do processo então isso é bastante valido. Uma preocupação do ponto de vista da operacionalização, eu entendo os pontos que o Cristiano trouxe é justamente dado o curto prazo esses 30 dias pra além de toda a documentação que a organização que vai dar andamento, eu estou me colocando no lugar da organização tá. 29 de outubro pensando no melhor cenário pra fazer esse processo acontecer ela vai ter menos de 30 dias ela vai ter o mês de novembro para olhar toda essa documentação e então convocar o conselho para ter o plano de adesão aprovado. Eu fico pensando que isso eu me coloco novamente no lugar da organização. isso faz com que a gente não cria oportunidade pra que as organizações mais frágeis consigam participar dos processos, estou só fazendo o exercício de pensar na operação e nessa coerência de criar oportunidades e incentivo pra que as unidades mais frágeis criem processo de fortalecimento. Só exercício mesmo de empatia de me colocar no lugar da organização e pensar, novembro isso é viável? É só essa ponderação mesmo. Pra trazer essa reflexão pra todos. **Marcio Caldeira** ASPROM. É ponto de vista de colocar essa proposta de o CMAS aprovará o termo de adesão? isso faz com que somente o CMAS poderá seguir o processo se o conselho deliberar pela aprovação, pois é então que o nosso time é pequeno, mais é controle social. Então vamos a luta. **Joana** SEDESE . Só pra falar também operacionalmente esse termo de adesão fica dentro de um sistema do rede cuidar ele não tem essa abertura ainda igual plano de serviço porque eles fazem isso e o conselho municipal já aprova o plano de serviço. No termo de adesão o instrumento jurídico é igual como se fosse termo de colaboração termo de fomento, conselho municipal não aprova instrumento jurídico e aí a gente teria que abrir dentro do sistema uma outra senha outro logim para eles acessarem o instrumento jurídico pra firmar essa parceria que tipo de aceite eles dariam nesse instrumento porque assinar eles não assinam então é isso. **Marta** SEDESE: deixa só refazer a proposta vé se diminua tanta polemica. Como a gente quer envolver a instancia controle social desde o início do processo não é isso? É mudar a redação sim. Ao conselho municipal será dado o conhecimento do termo de adesão pactuado junto com a adesão as entidades para monitoramento e acompanhamento do programa rede cuidar na esfera local. **Sandra** CMAS Montes Claros. Gente não o conselho o controle social tem que aprovar ele tem que lê, tem que entender tem que concordar com o que a entidade tá aprovando ali ele tem aprovar ele é controle social. Não é chegar lá com um papelzinho e falar nós estamos fazendo isso aqui pro estado é só pra vocês terem conhecimento desse papelzinho aqui. Desculpa eu não concordo com isso não tá. Nós já temos um problema no início e foi uma discussão muito grande do recurso que não está passando por fundo municipal, já não passa pro fundo municipal inclusive vou voltar a repetir o decreto está dizendo o conselho municipal tem que aprovar a prestação de contas como que ela participa do processo como que ele não olha o plano de

trabalho como ele não olha o termo de adesão e aprova esse termo de adesão. Olha eu sei de tudo isso que foi pontuado aqui do sistema, mas nós temos profissionais do estado que podem muito bem abrir o espaço lá e colocar pro conselheiro aprovar eu penso assim. Pode ser por meio de uma resolução o que seja, mais que o conselho aprove. **Consolação CEAS** Proposta de inclusão de um parágrafo nesse artigo. Proposta 1 o CMAS. Aprovará o termo de adesão disposto no parágrafo 2º desse artigo por meio de resolução ou ofício proposta 2 ao CMAS será dado o conhecimento da adesão do município, entidade, organização de assistência social para acompanhamento de execução local. **Joana SEDESE** na verdade eu penso então que a gente teria que incluir outra proposta porque conselho só aprova resolução está sendo redundante. Na minha opinião seria o CMAS aprovará o termo de adesão. Pode manter o ofício? Poque tem uns que fazem ata e não fazem a resolução e aprova na ata aí mandam pra gente aprovamos ponto. **Presidente: Janaína Lisiaque** inscrição eu só pontoei na verdade essa colocação da consolação eu acho um método possível considerando que isso já ocorre em relação a reprogramação de saldo nas organizações governamentais, eles têm que enviar a documentação o conselho tem que tramitar isso tem que aprovar e é obrigado que as unidades governamentais elas enviem no sistema o anexo da resolução e a ata aprovando isso. Então isso seria uma solução possível **presidente:** obrigada Janaína. Vamos então dá seguimento com a leitura das 2 propostas. A Consolação vai lê pra nós **Consolação CEAS.** Proposta 1 O CMAS aprovará o termo de adesão disposto no parágrafo 2º desse artigo por meio de resolução ou ata. proposta 2 ao CMAS será dado conhecimento da adesão do município, entidades ou organizações de assistência social para acompanhamento de execução local. Proposta 3. Manter do jeito que está sem essa inclusão. **Presidente.** Dando seguimento a votação os que votam a proposta 1. Oito votos. Conselheiros que votam a proposta 2. Três votos. Conselheiros que votam a proposta 3. Nenhuma votação abstenções? Então votada a proposta 1. vamos então dá seguimento a resolução como um todo e seguir pra votação. conselheiros que aprovam resolução 6177/2019 CEAS que delibera sobre a rede cuidar. Aberto para votação. Aprovada então resolução 6177/2019 que delibera sobre o rede cuidar. (aplausos) gente nós ainda temos 3 pontos que foram incluídos. Resolução do processo eleitoral PPAG e edital da conferência e nós temos reunião a tarde sobre o consolidado ainda da conferência né que mantinha a previsão para as 12 horas e aí a gente fica mais um pouco e faz isso aqui? **Presidente:** Vamos então seguir para a votação então a gente continua aqui até superar os 2 pontos de pauta que foram propostos no início da manhã ou se a gente traz esses pontos pra próxima plenária? A gente tem uma terceira proposta de ir para o almoço e retornar depois do almoço. Entendido então ficou claro pra mim conselheiros, desculpem então votação diz respeito à seguimos aqui até concluirmos a pauta ou paramos para pausa de almoço para então seguir. Conselheiros vamos ponderar na perspectiva do horário são 13:20 considerando que a gente tem aproxima agenda que a Marta mencionou as 14:00 mesmo que faça um intervalo 40minutos que é uma questão de saúde a gente fazer esse intervalo quando a gente retornar abre uma nova agenda. Esse é o ponto que eu queria trazer outra que a gente pudesse ponderar. Inscrições, breves até para que a gente consiga otimizar esse tempo para adiantar. **Patrícia** CMAS Nova lima. Uma das coisas em relação ao processo eleitoral é que foi dado uma resolução ad referendum que de acordo com o regimento ela tem de ser submetida a plenária na reunião seguinte. Uma das coisas é isso né. E a gente tem PPAG que é amanhã a reunião a gente vai ter que ter um conselheiro representando o CEAS. Então a gente vai ter que discutir essas pautas e a reunião da relatoria a gente de repente possa atrasar ela pras 14:00 pras 15:30 por exemplo. **Presidente:** quem são os conselheiros que vão participar da reunião da relatoria prevista as 14: horas? 1,2,3,4,5,6. Perderíamos quórum, então conselheiros uma proposta são então são 13: 20 a gente retornar as 14:00 em ponto pra que a gente então traga esses pontos de pauta até as 15:00 então a gente vai ter 1 hora pra fechar a pauta, pra então seguir com a relatoria as 15:00. Estão todos de acordo excelente então 13:30, 30 minutos para pausa. Obrigada conselheiros. Bom almoço para todos **Ivone-Cogemas:** Conselheiros boa tarde, Ivone-Cogemas, eu queria dizer para vocês assim, que esses pontos de pautas vão tratar de deliberações ou não? de votação ou não? deliberações, tem que ter quórum? Então agora pode perder. Outro ponto de pauta, a representação de governo está presente, eu estou dizendo porque se você for fazer uma plenária que só tem um lado não tem sentido eu sou mais, eu não represento governo todo, não represento não, o Cogemas hoje está muito mais, que a pergunta é tratando-se de ponto de pauta importantíssimo, a gente concorda que nós vamos continuar

com a plenária pra debater por causa do quórum, por causa das ausências, então o primeiro ponto está aonde, então nós vamos passar para a conselheira Patrícia que está expondo esse primeiro ponto de pauta. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** A gente pediu esse ponto de pauta porque aconteceu uma situação na conferência regional metropolitana em relação ao processo de prosseguimento de usuários, mas aí no decorrer do dia e hoje conversando com a Consolação nós tivemos alguns esclarecimentos, a dúvida era se a resolução contemplava o segmento de usuário puro conforme a gente discutiu na última plenária com as contribuições do conselheiro Isac, então nós discutimos essa situação depois a Consolação até agora pela manhã disse que conversou com a Joana do Jurídico e que ela deu uma orientação que seria possível sim, então é importante a gente registrar isso pra poder a comissão eleitoral também ter claro esse entendimento porque pode ter uma divergência de entendimento se o usuário puro ou se o fórum municipal de usuários por exemplo se ele pode candidatar aí para a gente dirimir essas dúvidas até para subsidiar a comissão eleitoral. **Ivone-Cogemas:** Passar para a Consolação para tirar essas dúvidas. **Consolação:** Eu li a resolução e eu estava com entendimento porque eu tenho 3 artigos e tem alguns uns que no meu entendimento que eles confrontavam e que não poderiam, aí eu consultei a Joana que era para ler a resolução e ela falou que sim, o usuário puro pode concorrer o que eu registro aqui tecnicamente como eu fiz na outra vez que eu não concordo com o procedimento eu estou falando do ponto de vista técnico, minha opinião técnica, que ele fere a lei estadual e o usuário sozinho não representa a categoria de um estado, se a gente fala ponto de representação, representatividade dentro de conselho e nós orientamos todos os conselhos municipais em relação a isso eu não concordo que no âmbito estadual uma única pessoa possa fazer ser eleita para representar toda uma categoria, e foge ainda de deliberações de conferências que a gente fala da formação de fóruns, da mobilização que a gente fala da importância dos agrupamentos inclusive dessas pessoas para defesa de direito, então assim está passivo está resolvido no ponto de vista da resolução que eu achei que não poderia que eu trazia esse impedimento mas a Joana já falou que da forma que está escrito pode então no ponto de vista jurídico cabe a secretaria executiva o cumprimento da norma mas eu queria registra o meu posicionamento, obrigada. **Ivone-Cogemas:** Só assim para esclarecimento porque na verdade teve uma resolução, essa resolução foi alterada com essa outra pelo presidente, não é isso? Só prorrogou? Outra pauta. O que está sendo discutido aqui não é a pauta da alteração? Sobre o processo eleitoral, microfone só para clarear. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** São 2 pontos em relação ao processo eleitoral, esse primeiro ponto a gente está dizendo sobre essa dúvida em relação a eleição ao segmento de usuários, depois eu vou trazer o outro ponto que é em relação a prorrogação. **Ivone-Cogemas:** Já está inscrito aqui a Fran, o Wilson, Ivone e Isac depois. **Francielly-UFMT BH:** Eu acho que essa discussão se representa ou se não representa eu acho que a gente já fez isso na outra plenária eu acho que a concepção é a mesma que nós fizemos em relação a entidade da defesa de direito que se ela tem inscrição em 1 município ela é de âmbito municipal então se a entidade podia então o usuário podia, a gente mudou então eu acho que essa discussão eu acho que a gente já venceu ela eu acho que a questão aqui agora é pensar na resolução que está aí que já foi publicada, que está vigente eu queria só fazer uma pergunta, houve orientação para os usuários pelo telefone ou presencial aqui no Ceas, email, alguma coisa de que não poderia já que a secretária executiva com essa concepção de que não podia para além daqueles que procuraram a gente lá na conferência metropolitana, porque a minha preocupação é que se alguém recebeu essa orientação de que não podia e deixou a candidatura pra lá talvez a gente resgatar isso para entrar em contato e esclarecer essa informação. **Ivone-Cogemas:** Em torno de esclarecimento, Consolação. **Consolação:** Como até eu informei ontem que a gente conversou mas é bom que fique registrado em ata, o conselho de BH me procurou como secretária executiva e me fez essa pergunta e realmente eu falei que não poderia o fórum municipal inclusive de usuário eu conversei com ele lá e eu me retratei, foi, ele me ligou aqui no Ceas e eu já falei isso foi a última pessoa que fez essa pergunta. **Francielly-UFMT BH:** Eu entendi que ele tinha te procurado lá na conferência, então aqui no Ceas email de procura foi só ele então. **Wilson-SEF:** Primeiro eu queria ver se eu entendi e se o que eu entendi estiver correto eu vou dar a minha opinião, quando a Consolação falou o seguinte, o usuário puro ou o representante de uma organização de usuário no caso o usuário estaria melhor representado por uma organização de usuário do que por um usuário sozinho eu entendo que no momento de uma eleição se o usuário isoladamente for eleito, ele passa estar representando todos, se ele conseguir ser eleito ele ganha essa representatividade,

então assim por mais que ele não estivesse representando uma instituição a partir do momento que ele for eleito ele ganha essa legitimidade para representar o usuário nesse conselho, eu concordo que isso seja o correto se ele for eleito, democracia é isso. **João-Cmas Pirapora:** Aí gente eu acho que a Fran está com razão quando a gente questiona, não pode ter dois pesos e duas medidas a gente já tomou uma decisão aqui e teria que ser mantido o que foi decidido até porque a gente teve um problema aqui comum conselheiro que foi o Irajá ele teve um problema lá na Apoinme porque teve uma eleição em dezembro e ele não foi eleito pra ser representante porque ele não pôde ir na Assembleia para dar apoio em dezembro e aí ele ficou, seu João como que eu faço eu posso concorrer eu Irajá, como pessoa? Eu entendo que você é usuário você sim é legível agora eu não sei Irajá até aonde vai uma representatividade de uma pessoa só porque eu acho que ninguém se representa sozinho, aí em Curvelo bem no início da nossa Conferência a presidenta do conselho lá é usuária e ela me perguntou a mesma coisa a Núbia, eu posso concorrer sozinha? Eu falei olha isso não está na nossa resolução, agora pra mim isso já é um fato novo estar até se discutindo isso porque se tiver a abertura pra um a gente teria que voltar atrás e rediscutir no caso do Irajá nós tivemos que acionar a Apoinme e eles mandaram a documentação indicando ele, mas no caso da Núbia? Tudo bem é uma discussão que está aqui mas eu acho que nem deveria mais tocar nesse assunto eu acho que é manter o que está na resolução, e eu não entendi isso na resolução, está escrito isso? **Isac- Angolo:** O que eu entendi eu posso ter entendido errado também, essa resolução ela é diferente da anterior mais a anterior falava candidatura de usuário e candidatura de entidade de usuário para tratar diferente, era documentação diferente mais o usuário ele não precisava ser diretor de uma entidade para participar enquanto eleito mas ele precisa ser reconhecido por um grupo de usuários por um coletivo e esse coletivo precisa mandar uma documentação indicando ele a diferente é que pra entidade de usuário se candidatar aí é uma documentação diferente que tem ata de eleição, que tem estatuto, essas coisas e aí a nossa resolução está pedindo essas atas quando necessário mas não está excluído a necessidade de usuários, um grupo de usuário, um coletivo de usuário atestar o conhecimento desse usuário, no meu entendimento a gente até poderia abrir, “sou usuário do bolsa família vou me candidatar ao conselho” sem conhecimento de nenhum grupo de usuários aí bom eu vou lá sozinho só mando meus documentos, CPF, identidade e aí passo e aí se eleito se chega o momento que eu não posso mais participar do conselho como que faz para me substituir, a questão do coletivo no meu entendimento ela ajuda nisso porque a vaga embora é usuário que vem a vaga é do coletivo porque se não dá para o usuário mais participar aí indica outra pessoa mas vem o usuário com respaldo de um coletivo seja o fórum de usuário, seja uma entidade de usuário, sim, pode ser o fórum de usuários que indique pode ser uma entidade de bairro, sim, pode ser o movimento de usuário mas que reconheça que é usuário é isso que eu entendi a questão que estava na resolução e discutir isso na resolução e nós optamos ara deixar a resolução menor mas a resolução antiga se vocês verem ela tem essa diferenciação lá, dizendo quem são os usuários, ali pelo meu entendimento só que na exigência da documentação ela pede reconhecimento, é o formulário de designação. **Ivone-Cogemas:** Eu me inscrevi e se tem mais alguém para inscrever, olha aqui eu também dei a mesma orientação que o João deu pra frente da usuária lá em Curvelo dizendo que ela não poderia se candidatar enquanto usuária só que ela tinha que ter uma representação, e eu tenho esse entendimento também que o Isac tem porque na verdade que se na resolução não saiu assim, não foi publicada assim eu tive esse entendimento o usuário ele é representado por uma entidade de usuário não quer dizer que ele é o presidente, mas a entidade está indicando ele, ele é usuário e tem uma instituição por trás dele que referenda aquele usuário indicado então eu não entendi Isac quando você fala a resolução antiga é a resolução pra esse processo? **Isac-Angolo:** A resolução antiga que eu estou falando eu não expliquei mas é a resolução referente aos processos anteriores de eleição ela discriminava as possibilidades de candidatar enquanto usuário mas aqui quando eu estou lendo os documentos necessários para todos é requerimento de habilitação, formulário de designação para todas as pessoas e as cópias dos documentos, anexos, então não tem como “eu usuários estou me designando”, entende, os usuários ele vai sozinho mas ele precisa de um grupo para designar. **Ivone-Cogemas:** Outra pergunta, existe Hugo, existe a lei como também o regimento que trata do processo eleitoral, a resolução é simplesmente uma forma de regulamentar então eu acho que era importante a gente também retomar a lei, o decreto, o regimento do processo eleitoral, o usuário é qualquer usuário? Não sei. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Uma das coisas também é

esse entendimento se o fórum municipal por exemplo de usuário poderia concorrer já que ele não é de âmbito estadual e aí isso foi muito discutido na plenária passada quando eu fiz a leitura da nova proposta que eu elaborei e depois submeti a discussão da comissão eleitoral elaborei assim aquelas alterações que foram solicitadas na anti penúltima plenária, então eu fiz a leitura e na hora que chegou nesse ponto eu fiz o destaque eu falei assim olha gente isso aqui que está sendo a proposta da comissão eleitoral que isso era uma proposta do Isac até que um fórum municipal de usuário pudesse concorrer, então tinha essa dúvida também, a Consolação inclusive estava orientando com relação a isso, pra mim está muito claro gente a lei do estado fala que está lá 2 vagas, entidades representativas de usuários de âmbito estadual mas o que na plenária passada nós deliberamos é de âmbito municipal poderia, que o fórum municipal de usuários poderia isso foi deliberado na plenária passada né Isac. **Ivone-Cogemas:** Marta e depois o Márcio. **Marta-Sedese:** Então eu fui ler os artigos realmente tem a maior contradição, no começo lá a gente diz que tem 2 vagas para representantes de entidades de usuários de assistência social de âmbito estadual, então 2 vagas, a seguir a gente diz que serão consideradas entidades de usuários de assistência social, usuários e organizações então tem problema de redação mesmo, fala das duas situações que no artigo 1º não dizia e aí a gente trás a resolução do Cnas o que define como usuários: cidadãos, seus direitos coletivos aquilo que a gente já conhece, e organizações de usuários, direitos coletivos e pronto, depois a gente diz do que a gente entende do plano estadual para cada situação, entidades, usuários e aí como a gente fala do que a gente entende do âmbito estadual a gente diz que são entidades de usuários assistencial que desenvolva suas atividades com abrangência regional ou pelo menos 2 municípios e representantes de usuários de assistência social que desenvolvam suas atividades no estado então assim, aqui vamos dizer assim, que no fórum municipal não poderia representar o usuário porque a abrangência dele é só local, entenderam? Entendeu Patrícia o que eu disse? É totalmente incoerente, fala alguma coisa depois diz outra, realmente eu acho que a gente tem que rever isso, como o Isac disse, quando for da habilitação, não é só o momento da votação ele vai se habilitar para ser candidato e aí a comissão eleitoral vai julgar se ele está habilitado, nós temos que ajudar a comissão eleitoral por que ela vai ter dificuldades lá na frente, como que ela vai dar habilitação no processo eleitoral vai gerar um tumulto maior ainda, então o Isac tem razão como é que eu faço um formulário de designação da pessoa física ser eleita, a não ser que seja por um coletivo de usuários, eu estou dizendo que isso precisa ficar claro para as pessoas, senão o usuário que vai ser candidata e a comissão de eleição pode não concordar com a habilitação dele mas ele teria que ser indicado por um coletivo de usuário pelo menos, um Cras, mas isso tem que ficar claro para a comissão eleitoral dar conta de habilitar. **Ivone-Cogemas:** A Patrícia está querendo dar um esclarecimento com relação a parte da legislação. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** É um esclarecimento que nessa própria resolução está dizendo quem que designa o usuário que seria o coordenador do Cras, Creas ou secretário ou conselho já está prevendo isso sim, foi até uma contribuição da Juanita que a gente fez aqui na hora da plenária mesmo. **Francielly-FMT Suas:** Gente, é notório que a resolução não sofreu adaptações em relação a discussão que foi feita na plenária, não foi feita um check-list na resolução, a partir da discussão que a gente fez e deliberação da plenária tinha que ter pegado a resolução inclusive, a plenária deliberou, o que tinha que ter acontecido, tinha que ter pegado a resolução, os documentos, os anexos e adaptado a deliberação da plenária, não houve, o formulário de habilitação não está de acordo com a discussão da plenária, não está, então a resolução ela não passou pelo check-list o que aconteceu que o Rodrigo, lembro muito bem disso, mandou no grupo dos conselheiros pedindo nós para fazer uma revisão da resolução e perguntando se estava tudo ok com a resolução, foi isso que aconteceu, não sei se vocês lembram no grupo. Consolação, mas só como que você estava com concepção diferente do que foi aprovado na plenária a revisão foi nesse olhar, porque o formulário de habilitação ele não está de acordo com o que foi deliberado na plenária. **Consolação:** Aí eu estou chamando inclusive regimento, código, a conselheira questionando se o meu trabalho ele estava como um filtro pessoal, de valor pessoal, você falou que eu estava com o meu olhar já pré definido para fazer uma revisão, isso é muito sério. **Francielly-FMT Suas:** Consolação, talvez eu vou explicar porque se você está falando que é muito sério eu vou explicar o que eu disse, eu estava com o olhar da resolução e quando me perguntaram do processo eleitoral eu falei, pode sim, e quando me perguntaram assim, em relação ao fórum municipal de BH pode? Eu falei não pode, eu dei duas orientações porquê de acordo com o que eu estava entendendo da resolução, é isso que eu estou

te dizendo entendeu, muitas das vezes a gente direciona as nossas respostas e aquilo que a gente verifica de acordo com o que a gente entendeu, é isso que eu estou dizendo, eu não estou colocando em check-list o seu trabalho não pelo contrário e se eu colocar em check-list seu trabalho eu tenho que me colocar em check-list eu também como conselheira, porque eu passei 2 orientações, eu falei que o fórum municipal de BH não podia se inscrever a Patrícia virou pra mim e falou que pode, a Joana falou que pode, é isso que eu estou dizendo. **Juanita**-Federação das Apae's: Eu acho que a gente precisa esclarecer melhor até para trazer à lembrança dos conselheiros, o que está sendo colocado aqui conselheiros é que nós temos uma resolução que foi aprovada por esse pleno e não condiz de acordo com as colegas Patrícia e a Fran eu realmente não recordo, que a minha memória realmente é muito ruim, mas se elas estão colocando a gente tem que resgatar a discussão da última plenária que é onde que comprova o que foi colocado aqui e aos demais conselheiros, que esse pleno ou seja que nós aprovamos que o usuário individual pode vir para processo eleitoral, é isso mesmo, que foi até com a relação ao que você colocou, a resolução não saiu com essas observações que a plenária aprovou não é isso Fran, o que elas estão trazendo aqui é isso, a resolução está de uma forma e que a discussão na plenária anterior deliberou ou aprovou sobre isso eu Juanita não tenho memória para resgatar isso porque é muita discussão e eu realmente não me recordo, com relação aos artigos que a Marta leu, nós temos problemas de legislação sempre nesse Ceas, a nossa resolução é de um jeito e as diretrizes nacionais considerando o que o Cnas coloca como conceito de cada uma representação é outra, então há disparidade por que o Cnas o usuário e coletivo atenderia esse pleito que está colocando aqui, de acordo com a lei do estado está lá entidade de usuário em âmbito estadual, então nós temos uma legislação que ainda não está aprimorada a luz dos avanços do Suas e a gente sempre vivencia esses problemas aqui é isso que está acontecendo, só para esclarecer. **Sandra**-Cmas Montes Claros: Então, eu não estive na reunião passada que foi a reunião de setembro que eu acho que foi feita essa discussão porque eu não lembro dela das outras reunião, eu realmente Consolação precisaria até que a gente pudesse ouvir então a degravação da reunião passada eu acho isso muito sério porque assim, até aonde a gente sabe da formação que a gente tem, das participações que a gente tem você é candidato a partir da indicação de uma instituição, a pessoa enquanto ela vim candidatar porque ela vai representar quem no conselho, o conselho é um espaço de apresentação de grupo, de classe (você podem até discordar de mim mas espera eu falar, eu ouço todos com muita tranquilidade aqui) então eu coloco o seguinte, as pessoas vem para o conselho ela não vem para representá-la ela vem representar um determinado grupo, nós temos que fortalecer o conselho, o controle social, se a gente começar aceitar inscrições individuais nós vamos enfraquecer a representatividade, uma categoria se vem pra cá enquanto usuário tem que ter todo um grupo que vai dar todo suporte e apoio essa pessoa inclusive para articulação, então esse é o meu atendimento quando eu vim pra cá enquanto Cmas, o Cmas de Montes Claros me indicou e eu tenho muita consciência que eu represento aqui não é só o Cmas de Montes Claros mas são os Cmas eu tenho muito essa tranquilidade e penso dessa forma eu gostaria muito de ver o que foi discutido, se for por aí nós cometemos um pecado. **Consolação**: Só esclarecer gente o formulário como ele é único para todos ele não está obrigando a ser presidente não, embaixo tem identificação e qualificação de quem assina os documentos isso vale para todos, é lógico que se o movimento não tem o presidente ele entra na identificação e qualificação de quem assina é o próprio usuário? É usuário, é isso, então não tem divergência do documento é porque ele foi único, gente é assim, é único para todos, ele não está falando que tem que ser não, são situações diferentes então não tem divergências no documento não. **Isac**-Angolo: Enquanto usuário eu acho que a resolução tem partes nela da gente reduzir a resolução eu lembro de discussão na plenária que eu defendi é que tenha as categorias diferentes do usuário que é uma coisa é um usuário com reconhecimento do coletivo e outra é uma entidade de usuário são 2 coisas diferentes agora eu não defendi usuário sozinho sem reconhecimento de ninguém, esse termo ali tem um grupo que reconhece o usuário não é necessariamente uma entidade da forma convencional, pode ser o fórum, pode ser o coletivo mas tem que ter o grupo que reconheça usuário não ele sozinho até porque eu expus isso antes, o usuário sozinho sem ser reconhecido por ninguém não vem os anexos, os documentos que são exigidas pra documentação ela não permite isso e também não é da nossa vontade que isso aconteça, agora eu também acho que nós não estamos discutindo e colocando imediatamente tudo na resolução mas eu acho que está havendo equívoco de interpretação, com relação ao fórum municipal eu defendi

que também possa participar mas que o fórum participar eu entendo como coletivo de usuários, o fórum não é uma entidade o problema que eu estou vendo é está um artigo na resolução reconhecendo apenas a entidade pedindo o documento para entidade de usuário eu estou chamando a atenção nas resoluções anteriores tinha usuário ou organização de usuários e tinha lá entidade de usuários, estava em diferentes artigos, isso ficou diferente nessa resolução que está tendo dificuldade mas se o candidato que pedir a habilitação ele não tiver esses documentos que são exigidos para todos ele não é habilitado, eu entendo que não é tem os documentos que são específicos para os usuários, a defesa enquanto usuário é a candidatura tanto de entidade de usuário como de usuário reconhecido como coletivo. **Luanda-Fetsuas:** A discussão aqui me fez também pensar em várias coisas, talvez eu entre em outro setor aqui é mas é porque a gente não está tendo acesso as atas das reuniões, e se a gente tivesse com a ata aqui a gente poderia recordar na ata o que foi discutido mais facilmente, e aí assim eu fiquei pensando nisso porque a gente poderia olhar na ata lá, já que está falando na reunião passada eu não lembro eu não sei e na ata a gente conseguiria ver, e aí eu queria só resgatar um pouco da discussão que foi feita que é em relação a desmobilização dos fóruns, ontem a gente teve até um questionamento na regional metropolitana que foi em relação ao fórum de usuários estadual, os usuários falam, ele não existe como é que eu vou concorrer pelo fórum estadual se ele não existe, eu vou concorrer por uma coisa que não existe, o fórum municipal está funcionando muito bem em BH mas o estadual não existe, e eu quero estar lá nesse espaço, então a gente está falando também são 2 coisas que a gente preocupa aqui, em fortalecer esses fóruns mas também da gente reconhecer que a gente não está dando estruturas necessárias para que esses fóruns se desenvolvam eles podem até ter sido instituído mas ele não existe hoje ele não está em atividade hoje, então assim, ao mesmo tempo que a gente pensa que a gente não vai fortalecer os movimentos de fóruns deixando o usuário fazer a inscrição sozinho ao mesmo tempo a gente também tem que reconhecer aqui esse fórum não está funcionando e a gente vai excluir a possibilidade desse usuário concorrer, porque ele vai estar num fórum que não está funcionando, então nós precisamos pensar muito nisso, e a terceira coisa é com relação ao formulário e aí vocês estão dizendo que ele talvez ele não tenha contradições eu estou aqui agora no whatsapp orientando um usuário ontem que me pediu ajuda para fazer a inscrição aqui, Pop Rua daqui de BH e aí a dificuldade dele de preencher esse formulário tem que haver com essas coisas mas aqui não tem ninguém que assina não porque o movimento é horizontal, nos trabalhadores a gente também tem disso e o que a gente fez, qualquer um assina qualquer um da coordenação do fórum assina pela coordenação do fórum porque não existe presidente, não existe representante legal nem nada mas a gente precisa talvez pensar que a resolução por si só eleitoral ela não basta em se tratando da gente abrir um processo da sociedade civil para participar amplamente, eu sempre lembro aqui da Déborah Arkman defendendo da gente fazer cartilhas, sabe porque a gente pode lançar resolução que é toda cheia de termos, mas assim se você pegar a resolução e ler não é do entendimento de qualquer um, então a gente lançar a resolução junto com uma cartilha com perguntas e respostas, quem pode, como pode, onde fazer, fica aí o aprendizado pra gente para próximas também, e eu acho que a gente precisa urgente resolver as questões da atas, porque falar, falou, não falou então a gente pega as atas e ver o que falou mesmo, então resolve. **Ivone-Cogemas:** Eu me inscrevi depois do Márcio e eu quero ver se a gente encerra na minha fala, agora a Fran, depois o Márcio e depois eu. **Francielly-UFMT-BH:** Então gente, eu penso que é o seguinte a resolução foi feita a discussão, se vocês buscarem na gravação a Patrícia ainda chamou a atenção e aí eu acho que a gente precisa então fazer uma reflexão como conselheiros o que é que a gente está votando sem entendimento do que está votando, porque a Patrícia eu lembro perfeitamente que ela chama atenção vocês entenderam que é isso, isso e isso aí foi feita a votação, nós votamos que o usuário puro ele podia ser inscrever, ele podia se candidatar e foi feita orientações já pra vários usuários que eles podem sim se candidatar, então eu acho que a gente precisa pensar então uma forma de como rodar essa resolução ou vai revogar a resolução porque se a gente for trazer essa nova concepção aí então nós temos que revogar a resolução ou mudar a resolução porque a Consolação perguntou pra Joana juridicamente se podia? Podia, então nós não podemos diante da nossa nova concepção virar e falar, não vai se candidatar porque a gente já passou orientações para os usuários inclusive os usuários já estão tentando fazer a sua inscrição, a sua candidatura, apesar de achar que se o usuário puro vai lá na frente e faz a sua defesa lá pra vim para o Ceas e 50, 60 usuários votam nele, ele está legitimado pelo coletivo porque aí Fórum de BH que tem

suporte, que tem estrutura, vai ficar participando de tudo aí porque eles tem uma estrutura diferenciada dos outros lugares, nós estamos fechando portas para que outros usuários tão competentes quanto os de BH possam participar se 50, 60 usuários estão lá na conferência estadual de âmbito estadual votou nele ele tem legitimidade no âmbito estadual eu penso nessa forma, aí a proposta que eu queria dizer é o seguinte é o que a própria Marta falou os casos, as inscrições serem avaliadas pela comissão de habilitação e aí os casos bombásticos que a comissão precisar de auxílio vai pra mesa diretora ou vem pra próxima plenária o prazo é até o dia 25, até amanhã, então dá tempo talvez não sei, aí eu metendo o dedo no trabalho dos outros, mas talvez dá tempo da comissão deixar pra avaliar os usuários primeiro, as inscrições dos usuários primeiro porque se tiver alguma caso bombástico trás pra plenária para o dia 4 para avaliar na plenária ou mesa diretora essa é a minha proposta. **Márcio Caldeira-Assprom:** Eu acho que eu me sinto bem contemplado aqui pela proposta que a Fran coloca porque eu acho que a gente tem que tomar cautela de mexer nessa resolução nesse momento ela é complexa dado que a gente tem um limite de tempo aqui nessa plenária agora, a gente já estourou ele eu acho que a gente tem que caminhar numa forma bem propositiva, eu estou referendando a proposta que a conselheira Francielly coloca. **Ivone-Cogemas:** O que eu queria colocar é no viés que o Isac colocou na hora que você ver o usuário individual se inscrever no Ceas a vaga dele em qualquer substituição você não tem representação, então no meu ponto de vista eu sugeria seguir a resolução e o usuário vim é como você faz uma ação em plenária, ele vai ser referendado por um grupo de usuários, um coletivo que vai referendar a vaga não é dele é daquele grupo de coletivo que referendou aí ele ficaria no caso de vacância dele naquele conselho vai ter outra eleição para abrir outro procedimento de habilitação para poder compor se ele é usuário individual qual o critério que vai usar para substitui ele, o suplente foi titular quem ficou suplente, entendeu? Aí é que vai ser diferenciado do processo eleitoral porque o processo eleitoral se eleja o titular e o suplente, eu estou querendo porque a resolução ela pra mim ela está clara no que eu votei aqui porque eu cheguei lá em Curvelo o João também estava do meu lado eu falei e argumentei pela usuária lá que ela tinha que representar o coletivo e ainda falei mais no mínimo de âmbito regional eu não falei estadual de 1 a 2 municípios então se eu falei isso pra ela eu teria que ligar de novo até amanhã não teria como eu falar com ela novamente, é complicado e quando eu leio a resolução eu tenho toda a compreensão da resolução que ela é toda de representação, ela só tem uma vírgula lá que separou que colocou usuário e tem vírgula mas toda ela está numa concepção que é de representação, só um artigo que colocou uma vírgula e usuário vírgula e tal eu tenho um medo. Consolação, Isac e depois votação. **Consolação:** Eu vou fazer côro com a Francielly e com o Wilson que se o usuário ele é eleito dentro de uma coletividade dentro de uma conferência e conferência é o fórum de eleição ele vai ter essa representação daquele grupo que foi o que vocês dois falaram e nós não podemos pensar em alterar a resolução e nem mexer com ela porque isso vai impugnar todo o processo, então a gente não pode fazer isso, eu acho que o entendimento é esse acho que ficou claro eu acho que a gente tem que validar aqui o que foi divulgado se o usuário fez a inscrição, analisar e dar oportunidade e ele vai estar lá na conferência e se a argumentação dele for suficiente pra isso ele vai vencer, se não for pode ser outro a Joana leu a resolução e ela viu que pode entender isso e se pode entender significa que tem mais de uma interpretação, se tem mais de uma interpretação já mostrou seja em que for do processo o que ficou aí, foi também muito corrido pra todo mundo então eu acho que a gente tem que validar, justificar em cima da resolução o processo democrático mesmo e vai ser resolvido no voto lá na conferência. **Ivone-Cogemas:** Agora nós temos o Isac para terminar a fala e vamos votar. **Isac-Angolo:** Eu acho que a gente está discutindo sobre a representatividade, tem momentos que eu acho que está sendo equivocado, uma coisa é o usuário ele ser eleito pela plenária na eleição é claro que vai representar os usuários do estado inteiro, isso é uma coisa para o momento de habilitação é diferente qualquer usuário se ele for habilitado e passar pela eleição e ser eleito ele vai representar todos os usuários a gente está dizendo quais os grupos que poderão ser habilitados para ser eleito, a minha proposta com relação a isso é que eu estou entendendo que está havendo confusão no entendimento e a proposta é que o entendimento da comissão eleitoral seja de habilitação dos usuários sendo individual ou não mas reconhecido pela comitiva é isso que tá lá no meu entendimento quando a gente pega esse formulário de requerimento que pede o grupo que indica então necessariamente não tem que ser presidente de uma entidade é os representantes do grupo se o grupo não tem presidente tem uma coordenação a coordenação pode assinar isso, é só identificar lá, ao meu

ver a gente tem que tentar solucionar essas dúvidas pra pessoas, as pessoas que vão tentar se habilitar e estão com dúvida e a minha proposta é que o direcionamento para esclarecer essa dúvida é que a pessoa precisa de reconhecimento. **Ivone-Cogemas:** Na sua fala se eu entendi bem, a gente teria aqui que votar 2 proposta, 1 proposta é manter a resolução do jeito que está e as pessoas se inscrever, se habilitar como uma representação que ele organiza lá e vem se inscrever para dar condição que ele está representando o coletivo, você está apresentando uma proposta, não vai mexer na resolução. **Isac-Angolo:** Não precisa mexer na resolução não. **Ivone-Cogemas:** Deixar a resolução como está. **Marta-Sedese:** A gente não tem que votar senão a gente tem que votar numa retificação de resolução e ninguém está com o texto aqui, acho que o encaminhamento é assim, é unânime a gente não vai mexer na resolução mas a gente precisa ajudar quem vai estar trabalhando da habilitação e aí esse entendimento que quem vai trabalhar na habilitação está requerendo essa plenária, vamos padronizar o entendimento para quando todo mundo chegar lá no momento de habilitação ficar tranquilo para habilitar o que está claro aqui é que infelizmente a resolução saiu confusa e já saíram orientações de conselheiros de formas diferentes para a gente não criar um problema para o Ceas e nem para quem receber orientação lá não tem como a gente mudar isso, se é usuário individual vai ter que ser habilitado, se é coletivo de usuário ele vai ter que ser habilitado, se é o fórum municipal de usuário ele vai ter que ser habilitado e o problema vai ser na plenária a disputa vai ser na plenária então eu só conclamo que a gente sabe que todo ano não é uma eleição fácil, precisa ter muito tato, muita habilidade para ajudar no processo lá na conferência quem for ajudar a conduzir o processo de eleição o usuário vai ter que ajudar o conselho a diminuir esse tipo de disputa que pode ter lá, pode ter sim, o coletivo falar eu mereço mais voto do que o conselho individual, é lá que esse tipo de debate vai fazer mas eleito lá que ele seja individual é legítimo, o que o Isac está dizendo é dar orientação, que nós estamos dando orientação pra publicação e não temos como resolver isso agora a 2 dias de findar esse processo. **Ivone-Cogemas:** Eu diria que independente, a gente tem que ter esse consenso dos conselheiros, é isso mesmo, a pergunta é essa, todo mundo está concordando com essa posição da Marta? Isac não concorda. **Wilson-SEF:** Gente, quando a gente pensa por exemplo na política de uma forma geral, você tem lá os partidos políticos a candidatura avança ela é permitida, isso está em discussão a tendência é que a candidatura avulça vindo a ser permitida, agora assim nós não temos partidos, são associações não são partidos políticos, então assim eu acho que a gente não quer permitir que uma candidatura avança de usuário a gente está em retrocesso do que está acontecendo de uma forma geral, eu acho assim, que se uma pessoa consegue se eleger ela está legitimada, mesmo que ela chegue lá sozinha se discurso dela se o trabalho dela passado e presente durante a conferência se ela convencer o grupo a votar nela ela tem o direito de ser representante do usuário, é minha opinião. **Ivone-Cogemas:** Conselheiros, só um pouquinho depois do Isac nós vamos terminar. **Isac-Angolo:** Gente eu vou voltar a dizer a habilitação ela diz quem vai poder participar da eleição o nosso entendimento é que o usuário ele vai com reconhecimento do coletivo isso é exigido pela documentação que está na outra resolução, são exigido, não são exigido que ele seja de entidade mas que seja reconhecido por um grupo é isso que está sendo exigido e é defesa da gente, a resolução ela está exigindo isso entre os documentos aquela designação ela exige que o coletivo, tem duas coisas, uma coisa é a designação e outra coisa é o reconhecimento daquele grupo que está designando o reconhecimento do grupo o Cras, o Creas, outros serviços ele assina, o Conselho assina, que reconhece aquele grupo de usuário que está designando a pessoa também acho que tem esse reconhecimento da entidade, não sei, mas para o usuário tem o coletivo que indica isso que a gente está defendendo e a resolução eu insisto que está pedindo isso então se chegar pra comissão de habilitação sem essa designação a pessoa não está habilitada, esse é o entendimento é isso porque se a pessoa não foi habilitada tem que falar pra ela porque que ela não foi habilitada, se ela não cumpriu os requisitos que são para todos como que ela vai ser habilitada, não vai, o entendimento é que o usuário ele vai pelo menos com reconhecimento de coletivo. **Ivone-Cogemas:** No meu entendimento a gente tem que deliberar pelos conselheiros aqui, se nós vamos aceitar a habilitação do usuário individual ou se nós vamos concordar que o usuário individual tenha uma entidade representativa que venha um coletivo que vai assinar como tal, eu acho que tem que votar. **Francielly-UFMT Suas:** Então, eu estou entendendo que nós não temos essa autonomia para falar que vai ou não eu entendo que isso é da comissão ela que vai indeferir ou deferir, e aí a proposta é que se os casos age complicados aí a

comissão pede socorro para a plenária e tudo mas eu acho que nós aqui não temos essa atribuição de falar vai ou não vai não, o usuário faz a inscrição lá e a comissão avalia lá a situação dele lá e dá o encaminhamento que tem que dar. **Ivone-Cogemas:** Ok, então a proposta da Fran é que a comissão vai conduzir a habilitação geral, se tiver dúvida, conselheiros estão de acordo a isso? É uma sugestão que ela está trazendo aí de consenso aí, concordam? **Isac-Angolo:** Olha eu também já tinha entendido que a comissão de habilitação que julga isso a gente estava discutindo aqui a interpretação da resolução pra comissão de habilitação, eu acho que faço parte da comissão de habilitação também então é nesse sentido que eu estou entendendo eu vou repetir o que estou falando e que é o meu entendimento o usuário ele pode se candidatar com reconhecimento do coletivo a resolução está pedindo isso na habilitação se não atender isso não vai ser habilitado, é isso que eu estou dizendo você vai lá naqueles documentos que são exigidos para todos os candidatos o formulário de designação está lá o coletivo de reconhece precisa dizer que conhece. **Francielly-FMT Suas:** O que eu estou entendendo é que você está dizendo assim se não tiver assinatura do Cras lá na parte da habilitação ele não vai poder se habilitar. **Isac-Angolo:** Não, é diferente, tem dois anexos Fran, 1 anexo é o formulário de designação que é o coletivo tal, coletivo do grupo da terceira idade, reconheço que fulano de tal é usuário da assistência social e participa efetivamente em defesa dos direitos e vai lá e alguém do grupo assina, e tem uma outra coisa, um outro documento que está lá nos específicos que o Cras, o Creas o Cnas ou o conselho estadual ele reconhece aquele coletivo que está reconhecendo o usuário. **Francielly-FMT Suas:** O que eu estou querendo dizer é que hoje é quinta feira e o último dia pra fazer inscrição é amanhã, talvez o usuário não vai conseguir fazer isso aí, é isso que eu estou dizendo, passa para a comissão porque as vezes a importância de ter essa informação no formulário ele está entendendo que é só ele ali, essa informação não chegou, entendeu, então a comissão avalia: esse usuário teve a informação, vamos entrar em contato com o usuário, nós vamos conversar com o usuário, não sei qual é o procedimento da comissão, a inscrição, a habilitação vai acontecer aí a comissão vai fazer todos os desdobramentos lá, hoje é quinta feira amanhã é o último dia. **Ivone-Cogemas:** Deixa eu te falar a resolução foi publicada com os anexos bem antes, agora o que está acontecendo agora foi só a prorrogação, o entendimento dele vir isolado está na resolução ele pode ter tido entendimento mas os anexos estava lá com toda a documentação que ele tinha que trazer. **Francielly-FMT Suas:** Ivone imagina lá o indivíduo lá sozinho. **Isac-Angolo:** Acho que uma orientação, um procedimento que poderia ter sido feito só lembrar da primeira vez que eu me candidatei à representação no Ceas eu vim como usuário reconhecido pelo coletivo, e a segunda também foi assim a primeira vez eu não lembro quem estava trocando email comigo daqui do Ceas, parece que eu troquei uns 30 emails tirando dúvidas com o Ceas e na outra vez eu enquanto conselheiro de representante de usuário eu fui tirando dúvidas das pessoas que estavam começando, a gente conversou pouco sobre o entendimento, o problema foi passar entendimento equivocado para as pessoas eu acho assim que se a gente tem contato de algum usuário que perguntou a gente e a gente passou informação errada a gente tenta entrar em contato com ele e reaver essa informação, a minha sugestão é essa se a gente passou informação equivocada e se a gente tem o contato dessas pessoas a gente tenta repassar essas informações, senão não vai ser possível, agora se a pessoa vir requerendo habilitação e não tiver documentação não vai ser habilitada não tem como a gente habilitar pessoas sem a documentação exigida, senão a gente vai estar fazendo de forma errada também. **Ivone-Cogemas:** No meu entendimento vamos seguir com o encaminhamento da Fran, vai largar na mão da comissão se a comissão vai habilitar ou não vai habilitar, pronto, o segundo ponto de pauta eu peço a conselheira Marta, desculpa são 2 pontos. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Eram 2 pontos de pautas dentro dessa questão do processo eleitoral a outra é aprovação ad referendum da prorrogação do período de aprovação de habilitação aí eu tenho uma consideração a fazer em relação a questão ad referendum assim porque é um pouco aplicado eu não sei se passou pela mesa diretora, a Ivone é da mesa diretora, eu acho que as vezes é um pouco complicado essa questão de ad referendum pra gente tomar cuidado em relação a isso por que por exemplo qual o prazo máximo pra eleição, porque a gente já não colocou 25 de outubro então eu chamo um pouco a atenção um pouco pra isso assim, era só uma consideração e lembrando que o ad referendum tem que ser aprovado na plenária e não estava na pauta. **Marta-Sedese:** Só esclarecer Patrícia para eu entender o que você está dizendo, você está questionando o presidente de ter invocado a possibilidade de fazer o ad referendum, que ele precisava para poder atender, precisou numa situação sugeres invocá-los pra

ele para ele dar conta de resolver isso, não é isso que você está questionando não, ele precisava mesmo. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Eu estou colocando pra gente ter uma cautela em relação a utilização desse mecanismo ad referendum porque se a gente já sabe o prazo máximo porque já não fez a eleição no prazo máximo, porque foi um prazo muito curto no dia que a gente votou a resolução do processo eleitoral eu vi lá dia 18 já era um prazo curto se a gente já tinha essa possibilidade de prorrogar para o dia 25 porque já não colocar dia 25 porque depois você tem que fazer uma resolução ad referendum não sei nem se deu tempo de passar pela mesa diretora, a Ivone está fazendo sinal que não, e pelo regimento tem que passar pela mesa diretora mas aí eu estou colocando esse ponto de pauta não foi pra questionar não, porque no regimento, o artigo 21 do regimento diz que toda decisão ad referendum tem que ser aprovado na plenária, então a gente tem que aprovar isso agora, entendeu e fazer uma reflexão pra gente evitar esse tipo de decisão assim, ter uma cautela. **Marta-Sedese:** A plenária fica precisa ficar atenta no que ela vota, é isso não é a secretaria executiva, nem a mesa diretora e nem à presidência eu estou chamando a atenção que a gente votou conscientemente que o prazo ia dar e ele teve que fazer esse arranjo, então estou chamando a atenção para a plenária porque o presidente precisava coitado invocar isso porque senão ia prejudicar o processo. **Consolação:** A gente põe o prazo realmente que seria ideal inclusive pra secretaria executiva trabalhar, para todo mundo fazer tudo com um prazo de publicação, sabe Patrícia, então você fala assim prazo máximo, eu recebi inclusive 2 conselheiros que estão até aqui presente, os conselheiros falando da impossibilidade naquele período em virtude das conferências deles mesmos apresentar as documentações, nós estávamos em viagem eu e o Rodrigo não tinha como fazer de outra forma, nós estávamos em Juiz de Fora, a gente estava indo pra lá pra Juiz de Fora, então nós tivemos que fazer isso e prorrogar sim o mais rápido possível isso tem que sair, negociei junto à secretaria pra fazer isso, nós sacrificamos todo o processo inclusive interno, de publicização de recurso diminuindo, quer dizer tudo que a gente fez foi diminuindo, então é ideal o que nós fizemos? não é não se você pegar o calendário a gente deixamos prazos mínimos pra tudo, reduzimos pra tentar fazer com que inclusive todas as pessoas que estavam envolvidas no processo conferencial também pudessem participar, e a gente também ter um número maior e tentar entrar numa conferência estadual sem vacância porque você já entra com um número X que você não vai ter com preenchimento de vagas é muito ruim, então essa foi a análise feita, o regimento faculta isso ao presidente, no momento que foi solicitado nós não tivemos a menor condição de consulta naquela hora não era, inclusive eu cometi um erro de colocar em novembro a resolução e você detectou isso e imediatamente foi corrigido para publicação na Sedese, então assim realmente foi uma situação atípica, se a gente pegar a história desse conselho eu não funciona com ad referendum, é mínimo, mínimo, mínimo, nem a resolução que era processo de escolha que foi facultado na plenária ele não foi cumprida a deliberação porque entendeu que o melhor processo era a plenária, não é prática desse conselho o ad referendum. **Francielly-FMT BH:** Gente, a questão é essa mesmo, é porque é a questão da legalidade a gente fica muito preocupada na questão da legalidade e o processo eleitoral para o Ceas é uma coisa assim gigante qualquer deslize nosso posso gerar uma impugnação então a gente viu lá no regimento interno que tinha que passar pela plenária para endossar o ad referendum do Rodrigo, então quando a gente colocou aqui como pauta foi para endossar a atitude dele porque não estava como ponto de pauta para essa plenária então nós pedimos para incluir pra justamente para não abrir ilegalidades porque a gente também apoia a legalidade, a gente observa isso o objetivo da questão é essa. **Ivone-Cogemas:** O João está colocando o último pra gente ver o ad referendum. **João-Cmas Pirapora:** Eu não falei que sou o último não. **Ivone-Cogemas:** Último para inscrever. **João-Cmas Pirapora:** Na realidade gente, eu fiz esse questionamento na conferência porque numa quinta feira a gente estava em Montes Claros, não tinha tempo hábil para gente fazer nada lá, a documentação tinha que ser entregue até na sexta, qual a possibilidade que eu, Irajá e Ariadna teríamos em encaminhar a documentação, olha só para vocês verem, até hoje também a dos meninos não chegou aqui aí eu liguei para a Consolação na hora e falei, olha se for assim vocês estão prejudicando a gente o conselho vai prejudicar e a gente está a serviço do conselho, foi isso e ela falou assim, João eu não posso te dar a resposta agora porque eu não posso mas mais tarde eu te ligo e te dou o resposta e ela ligou de tarde e deu o retorno, porque eu fiquei preocupado com isso porque se foi ali na sexta nós não iríamos participar, foi por isso, e eu falei tem que olhar quem está nas conferências, aliás todos os conselheiros estão envolvidos. **Ivone-Cogemas:** Nós vamos ler, leia para

nós Luanda. **Marta-Sedese**: Eu leio, adoro ler. Resolução 676/2019 Ceas MG, altera a Resolução n.º 675, que dispõe sobre o processo eleitoral do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, para compor a Gestão 2019-2021. O Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 13 da Lei Estadual n.º 12.262, de 23 de Julho de 1996, e pelo Regimento Interno deste, principalmente, o disposto no inciso XV do artigo 23, RESOLVE: Art.1º Prorrogar o período de habilitação para o processo eleitoral do CEAS até o próximo dia 25 de outubro. Parágrafo único. O calendário do processo eleitoral do CEAS – gestão 2019-2021 fica alterado pelo o que está no anexo I. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 18 de outubro de 2019, Rodrigo presidente, Conselho Estadual. **Ivone-Cogemas**: Em regime de votação, quem aprova? Ad referendum aprovado. Segundo ponto foi o PPAG, emendar as 2 coisas? Não sei se é a mesma temática não, mas o PPAG é uma coisa e a conferência é outra, ah é o processo eleitoral. **Sandra-Cmas Montes Claros**: Ivone, só explicando porque eu fiz a proposta, então podemos fazer o seguinte, o tema que nós estamos discutindo aqui é a conferência, a gente discutiu a questão do processo eleitoral e agora a outra discussão é a questão do processo licitatório, a gente fecha logo essa temática. **Ivone-Cogemas**: Em vez de ser PPAG entrar a conferência, concordam, então vamos. Nós no segundo encontro do Cogemas também apreciamos a pauta da questão do edital e principalmente do prazo que foi colocado para as empresas até 31 de outubro e a gente preocupou no sentido de que nós estamos com a conferência nacional dia 25 e 26 e se nós não der conta o prazo máximo é 22 de novembro, então quer dizer que os representantes que nós vamos indicar da conferência estadual para ir para a conferência nacional eles tem que sair do dia 22 já com a mala arrumada para ir para o dia 25 então é muito puxado e outra o Cogemas junto com os gestores estão preocupados que se de fato vai acontecer a conferência estadual antes da conferência nacional, então foi essa a discussão o colegiado tirou uma carta essa carta vai ser publicada para todos os gestores sobre essa discussão então assim a gente sabe que dia 31 de outubro termina o credenciamento à entidade que vai lá no pregão mas aí tem uns 8 a 10 dias de documentação, assinar, trazer e tal porque no município é assim, então lá para o dia 8, 10 de novembro, então a perspectiva de 11 a 12 da conferência eu não sei se vai ter condição de garantir, porque 7 e 8 não vai ter plenária, já descartou, 11 e 12 tem perspectiva, 13 e 14 agora, então a gente tem que entender que a empresa, ela pode entrar com recursos, tem pregão e a gente como conselho estadual tem condição de avaliar essa coisa se a conferência não acontecer até dia 22 de novembro, prazo máximo qual vai ser a nossa atitude, como que vai ser nosso posicionamento enquanto conselheiros porque vai ser depois da conferência nacional e se pode acontecer a conferência estadual, eu tenho até uma certa preocupação se vai acontecer a conferência estadual. **Luanda-Fetsuas**: Eu gostaria de registrar também a minha preocupação em relação a não definição da data da conferência, eu já falei em reunião de organização da conferência sobre isso mas essa preocupação tem se materializado lá no momento de tirar delegado nas conferências regionais, a gente pra tudo na vida precisa de organização e não tem como se organizar para estar presente se não sabe a data exata, e a mesma preocupação em relação ao processo eleitoral também inclusive externalizando, compartilhando um problema que eu mesma tive que eu não vou participar do processo eleitoral por não saber a data, porque o mês de novembro é o mês que eu estou de férias e eu tenho algumas outras preocupações eu não pude esperar porque até agora não saiu a data para eu poder me programar também envolve outras pessoas então eu estava dizendo aqui que o Fet até hoje não fez a inscrição do processo eleitoral, eu vou fazer daqui a pouco porque a gente não tinha definição de data, e aí eu quero colocar isso e deixar registrado porque eu entendo todas as dificuldades a gente está participando disso aqui conjuntamente mas eu entendo também que a gente precisa numa conferência estadual ter uma organização mínima de pelo menos 1 mês para poder se organizar para participar por isso que eu coloco em check a participação na própria conferência mesmo o meu receio é que a gente tenha um esvaziamento maior do que na conferência regional porque muitas das pessoas que se candidataram a delegado falaram comigo, eu estou me candidatando mas eu não tenho certeza se eu vou, dependendo do dia eu não posso ir, dependendo do dia eu tenho isso, isso e aquilo, então eu acho que é um erro que a gente está cometendo e ele não pode se repetir de forma nenhuma e eu queria deixar isso registrado aqui, sei que o processo está andando mas a gente já perdeu muitas coisas nesse processo aí, nesse atraso aí, em relação a divulgação da data, não estou falando do processo licitatório que eu sei que em Divinópolis por exemplo a licitação do restaurante

alimentação saiu 1 dia antes da própria conferência eu estou falando da demarcação dessa data que eu considero um erro ela não ter sido demarcada para que a gente consiga organizar todos esses processos. **Consolação:** Quando a gente não tem definição de local, a gente não pode marcar a data, quando a gente marca uma data que aconteceu em algum momento da conferência passada é porque a gente tinha conseguido separar inclusive o processo, fazer uma contratação do espaço, e a gente reservou e o processo licitatório ele ocorreu só da infraestrutura, aí a gente teve a data, nesse caso a gente não tem o local, nós tentamos, por exemplo o próprio Minas Centro que ele está em reforma, foi tentando ver se a gente poderia fazer outro tipo de processo, separar e a gente não conseguiu pelas normativas, então a gente está fazendo um processo licitatório único e que envolve o local, se a gente determina uma data a possibilidade também de dar erro é grande, e a secretaria executiva não pode reservar um local e definir inclusive é ilegal a gente responde por vício no processo então é por isso que não foi marcado a gente tentou ver se dava, tentamos ver se existia uma inexigibilidade pra isso nós tentamos todas as alternativas e não conseguimos então por isso que eu também estou apreensiva, tantos processos de conferência eu sei de todos esses riscos, mas todo dia eu me lembro só da frase da vida real do Márcio “a vida como ela é”, e nesse momento eu estou na vida real, foi o processo que a gente realmente deu conta de fazer de toda essa legalidade de passar por tudo a gente não conseguiu com a definição tardia do conselho nacional por muita coisa a gente não conseguiu. **Sandra** – Cmas Montes Claros: Então, algumas questões que já foram colocadas aqui eu tinha até pensado em pontuar mas eu vou pontuar outra questão aqui em relação a questão da conferência, quando for propor a data acho que a primeira questão que tem que pensar é quem vem pra cá é o pessoal dos municípios e os municípios precisam de prazos para liberar a passagem e diárias senão realmente Luanda teremos uma conferência vazia então nós temos que lembrar que tem municípios que é muito fácil, coloca o pessoal no carro e manda pra cá, tem município que não faz isso precisa 15, 20 a 30 dias para liberar a diária e a passagem, o meu tem essa experiência de 25 a 30 dias para liberar, se não fizer isso nós vamos ter problema porque o usuário, a entidade o trabalhador, o representante governamental ele não vai ter dinheiro para pagar a passagem para vir para BH, então nós temos que pensar isso aí, uma outra questão desde quando nós pensamos na conferência estadual e que foi revogada as resoluções da conferência nacional eu não fiz mais o link da nossa conferência com a nacional, não fiz, a nacional elas são 2 dias de conferência, ela tem um caráter muito mais político de marcação de espaço, demarcação de espaço, nós estamos aqui numa conferência estadual e viemos de toda uma caminhada de conferência municipal, regional trabalhando na linha de rever, avaliar as propostas da conferência passada, traçar propostas para pensar estado, município, regional pra frente então assim as propostas estão saindo muito boas das conferência municipal e regional e municipal, nós aqui desse conselho nós acertamos que as propostas seriam encaminhadas, as prioridades da união seriam encaminhadas para o conselho nacional, então penso que realmente tem que ter a presença de Minas na conferência nacional porque nós temos que participar desse movimento é o que eu penso, que se nós não realizarmos a conferência estadual antes da conferência nacional isso não compromete o processo, o que nós temos que garantir é a realização da conferência estadual mesmo que ela seja posterior a conferência nacional, e que nós temos que garantir que a na nossa conferência nós vamos ter a representatividade dos municípios que foram eleitos na regional, isso é que nós temos que garantir, humanamente falando, em questão de data, o pregão é dia 31 de outubro, a conferência nacional é 25 e 26 de novembro, gente, humanamente falando nós não vamos conseguir fazer conferência estadual antes da conferência nacional não, se fizermos nossa conferência nacional ela vai ter um esvaziamento aí sim, então eu só estou dizendo assim é ruim, não sei não, a história que vai dizer, eu não gosto de antecipar nada não, **se** não existe pra mim **se** não, a história não tem **se**, ela acontece, é isso que eu tenho que colocar pra vocês, pra mim essa questão ela ficou muito clara, desde antes já estava claro nós não temos nenhuma obrigação de realizar conferência estadual antes, de tirar delegados para conferência nacional antes não, nós temos que garantir a nossa conferência e penso sim vamos lá para a nacional, quem tiver condições de pagar do seu bolso, de bancar suas despesas, ótimo, quem não, a entidade que quiser bancar, ótimo, o município bancar ótimo, senão fazemos uma vaquinha para mandar usuários igual outros estados estão fazendo mas é nessa linha que eu queria colocar, o que nós temos que garantir é que nossa conferência estadual ela seja representativa. **Joana-Sedese:** Só para lembrar aqui o que a gente pactuou na última plenária os itens que iam compor o termo de

referência que era um processo que até então não tinha acontecido aí aconteceu pra que a gente pudesse em conjunto analisar os itens pra que não pudesse faltar nada assim como fosse feito na conferência regional e a princípio quando ele veio pra cá ele estava na casa de 13 e 14, foi acordado por todos que a data deveria ser de 08 a 22 para dar uma flexibilidade para empresa poder escolher uma data, foi tudo que foi deliberado por ter uma data mais flexível então o fato de acabar tendo um processo de deliberação de itens, coleta de novos orçamentos porque tinham sido coletados outros orçamentos então quando voltou para solicitação dos itens tem que coletar novos orçamentos para o processo e a gente sabe como que é o processo de licitação como que é burocracia de estado, como não depende da gente depende de outros setores depende da SPGF não depende só da Consolação, só de mim, depende de inúmeros outros setores da secretaria que foge ao nosso controle que a gente não dorme do mesmo jeito que vocês a gente fica dia e noite, tem dia que 9 horas da noite nós estamos respondendo lá na secretaria e tem dia que tal que a gente perguntou, que alguém fez questionamento que a SPGF fez e assim a intenção, a vontade e todos os esforços da secretaria que a conferência saia, e saia se possível 14 e 15 talvez está em cima mas 21 e 22 também é uma data, por sinal ontem eu participei da eleição junto com os governamentais, a Simone e o José Crus até sugeriram faz numa segunda e terça, ou quarta ou quinta ou fica a critério mas infelizmente a gente tem que propor algo igual que a Sandra mesmo falou eu acho que não vai ser preciso acho que o processo vai andar bem, acredito, quero, nós todos queremos que a parte mais chata mesmo é a parte dessa democracia, da licitação porquê da vez passada foi feita por ilegitimidade, foi um processo muito mais simples, foi feito só do local, também é um processo que a gente já tinham como a Consolação falou, como saber da data mas hoje em dia não tem como saber, não consegue contratar o espaço separado do evento não se pode mais fazer isso, infelizmente é um processo que é demorado e eu acho que o apoio dos conselheiros, de todo mundo, na divulgação de quanto sair a data, no site da Sedese inclusive a gente coloca pra todas as conferências regionais, chamada, vídeo encaminha para que aconteça a maior participação possível. **Ivone-Cogemas:** Depois da Francielly a Cristiano. **Francielly-UFMT:** Surgiu uma pergunta antes da minha fala, Consolação eu sei que foi consultado o Sesc de Venda Nova e eles tinha uma data meio disponível, é verdade ou boato? **Consolação:** No início a gente fez um contato e aí eu fui alertado de que se eu fizesse isso no processo eu estaria cometendo uma improbidade administrativa eu voltei atrás eu cancelei e expliquei que não podia, depois eles até ligaram querendo saber se queria outra data eu disse que não posso, vai ter um processo e eu expliquei tudo para eles, no início a gente estava querendo fazer e falamos vamos reservar uma data e foi o levantado, a Joana orientou e lá na Sedese de que eu poderia estar respondendo. **Francielly-UFMT BH:** Então pessoal é o seguinte, no termo lá está de 08 a 22 de novembro então eu acredito que vai ter que acontecer antes da conferência nacional que é até 22 de novembro eu queria fazer um apelo aqui eu também não sei se pode mas depois do pregão na hora que tiver a empresa fazer um apelo na empresa que não seja no dia 22 que não seja no último dia, no último instante, fazer um apelo a empresa se precisar, uma ajuda mas que não seja no último dia porque nós precisamos sim gente, esse conselho é a casa do controle social não é possível um controle social realizar uma conferência estadual depois da conferência nacional então o apelo que eu faço aqui é a empresa, sabe ela se desdobrar e falar é muito importante porque as pessoas que estarão na estadual dia 22 que dá sexta e sábado na segunda feira já é a nacional então não dá para pessoa respirar, se organizar então o apelo que eu faço é junto à empresa tá Consolação de conversar com eles e ver essa possibilidade de não reservar para o último instante. **Cristiano-Sedese:** O que ouvi da Sandra e eu estava pensando muito nisso, respeito muito isso, concordo com tudo isso, concordo com todas as falas, concordo com a fala da Ivone, concordo com a fala da Fran, concordo com tudo que foi dito, como a Joana falou que existe um esforço muito grande tanto que já foi previsto essa data esse período entre 8 a 22 para que seja realizado até dia 22 mas assim, só para precaução para não criar um alarme muito grande com certas coisas porque fica meio complicado alarmar demais porque assim a conferência estadual, não é o final mas é parte de um processo que começou a muito tempo a gente já passou por conferências municipais, a gente já passou por 10 conferências regionais, semana que vem acaba com a última conferência regional que exigiu um trabalho gigantesco de conselheiros que foram lá para as conferências da secretaria executiva do conselho da própria Sedese também levou pessoas pra lá, então é todo um trabalho e que nada isso vai ser jogado fora e todas as informações que estão passadas aqui acho que vai acontecer

gente, se ela não acontecer por algum motivo aí vai ser talvez uma coisa que não tem explicação porque assim, todas as indicações foram dadas aqui desde o início é que pode acontecer e outra coisa que eu queria dizer que eu concordo muito com a Sandra mas também tem outros argumentos que foram colocados sobre a conferência nacional, a gente só vai fazer a conferência estadual se for antes da conferência nacional se der um pau e não conseguir fazer até dia 22 aí então não vamos fazer conferência estadual, só ficar atento com isso que a conferência nacional é conferência nacional livre, super democrático, super compreensiva, a gente vive um momento realmente e como a Sandra falou, é uma conferência que tem um caráter muito mais político as deliberações da conferência estadual vão ser encaminhadas para o conselho nacional não vão deixar de ser encaminhadas para lá mas é só pra gente não fazer uma relação de uma coisa com outra, tudo que está sendo feito é para fazer antes? É só para não colocar isso como obstáculo. **Francielly-FMT BH:** Só por uma questão de ordem, eu falei do termo de referência que está até dia 22/11, então ele vai ter que cumprir desta data eu não estou falando em momento algum para não fazer depois desta data eu estou falando em cumprimento do termo que é até dia 22 aí o meu apelo foi peça para a empresa não deixar para a última data, não foi nesse quesito. **Ivone-Cogemas:** Algumas questões, Minas Gerais ela entendeu que a gente está realizando esse processo ordinário de conferência esse processo em nenhum momento esse conselho aqui também descredenciou que a nacional não deveria ter organizado e realizado a sua conferência ordinária, em nenhum momento esse conselho até discutiu não é uma posição oficial mas em todos os momentos a gente apoiou essa conferência livre e democrática e nós estamos numa discussão a nível nacional, todos os estados estão fazendo as conferências ordinárias, todos os estados estão tirando deliberação para a conferência livre, nós discutimos aqui que nós também levaríamos para a conferência livre nossa discussão do estado também para o conselho nacional a gente iria mandar as nossas deliberações inclusive nós incluímos no nosso instrumental que não tínhamos uma proposta para a união que todos os municípios estavam tirando, então não justifica a gente realizar uma conferência nacional livre sem ter passado para a estadual, a estadual vai nos levar como representante para a nacional então eu concordo e fui contemplada com a Fran ao dizer que se o nosso termo de referência a data foi 22 não tem como nós pensarmos conferência estadual após conferência nacional, é isso não tem como, porque o nosso plano de referência está dia 22, então o que eu estou querendo dizer, que a proposta que a Fran fez eu acho que contempla uma proposta que beneficie de manter 18 e 19 que é segunda e terça, dá tempo pelo menos de alguém se organizar que vai ser indicado, então eu sei Cristiano que não tem como fixar a data mas quando a empresa ganhar logo vão falar com a empresa vão fazer o possível para garantir para não deixar para o dia 22, porque se ela não fazer dia 22 não vale mais ela tem um limite do plano de referência que é dia 22 é isso que eu estou dizendo e também quero defender a importância desse processo ordinário do estado de Minas na representação de quem vai lá, nós não vamos lá só para ir, eu mesma já me coloquei que eu quero ir, não vamos lá só para ir, nós vamos porque nós fizemos todo um processo conferencial em todo o estado de Minas, discussão do Suas e vamos lá para garantir essa discussão e vamos unificar com outros estados que também estão fazendo em defesa do Suas e tal, você não vai lá só para ir não, você está indo porque houve um processo discutido e aprovado nas regionais e nos municípios veio para estadual aprovado e é por isso que você vai, eu não estou numa discussão tipo ordinária do nacional mas uma discussão ordinária do estado, então é nesse sentido que eu estou dizendo a importância da conferência estadual que embasa a representação dessa conferência livre. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Em cima da fala da Joana de que talvez poderia ser 14 e 15 de novembro eu queria ter essa confirmação se corre esse risco porque dia 15 de novembro é sexta feira feriado, porque feriado me preocupa porque fazer uma conferência no feriado aí a sociedade civil não vai mesmo a outra questão é pegando um ganho em cima da fala da Ivone agora e aí eu queria pedir ou sugerir para colocar como ponto de pauta da plenária dia 04 ou 05 de novembro a questão de participação de conselheiros estaduais na conferência democrática, considerando que vai ter a conferência, a audiência pública. **Ivone-Cogemas:** O prazo era até amanhã para mandar, o número. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Mas a gente pode até discutir ainda isso, que já foi até colocado como ponto de pauta na reunião mas parece que no dia não deu prazo e depois a gente não discutiu então eu queria sugerir isso de pautar na próxima plenária. **Helder-Cmas Pedro Leopoldo:** Nós marcamos às 3 horas e já são 4 horas da tarde, não discutimos ainda o PPAG eu gostaria verificar a possibilidade porque eu tenho outros compromissos a questão da relatoria a

viabilidade da gente remarcar isso porque pra mim está ficando muito difícil, está ficando tarde, eu recebi um comunicado que eu deveria voltar ao meu município para assinar alguns relatórios então eu queria ver a viabilidade de remarcar essa data ou marcar para amanhã. **Cristiano-Sedese:** Eu queria completar isso que o Helder falou que se for a decisão de cancelar a próxima reunião e manter essa discussão aqui para estabelecer um teto porque senão a gente vai ficar aqui até 8 horas da noite, a gente precisa controlar essas questões, se for a decisão e mesmo que a decisão seja de manter a reunião a gente começa a pensar. **Ivone-Cogemas:** O PPAG é amanhã, Cristiano. **Cristiano-Sedese:** Eu sei é só para gente tomar cuidado com esses horários senão a gente vai ficar aqui até 8 horas da noite. **Ivone-Cogemas:** Eu penso na hora de fazer a pauta, como fazer um ponto com ad referendum, é muito complicado. **Sandra-Cmas Montes Claros:** Eu nem ia voltar nesse assunto não mas eu fiz uma fala e parece que eu desconsidere a conferência nacional e em momento nenhum eu desconsidere é porque eu sou uma pessoa que sou muito realista, eu sou uma pessoa que eu não fico sonhando não, eu sei muito bem dos processos de prefeituras para liberar diárias e passagens, é 15 dias contando aqui do dia 31 até a data limite aqui que é 22 de novembro, são 15 dias, gente, se a conferência vai acontecer nesse período já então é bom marcar a data da conferência que nós já saímos daqui com a data da conferência, porque senão nos municípios nós vamos ter uma conferência esvaziada com os municípios próximos a metropolitana eu estou defendendo aqui é isso, é que se vamos marcar então que se marque logo, amanhã eu chego lá no meu município e falo assim, pode solicitar aí as diárias e passagem dos 3 eleitos nossos porque nós temos pessoas eleitas no usuário, entidades e governo, é isso que eu estou dizendo, não estou desmerecendo a conferência nacional e se não for possível que tudo bem, a gente faça a nossa estadual porque a nacional ela tem um caráter mais político é nesse aspecto que eu estou colocando, eu não estou desmerecendo em nenhum momento, pelo contrário eu sempre defendi a conferência nacional, agora sejamos realista, se a convocação da conferência estadual sair daqui depois do dia 10 o povo não vai vim, nós vamos ter uma conferência estadual extremamente esvaziada, eu acho que é isso que nós não podemos aceitar, ter uma conferência esvaziada ela já vai estar e vai estar mais Helder se a gente manter isso daí, se a gente já sabe que vai sair aqui até dia 22 vamos marcar logo a data da conferência eu não sei se pode, se há essa possibilidade, se não tem mas é isso que eu estou dizendo. **Juanita-Federação das Apae's:** Bom, estamos todos muitos cansados, exaustos, enfim uma discussão do que a gente já teria que ter passado pra trás, triste uma coisa que está acontecendo nessa plenária de hoje enfim de desrespeito ao controle social de voltar atrás em questões que pra gente já teria avançado e eu queria saber assim eu sei que tudo é processo de discussão e reflexão a longo prazo mas nós estamos desde o início do ano falando de conferência, nós estamos desde de maio comunicando aos municípios sobre processo organizacional de conferências municipais, nós conselheiro estadual e aí diga-se de passagem digo eu própria adiei 2 vezes as minhas férias por causa da conferência estadual então na data prevista de acordo com o edital eu vou ter que ser retirada na comissão eleitoral porque eu vou ter que tirar pelo menos 1 semana de férias, então assim eu estou entendendo nessa discussão toda aqui que está ficando nas costas dos conselheiros essa responsabilidade de data final de conferência, de edital de contratação de empresa, data primeira para data segunda, a secretaria executiva tentou fazer contato com um entidade e respondeu que não pode fazer porque você vai responder judicialmente com relação a isso, você vai ter um processo administrativo então eu estou percebendo aqui que a responsabilidade dessa bagunça está ficando em cima do conselho e na verdade está uma bagunça nós estamos vivendo uma bagunça nessa conferência, nós passamos orientações para os municípios uns passaram de um jeito outro passou de outro jeito, nós estamos com data desde maio vencendo esse processo da conferência estadual e até hoje sem definição de data, isso é uma bagunça e está ficando por conta de nós essa responsabilidade, então hoje essa plenária aqui está muito difícil, eu acho que eu nunca vivi nesses meus anos de conselheira esse processo que a gente está passando aqui hoje, eu posso estar equivocada e eu nem estou raciocinando mais primeiro por causa do calor segundo por essas questões que eu acho que a gente já tinha vencido a muito tempo eu acho que está ficando por conta desse conselho essa responsabilidade dessa desorganização da conferência quando eu falo conselho somos nós todos aqui inclusive da secretaria executiva, eu queria deixar claro aqui que responsabilidade de conferência é desse colegiado e é do órgão gestor também, então essa questão do edital de dilatação de prazo, de ter percas da conferência nacional isso não é responsabilidade desse colegiado é uma

responsabilidade da gestão que tem a responsabilidade de financiar esses custos e nós vamos ter um processo de perda lá na conferência nacional, tudo bem se a conferência nacional ela é democrática, ela não teve um chamamento nacional mas a gente não podemos fazer uma conferência posterior não, nós tivemos um gestor nacional que não aderiu por processos diversos mas nós todos os estados estamos indo no caminho que o Suas desenhou, então porque que agora nós conselho estadual de assistência social vamos ficar com essa responsabilidade de ser prejudicada a nossa participação lá na nossa conferência nacional que tem conselheiros que tem muito interesse de participar e se a gente fizer a conferência dia 22 como a Ivone falou vai impactar a participação, se a gente fizer depois ou talvez antes nós vamos impactar na presença de delegados dessa conferência porque não vai ter tempo hábil de planejar, agora isso vai ficar em cima da nossa conta? Vocês estão entendendo o que está acontecendo aqui conselho? Como assim gente, eu gostaria de fazer esse desabafo eu gostaria que ficasse registrado a minha fala porque eu nunca vi isso nesse colegiado. **Ivone- Cogemas:** Márcio e consolação. **Márcio Caladeira-Assprom:** Eu acho que depois dessa fala da conselheira Juanita a gente tem pouco a acrescentar mais eu vou fazer uma reflexão em relação a tudo isso que a gente tem vivenciado acho que os conselheiros que tiveram a oportunidade de participar das conferências regionais sentiram muito na pele todo esse processo que houve um reflexo direto lá na ponta de tudo que foi colocado aqui anteriormente, sabíamos de todas as dificuldades nessa capacidade que a gente teve de tocar pra frente o processo da conferência, das regionais e etc, a capacidade de resiliência de todas as equipes que com certeza trabalharam nas regionais, falo isso pela equipe da qual eu participei na regional de Varginha e de Passos que tanto do conselho como também da Sedese, da regional foi extremamente alinhadas com todas as dificuldades que a gente vivenciou a gente conseguiu fazer, como todos os outros que conseguiram mas assim foi realmente uma responsabilidade muito grande que o conselho assumiu nesse sentido, eu acho que é uma reflexão que a Juanita trás aqui para gente, o que é o controle social? Eu acho que o processo de conferência ele é muito linear, municipal, estadual, nacional essa é a previsibilidade que está dentro da própria normativa, um alimentando o outro depois você tem uma retroalimentação de todo o processo, eu acho que a gente está discutindo aqui situações da qual a gente pensou que iria acontecer, a gente não fez uma demarcação correta dentro desse conselho, a gente deixou a coisa caminhar mas algo que realmente tem que ser colocado é uma situação coletiva nossa, todos nós temos a nossa responsabilidade nesse processo, a fala da Juanita foi extremamente um puxão de orelha como controle social, a gente quer muito fazer essa conferência, só que a nossa capacidade de talvez de planejamento ela foi insuficiente nesse sentido a gente faz muito mais da emoção do que na razão do processo, o que a conselheira Sandra trás, os processos administrativo de cada município eles são reais, são concretos no estado a gente também tem esse processo concreto, essa linha de raciocínio, acho que a gente foi num espírito de fazer acontecer a conferência e pra gente está sendo muito claro e estar sendo muito gratificante após todas as diversidades a gente conseguiu realiza-la mesmos que a gente teve uma média de 50% de não participação dos delegados nas conferências regionais, a gente está colocando aqui previsões da gente ter esvaziamento de conferência estadual conforme a data que for colocada aqui, ou seja nós temos uma série de elementos o que a gente tem na prática organizar para que reduza esses efeitos colaterais do processo, acho que a Fran já trouxe uma expectativa da gente tentar pactuar com essa empresa vencedora do pregão com data prévia que nos dê fôlego para tentar organizar para a nacional, acho que a gente tem que trabalhar muito nesse sentido, acho que a nossa capacidade agora de organização ela tem que ser extremamente impar nesse momento porque o tempo é curto e a gente está indo com um processo muito claro gente e se nosso pregão estiver deserto? Ok? Então assim, são questões reais e práticas que a gente tem em nossas mãos, isso é concreto, nós estamos fazendo uma conferência numa situação completamente adversas das anteriores, acho que a nossa capacidade de resiliência ela tem que ser multiplicada e levada ao cubo nesse momento, com certeza acho que cada um também assumir sua responsabilidade da sua atribuição nesse processo. **Consolação:** Eu tenho uma tranquilidade nessa fala toda sabe gente, em todos os momentos não tem um momento que a gente não está se esforçando, toda a equipe eu tenho acompanhado inclusive nós conseguimos fazer o pregão dia 31, ele está aqui, o conselho dos direitos da criança não conseguiu porque nós temos inclusive advogados que estão trabalhando junto com a gente que é a Joana, a Marcela que trabalha o dia inteirinho que trabalha de noite, elas me ligam é isso? eles pediram para corrigir isso? Pediram, A lei

mudou, entrou muita coisa em vigor este ano, tudo por um sistema, está complicado para todo mundo no estado eu citei o Cedca por causa disso o processo licitatório ele mudou as pessoas que faziam que tinham experiência não estão mais no estado, então são outras pessoas que não tinham experiência com a política de assistência, então a gente foi pautando ponto a ponto com elas o que é necessário explicando nós tivemos um problema de orçamento porque nós não pagamos os fornecedores que nem querem saber da gente mais, tivemos esse problemas e escutamos coisas que vocês não imaginam, então uma tranquilidade que eu estou falando que eu tenho é de falar que profissionalmente como técnico não houve um momento que toda a equipe não tenha trabalhado para que isso realmente saísse e o mais rápido possível, o tanto que a gente já mandou se a gente pegar e abrir o SEI, podem mostrar pra vocês, tem assim, o termo foi? Não, agora vocês tem que consertar isso, de reuniões que acordam com a gente, outros setores não é o Subas, que acordavam com a gente na reunião que estava tudo certinho e de repente descobre que não estava certinho e a gente tem que voltar no termo de referência, mudar tudo a forma e se não fosse porque eu me sentí inclusive incompetente pra fazer todo o detalhamento do termo, porque se não fosse com elas a Joana encampando isso lá na Sedese a gente não tinha vencido, nós tivemos que delegar, tinha uma pessoa o dia inteiro pra buscar orçamento porque ninguém queria dar orçamento para o estado, ninguém, então assim, não é falta do planejamento, não é falta da vontade fazer então a gente fala assim, o dia a dia é muito mais complicado e se a pessoas dar o orçamento e ela difere 1 item você tem que pegar tudo de novo, começa o processo como se fosse do zero isso não é deixar a culpa em A, B ou C sempre foi assim, a única diferença que por exemplo em 2015 que também foi na última hora é que a gente conseguiu fazer hora uma inexigibilidade do Minas Centro porque a característica dele era diferente de todos os lugares, hoje tem vários lugares de eventos e você não consegue falar que existe inexigibilidade, tudo isso foi buscado por alternativa, não conseguimos, então vamos buscar espaços diferentes mas que são concorrentes que tem características semelhantes então assim, não é julgar a culpa e nunca no conselho e nem conselheiros não, eu acho que a operacionalização ela teve esses problemas eu estou acompanhando todo dia o que está acontecendo e quero dizer isso não é lamentação gente, eu estou dizendo trazer o concreto do que aconteceu nesse processo e a gente ainda teve vitória que outro conselho não conseguiu terminar e nós conseguimos que saiu para dia 31, e eu me comprometo com você viu Fran com você que falou com o conselho de estar negociando sim, eu estou pensando sim inclusive dia 18 e 19 no máximo no início da semana ver se a gente consegue até essa data eu me comprometo sim de estar negociando de falar de explicar pra empresa toda essa necessidade e com muita ajuda eu acredito que eu vou conseguir isso e que a gente vai divulgar e que a conferência vai dar certo, isso eu me sinto muito incomodada com isso tudo mas não foi falta do trabalho dessa tentativa não. **Francielly-FMT BH:** Gente eu pedi para ficar por último porque eu queria falar da relatoria eu queria falar depois dos encaminhamentos para fechar essa questão, pode ser? **Patrícia-Cms Nova Lima:** Eu queria pegar um ganho na fala do conselheiro Márcio, dois ganchos na verdade, um quando ele fala de que 50% da participação do legado das conferências regionais forem frustradas eu queria fazer uma solicitação para que na próxima plenária quando for fazer avaliação a gente tenha esse percentual da quantidade de delegados presentes por segmento e também pensando em minimizar os efeitos colaterais do processo como o Márcio colocou em uma das resoluções a gente vem falando que as vagas que não foram preenchidas elas vão ser destinadas aos Fóruns, Cogemas, Sedese e etc, eu sei que a última conferência regional vai ser 29 de outubro mas talvez se for possível já comunicar por exemplo o Fetsuas, já comunicar o Cogemas, o quantitativo de vagas que já tenha e esse quantitativo vai ser ampliado hoje tem Timóteo, ainda tem Uberlândia então já tentar passar o mais rápido possível para os Fóruns, Cogemas, Sedese, o quantitativo para que o Fet por exemplo já possa agilizar esse contato com os trabalhadores que poderão vir como delegados na conferência estadual. **HELDER – CMAS PEDRO LEOPOLDO** – Esse espaço eu acho que a Patrícia colocou realmente as questões cruciais, aconteceu gente, aconteceu várias coisa gente aqui, eu até comecei a Alencar algumas coisa aqui. Aconteceu mesa diretora nós perdemos várias questões aqui, as questões diárias, questões assim do controle mesmo, perdas de pessoas da própria Secretária Executiva, mudanças de estruturação na SEDESE, as questões de barragem, e eu não vejo essa falta de trabalho conforme a Consolação colocou eu vejo ao contrário, vejo as pessoas trabalhando cada vez mais isso prima ausências que estão nítidas né pessoas, por exemplo, eu vejo a relação até comentei com a Juanita, eu vejo relação

CEAS e SEDESE até nas conferências regionais, a gente tem discutido isso, principalmente até quando terminou as regionais, nítido cansaço sabe, questões de viagem assim, oh semana que vem já tem outra, amanhã já tem outra, vai ter reunião, vamos cancelar a reunião, assim não dá para tornar esse espaço em clamor eu acho que a Patrícia foi assim cirúrgica nas observações dela, a gente tem de verificar o que é possível a gente resgatar e esse retorno aí em relação as conferências regionais, a gente tem de verificar o que é possível a gente avançar. Eu tenho uma estimativa diferente da sua Márcio, pelo menos nas que eu fui não é 50 % é um terço, é um terço de participação então assim é está variando aí. Então é importante realmente a gente fazer esse resgate então por isso eu gostaria só de endossar a fala da Patrícia para que a gente tenha esse retorno das conferências regionais o mais rápido possível. **MÁRCIO – ASPROM** Queria só fazer uma retificação da minha fala de falta de planejamento. Quando eu falo, falo de um lugar distante desse que foi relatado aqui ao meu olhar soa a questão da falta de planejamento, não tenho conhecimento dos pormenores desse processo então eu faço uma retificação em relação essa fala minha, porque desconhecia muito todo esse processo que você relatou aqui Consolação, porque acho que há uma mudança no processo de contratação do estado isso leva a um desdobramento muito mais aprofundado do que foi os anteriores que eu entendi em sua fala foi essa, então isso altera muito nossos processos também então é mais complexo, então eu faço uma retratação na questão que eu falo da falta de planejamento. **JOANA – SEDESE** Completar a fala do Márcio eu não sei se todos sabem a SEDESE era constituída anteriormente por Assessor Jurídico Chefe e hoje em dia a gente tem a procuradoria AGE inclusive nós temos entendimentos, orientações diretamente da AGE eu não sou jurídico eu estou apoiando alguns assuntos e o termo de referência para ser elaborado, então jurídico não sou eu, não sou eu que decido o processo, não sou eu que elegibilidade, absolutamente nada disso quem decidi é o jurídico da SEDESE, é ele que permite ou não, é ele que pede para voltar, então a secretaria mudou inteira nas novas gestão, em todas as áreas em todas as diretorias, em todos os setores a gente tem de obedecer a gente tem as regras para gente fazer, então eu acho assim quando fala o processo foi uma bagunça e esta tentando colocar responsabilidade de forma nenhuma todos eles trabalharam muito, todos eles foram as conferências regionais, trabalharam demais estiveram a frente, o grupo todos empenhados, todos tentando fazer parceria e contribuindo demais, então eu acho que essa questão de ser bagunça, eu acho uma palavra muito forte para quem esta trabalhando demais dentro da administração, quem está dentro desse conselho, eu acho falta de respeito não quer dizer de como os conselheiros de forma alguma, então assim só para deixar registrado que todos nós estamos nos empenhando extremamente para que esse processo saia e todo mundo que é gestor ou já foi sabe das dificuldades que têm na gestão. **MARTHA-SEDESE** Bom vou ser breve gente, a equipe da relatoria precisa se reunir pelo menos para a gente repassar a metodologia e dividir o trabalho então eu pediria que a gente fosse mais breve nos encaminhamentos agora no final da reunião, porque a equipe da SEDESE tem mais de duas horas esperando a relatoria, por gentileza tá. **IVONE-COEMAS**, o que eu estou entendendo que esse momento foi um momento para a gente nos balançar mesmo para ver que a realidade é essa mesmo. Agora eu acho que a gente foi muito feliz de falar que agora dia 22 que há a possibilidade, conforme a Consolação colocou de estar nessa etapa, então eu acho que se contempla, aí eu acho os municípios tem de contemplar com essa proposta aí né, tentar organizar de forma que os processos dos municípios vão ter de iniciar porque todo mundo sabe que é até dia 22 então até dia 22 tem que ter a conferência, é isso. Acho que não é uma votação, nós não estamos aqui deliberando sobre isso né, simplesmente dando uma orientação melhor com relação aos prazos né. **CONSOLAÇÃO-SECRETARIA EXECUTIVA**, encaminhamentos gerados, então é isso negociação, para a próxima conferência, conferência livre delegados apresentar nas conferências regionais delegados por segmentos, já iniciar os fóruns SEDESE/COEMAS sobre o saldo de vagas, são esses encaminhamentos correto. **IVONE-COEMAS**; eu não sei viu Martha sua fala assim, porque PPAG também é muito importante, então tá bom vamos passar aqui para a Juanita **FRAN**; gente eu queria falar da relatoria, a proposta da Martha é a gente continuar aqui e passar ao menos a metodologia. É oK, eu queria ver com a plenária o seguinte a relatoria gente, a nossa reunião é na parte da tarde, então já comprometeu e nós estamos com uma grande dificuldade de encaixar as nossas agendas e quando eu me coloquei a Patrícia e outros conselheiros, a Patrícia foi forçada entrar coitada, a gente colocou para fazer aqui no CEAS porque eu tenho outros espaços de representação eu tenho outras coisas então eu tenho tempo para mexer com

essa relatoria do CEAS, aqui no CEAS no momento das reuniões não tenho como mexer com essa relatoria na minha casa e outros horários que eu tenho de estar fazendo outras coisas, se não vi embananando todo o meio de campo. Eu queria deliberar aqui já que a Martha está propondo de pelo menos a gente passar a metodologia hoje, que fique até quando der a gente passar essa metodologia amanhã eu gostaria que autorizasse reunião para quem puder vir da comissão quem puder vir, venha para que pudesse despachar e encaminhar com os trabalhos porque se não agente não vai conseguir, a gente não tem condições e amanhã eu já estava por conta do CEAS eu já tinha colocado na minha agenda por conta da plenária, então eu queria deliberação que amanhã tivesse reunião da relatoria, quem puder vir venha, quem não puder aí faz de outra forma, porque muitos podem vir amanhã, você não pode por causa do PPAG mas eu posso a Patrícia pode, o Helder pode então a gente vem você passa as diretrizes, e dar andamento **VOZES**. **MARTHA-SEDESE**; eu queria propor o seguinte então, como a gente esta com dificuldade mesmo de reunir as pessoas Patrícia vêm relatando o tempo todo que ela esta com dificuldades mesmo em outros espaços, isso implicar em trazer os conselheiros para cá, eu queria propor outro encaminhamento. Nós da SEDESE conseguimos regimentar 10 pessoas para trabalhar na nossa relatoria, o que eu proponho, a gente trabalha na relatoria, entrega um produto para essa comissão e vocês dão uma última revisão para dar revalidação, a gente explica a metodologia e quando a gente for trabalhar para a conferência estadual a gente faz um processo de revisão, porque qual é a nossa revisão, nós estamos com pessoas prontas para trabalhar e distribuir entre a gente, e aí a gente volta na relatoria dá um validade porque também já passou a conferência regional, podemos trabalhar desse jeito? Porque se não nos vamos continuar com essa dificuldade de agenda, aí a gente reuni a relatoria em outra oportunidade revisa todo o trabalho, todo o material se tiver outra questão a gente revê, mas a gente conversaria hoje sobre método, então vocês conheceria qual o método que a SEDESE vai trabalhar entenderam? A gente discute toda a metodologia não divide o trabalho, a equipe da SEDESE assumiu os trabalhos nesse momento depois vocês dão uma revisada em cima da metodologia que a gente acordar no dia de hoje, todo mundo fica liberado para ir ao PPAG, para voltar para o seu município e retomar as atividades na SEDESE porque as agendas lá estão complicadas né, então pode ser assim? **FRAN**; Já que o pessoal pudesse votar, eu acho que a metodologia ser discutida, porque qual a finalidade a gente discutir a metodologia se eles que vão fazer. **MARTHA-SEDESE**; entender a metodologia que vai ser empregada para depois dar conta de revisar se teve algum erro no processo nesse sentido **FRAN**. **SANDRA-CMAS MONTES CLAROS**; Então, eu particularmente não tenho nenhuma objeção contra a proposta da Martha se existe uma comissão, um grupo de 10 pessoas da SEDESE que pode estar fazendo esse trabalho, u não sou contra não, estou pronta para contribuir poderia estar fazendo isso lá de casa ou mandar por e-mail eu não tenho essa dificuldade não. Mas também sinto que o grupo como um todo está tendo essa dificuldade de se encontrar né, por causa das outras atividades que já têm. Durante todo momento eu coloquei que não quero ser empecilho para que o trabalho ande, agora eu vejo que é importante que a gente entenda da metodologia que vi ser utilizada e que depois que a gente pegar o produto a gente entenda como foi trabalhado para mim isso é muito tranquilo, mas também se for para ficar aqui trabalhando eu também fico, porque acabei alterando a meu horário de volta, né. **VOZES** **IVONE-COEMAS**; Tem encaminhamentos? **PATRÍCIA – CMAS NOVA LIMA**; É interessante a proposta da Martha, mas aí eu queria retirar o meu nome da relatoria porque eu não sei também se vou ter uma data para participar, e eu não me coloquei na verdade, o Rodrigo colocou o meu nome, e assim eu tenho dificuldade de me colocarem em alguns lugares porque eu tenho limitação na minha agenda então eu queria aproveitar a oportunidade e pedir para me retirar da equipe da relatoria. **MARTHA-SEDESE**; eu queria lembrar que a relatoria não trabalha só agora, quando a gente estiver lá na conferência estadual somos nós que vamos correr para fazer os relatórios dos grupos para a plenária final. Então Patrícia você pode rever que agora você não pode, mas lá na conferência você pode estar na relatoria, entendeu. Então você não precisa se retirar da relatoria, né, não do processo. Depois tem o relatório final elabora, é muita trabalho que a gente tem ainda, a gente mal começou então eu acho cedo, você viria em outras fazes e não agora tá. **PATRÍCIA-CMAS NOVA LIMA**; então nesses termos que a Martha colocou então eu posso permanecer registrado as minhas limitações. **IVONE-COEMAS**; então a Martha propôs então tá de acordo, beleza. Vamos então passar para o ponto do PPAG. **JUANITA-FEDERAÇÃO DAS APAES**; Bom é acho que só eu estou na comissão de orçamento? Não o João e a Ivone também, na verdade eu

peço licença a vocês para apresentar uma proposta, a proposta foi construída a princípio pela Secretária Executiva e com as minhas contribuições, não sim é isto que eu estou falando, eu peço desculpas aos membros da comissão que a proposta inicial para estar o PPAG amanhã, a proposta foi feita pela Secretária Executiva e eu fiz as minhas contribuições então vocês vão dar o de acordo aqui ou não, porque o PPAG é amanhã e nós vamos lá falar pelo CEAS então esse CEAS tem de ver a proposta e dar o de acordo para a gente poder defender lá. Eu vou apresentar um breve histórico. Esse CEAS aprovou a proposta do PPAG por meio da resolução 672 no valor de oitenta e um milhões novecentos e quarenta e sete e alguma coisa. É um programa novo que a SEDESE trouxe o programa 065 que tem seis ações no valor de oitenta e um milhões, entretanto foi para a Assembleia, o governo mandou para a Assembleia um valor menor do que foi aprovado pelo CEAS no valor de setenta e oito milhões novecentos e noventa e cinco então teve uma diferença de aproximadamente de dois milhões e novecentos isso, então teve diminuição de recurso em duas ações Proteção especial de alta complexidade, Casa Lar e o programa novo do aproxima SUAS. A diferença desses dois programas na Casa Lar está dando uma diferença de um milhão trezentos e quarenta e cinco aproximadamente e o programa novo que a SEDESE apresentou aqui o aproximação SUAS é uma diferença de um milhão e quinhentos. A SEDESE previu um milhão setecentos e quarenta e nove, foi autorizado somente setenta e dois mil então nós estamos com uma queda do orçamento que foi aprovado por esse Conselho e foi encaminhado pelo governo para a Assembleia de aproximadamente três milhões, dois milhões e novecentos. Então essa é a realidade. Frente a isso a Secretária Executiva por meio do estudo que ela fez, ela trouxe uma proposta para a gente recompor para o orçamento, nas duas ações que esse conselho tinha aprovado nas ações de Proteção especial de alta complexidade chegar ao valor de nove milhões e setecentos que foi o valor que esse conselho tinha aprovado e no programa aproximação SUAS também porque foi a proposta que esse conselho tinha aprovado. Então essa é a proposta de recomposição de orçamento. Entretanto a gente sabe que briga de orçamento acontece em dois ângulos lá na Assembleia e no governo. No governo foi o que foi possível conseguir que foi para Assembleia aprovar. Lá na Assembleia a gente tem uma oportunidade, esse Conselho também de brigar por emendas no orçamento ou de melhoras no orçamento. Nesse contexto a gente tem uma transação que sempre é colocada pelo CEAS lá no PPAG que eu trago aqui que é um recurso para apoio social na gestão descentralizada que são para as reuniões de URCMAS, Fóruns, vocês lembram que ano passado a gente conseguiu isso lá no PPAG foi recomposto o orçamento de setecentos e setenta, mas não executado, porque não teve o dinheiro, mas o CEAS fez o papel dele de propor recurso para essa ação até porque é uma ação muito demandada pelos próprios colegas aqui do colegiado. Então essa é a proposta de aumentar o orçamento. A primeira é de recompor o orçamento nas duas ações que foram diminuídas. Junto nós temos uma proposta nova que é o recurso para o apoio ao controle social e a gestão descentralizada que é Fóruns, URCMAS enfim no valor de setecentos e setenta mil, esse valor foi considerando o que nós conseguimos no orçamento do ano passado. Eu trago para esse conselho também nós temos duas demandas, deliberações de conferência que é considerando o orçamento e financiamento, duas específicas, a primeira ampliar o Piso Mineiro de dois e vinte para três reais por pessoa atendida. Segundo implantar o Piso de proteção social especial. Ambas as deliberações não foram cumpridas até hoje e eu penso que é obrigação desse conselho levar a proposta para a Assembleia se o órgão gestor não conseguiu por diversas dificuldades cumprir essa deliberação o CEAS também tem de fazer o papel dele de tentar pelo menos cumprir essa deliberação. Então com relação, aí a proposta é da Juanita não é da Secretária Executiva que trouxe esse pleito inicial que é de refinanciamento de três milhões setecentos e seis, aí eu trago mais duas propostas para discussão desse colegiado ampliar o Piso de dois e vinte para três reais por pessoa, eu não sei fazer esse cálculo que é a SEDESE que tem de fazer considerando todo registro e a base histórica que ela tem dessas pessoas, é porque são pessoas cadastradas no CADÚNICO e a segunda implantar o piso de proteção social especial aí eu fiz uma proposta aqui no escuro, fui lá no orçamento do ano passado peguei o valor do piso variável e trouxe para cá para essa discussão que é nove milhões setecentos e dezesseis mil. Então é essa proposta que a gente traz aqui para discutir e apresentar o CEAS lá amanhã para vocês discutirem, achar que não está bom ou vocês colocarem outra proposta, mas a gente precisa sair daqui com uma deliberação desse colegiado. **IVONE**, vamos usar o microfone **VOZES** Gente vamos, aqui a conselheira trouxe as discursões, inclusive assim eu

acho que são discursões de que não é só, tem toda uma articulação política dentro da própria plenária, quem foi ano passado sabe como é que é , então há realmente há possibilidade de mais conselheiros ter se inscrito para participar é muito importante porque a discursão no grupo é uma discursão política não é que votam as propostas então se a gente tiver a minoria é o convencimento dos outro que estão participando lá então o grupo faz diferença então como vão só os três inscritos aqui nós temos minoria de participação se teria mais gente participando no grupo da assistência social. Eu queria dizer que eu fui inscrita assim muito encima da hora eu não sabia também, não discuti essas propostas, não recebi nenhuma proposta, eu estou tendo conhecimento agora dessas propostas que vai ser discutir aqui agora então eu quero só registrar. **CONSOLAÇÃO**, a proposta foi feita hoje de manhã por esta plenária, eu acho que todo mundo sabe das agendas, que a secretária executiva está toda de agenda por causa da conferência, ontem foi conferência metropolitana a gente teve várias agendas, nós estamos organizando várias demandas e na conferência não é só a atividade da Secretária Executiva, nós não recebemos convite para o PPAG foi um telefonema da Assembleia falando vocês vão inscrever, eu falei assim quando, eu não recebi nada, hoje pela manhã que recebi o convite impresso, nem por e-mail a gente recebeu do PPAG a indicativa que eu tive de imediato foi a comissão de orçamento que foi discutido aqui o que deveria fazer , fiz rapidamente mandei para as pessoas no celular falando assim, inscrevi vocês, hoje pela manhã, hoje cheguei aqui antes de sete horas da manhã recuperei todo o material que já tinha pedido na secretária o que justificava cada ação mandaram por e-mail, fiz a proposta. Porque eu acho que é o caminho, seguindo todo fluxo, aí a Juanita foi a primeira pessoa a chegar eu dividi com ela, Juanita teve inclusive a paciência, o que você acha disso, nós vamos levar para a plenária, analisou a deliberação e ainda fez isso antes da plenária. É por isso gente, realmente não deu para despachar com o presidente quem vai, sabe gente é isso. **IVONE**; só que eu acompanhei eu via as discursões, as discursões encerram hoje as três horas da tarde, e quem não tiver vaga, por exemplo as 10 horas da manhã se tiver vaga ainda dá para se inscrever, depois de 10 horas da manhã, porque quem está inscrito tem até as 10 horas para se credenciar. **MARTHA**, eu queria agradecer muitíssimo a comissão de orçamento e a Secretária Executiva pelo zelo como está tratando isso, a questão do encaminhamento da última plenária a gente já tinha dito a questão de mobilização dos conselheiros o conselho estar presente lá historicamente todo esse conselho esteve no PPAG e a gente sabe que faz a diferença total. Conselheira Juanita eu acho brilhante o que vocês recuperaram, mas eu não consigo ter uma avaliação de cenário porque como emenda de comissão é uma tentativa acho que tem de ficar claro aqui que é uma tentativa do conselho todo mundo tem de ter clareza disso porque depois da comissão eu tenho de tirar de algum lugar para dar para outro então eles tem de administrar isso lá dentro da Assembleia nas comissões então alguém ganha, alguém perde a gente pode não ganhar tudo, agora eu não sei se seria a melhor proposta aumentar o Piso Mineiro ou manter o orçamento ou aumentar o repasse anterior, eu acho que deveria ter as duas propostas, fico achando eu, para ver o que vocês sentiram indo lá, conseguem emplacar, o filem mesmo de vocês do momento lá e como é que vocês fariam isso, porque até intendo o pleito, acho que é pertinente, mas se ao menos recompor o que já era pago no Piso Mineiro, já é de qualquer forma uma segurança para os municípios, entendeu. Não mas você propôs aumentar o Piso Mineiro para três reais isso aumenta o valor previsto pra esse ano é isso que eu estou dizendo, se levar na cartola o valor também deste ano, porque não aumenta, mas propõem manter o valor desse ano. Só isso que estou pensando aqui, ponderando. Mas não sou eu que, acho que está bem delegado e que vocês dão conta muito bem de representar esse conselho. **HELDER – CMAS PEDRO LEOPOLDO**; como não vou estar amanhã, não posso já tenho outra agenda é só lembrar mesmo a questão da metodologia, as vezes a gente é pego muitas vezes de surpresa em questão da metodologia e discursão do PPAG e outras pautas, não sei se os conselheiros vão lembrar aqui mais questão de outras políticas públicas adentrando a questão da assistência, a gente percebeu isso muito nítido, a questão cultural, a questão de urbanismo então assim a gente só está atento mesmo para esses tipos de movimentos porque eles adentram mesmo, eles aproveitam mesmo fazem inscrição ali, nos espaços específicos da assistência e começam a discutir outros assuntos, e aí a gente pode se perder então a gente está mesmo coeso forte quanto ao grupo desse movimento que a gente pode se perder outra vez. Dessa vez a gente, só chamar atenção para isso. **IVONE**; eu me inscrevi outra vez , coloquei essa questão da articulação porque quando chega lá não contempla só as 4 proposta que a gente do grupo da assistência esta levando então nós

vamos ter de priorizar nessas todas qual aquela que a gente acha que é primeiro lugar, então se for duas qual que é a do segundo lugar, três qual é do terceiro lugar porque a comissão que está lá ela vai ter que ir negociando qual aquelas que é prioridade que este conselho tirou que é das prioridades. Com relação ao Piso Mineiro para fazer essa proposta da Martha eu acho que a Juanita foi muito clara, aí o corte não foi no Piso Mineiro está garantido esse orçamento lá, então nós não vamos recompor o que está 2,20, 2,20 já está garantido, o que ela está dizendo numa hipótese da gente ampliar o que foi no corte né, passar para 3,00. Mais dentro dos itens aqui eu diria para esse Conselho o ponto principal seria a gestão do Controle Social que é a organização das URCMAS o controle tal e tal como o ponto mais e aonde que houve corte né, não nesse não houve corte né, nem tem, então assim a gente nem conseguiu colocar esse aí, então eu avaliaria que esse seria o ponto principal, principalmente nesse momento que nós estamos precisando mais articulação, mais organização da sociedade civil, próximo agora é o Márcio e depois Gabriele. **MÁRCIO-ASPROM**; Eu acho que a participação do CEAS lá no PPAG necessário e importante acha que o conselho no longo desses anos tem construído uma estratégia extremamente necessária ao PPAG, esclarecendo aqui que amanhã é a apresentação do PPAG, então é o momento que a gente tem para tentar fazer a criação do recurso para a assistência, acho que a gente não pode perder de vista que é a revisão do PPAG a gente tem de ter estratégias para estar participando, nessa revisão do PPAG que a gente conseguiu apresentar a proposta quanto conselho que redundou na Rede Cuidar hoje, foi de lá na revisão do PPAG, então uma articulação que saiu de dentro do conselho aqui que agora a gente está discutindo o repasse, aprovou a resolução hoje da terceira etapa já da Rede Cuidar. Então acho que é um espaço extremamente rico e importante. Estrategicamente acho que quanto maior o número de conselheiros presentes seria melhor, eu me proponho estar indo lá amanhã para fazer a minha inscrição porque acho que a gente tem de formar esforços e a gente ter sim a carta na manga para ver qual das propostas a gente conseguiu emplacar as vezes a gente tem de ceder uma para ganhar duas ou ceder uma para ganhar três a gente tem de sentir o momento porque a nossa correlação é muito importante, se não me engano a última revisão do PPAG o CEAS estava maciçamente na assistência social, foi maciço porque a gente discutiu entre a gente foi no momento estratégico, foi na revisão não foi na apresentação. Então a gente não pode perder o foco desse momento, alencar a proposta como prioridade dentro das propostas que foram apresentadas é importante para dar um norte para quem é da comissão e vai estar lá presente **GABRIELE-SEDESE**; Eu só queria assim talvez dar uma contribuição aliás uma dúvida técnica com relação as proposta. Primeiro parabenizar o trabalho da secretária executiva e conselheiros, então eu vejo que recomposição do orçamento do executivo ela está contemplada aqui. A minha dúvida seria a proposta do Piso de proteção especial porque a gente precisa ter um valor como a memória de cálculo para pedir isso a gente não tem, você falou que o Piso variável que custeia a básica especial então que a gente teria, se essa for a proposta inicial, a gente teria de avançar talvez numa metodologia de cálculo para esse valor, porque é um Piso que não existe, nunca foi criado ele pode até ser confundido como fragmentação do orçamento do Piso Mineiro, ele coo financia básica e especial, então pra a gente talvez antes até de alencar prioridade entender porque ela seja né. **IVONE**; Eu me inscrevi também, porque me esqueci de passar o segundo encontro mineiro de gestores e André Quintão trouxe uma proposta muito interessante para nós da assistência social quem estava lá acompanhou. No fundo de erradicação a miséria ele está incluindo a assistência social né nessa discursão que também um grande viés de discursão que é uma proposta que vai ser discutida articulada, parece que o fundo já tem uma destinação esse fundo é de recolhimentos de álcool de uso né, das empresas que fabricam álcool, então esse fundo tem uma destinação que é erradicar a miséria, então não tinha esse quesito esse item assistência social e foi incluído dentro desse item, incluído como proposta assistência social o SUAS dentro desse, de utilização da gente ganhar todo esse ponto. Eu acho que, eu não sei, se a gente tá indo, comissão tá indo, procura o deputado André para ele explicar melhor para a gente ter melhora na menção do que a gente precisa para garantir esta articulação. Antes a gente tentar marcar uma conversa, ir ao gabinete dele ouvir mais sobre isso, entendeu, o que o CEAS pode contribuir, como fazer para aumentar mais essa questão, só isso que tinha esquecido de dizer. **JUANITA-FEDERAÇÃO DAS APAES**; Bom eu só quero esclarecer aqui para os colegas. Primeiro a gente tem deliberação de conferência, então a gente tem de correr atrás do cumprimento dessa deliberação, como que vai fazer o cálculo, a Consolação falou aqui hoje de manhã que eu fui lá, agora como eu estou na comissão de

monitoramento tudo que eu faço é voltado naquelas deliberações porque lá na nossa conferência estadual a gente vai ter que prestar conta para todos os delegados que vão estar lá. O que o CEAS fez para tornar isso realidade nada né, a não ser mandar a deliberação para a SEDESE que é a nossa obrigação, a não ser aprovar o orçamento que a gente nunca consegue por alteração na proposta, então a gente de falar para a sociedade que vai estar lá reunida no dia da conferência o que este colegiado está fazendo porque se não é só encontrar deliberar, deliberar. Na verdade tem três propostas que foram deliberadas na última conferência eu nem trouxe a última aqui que é o famoso 5% que tá lá, mas eu trouxe para cá está aqui copiada aqui, só como não temos parâmetro para fazer isso então eu não tenho coragem de colocar uma proposta desta. Então são uma, duas. Uma proposta de recompor o orçamento mais duas ações que foram tiradas, não tirei a do Piso Mineiro tirei da alta complexidade casa lar e o programa novo aproxima SUAS que dão aproximadamente três milhões. E Três propostas novas. A primeira; recursos para a fundação dos fóruns, setecentos e cinquenta mil. Segunda aumentar o piso mineiro de 2,20 para 3,00 e aí nós teríamos de ter um valo para elevar e quarta implantar o Piso de proteção especial lá na deliberação de conferência não fala se é media se é alta, o parâmetro que peguei foi o valor do piso mineiro variável, mas a gente pode pegar outro parâmetro como o piso de alta complexidade. Agora o que a gente tem de votar aqui vão essas quatro propostas, se sim elencar as prioridades. Como as conselheiras falaram se a gente ventilar que não tem como levar as quatro qual vai ser a prioridade que nós vamos tentar. Primeiro é recompor orçamento, segundo qual, terceira qual, se tiver oportunidade todas, mas a gente tem que ter essa diretriz desse colegiado aqui. **MARTHA-SEDESE**; Então surgiu uma quinta proposta Juanita que é um fundo de irradiação da miséria sempre onde foi possível fazer emenda populares para cobrir inclusive viabilizou o piso mineiro nos primeiros anos. E aí se o deputado está propondo que se aja uma mudança, por que inclusive o ICMS arrecadado de cigarros e bebidas alcoólicas que silencia esse fundo, não é isso? Se o deputado está propondo que aja uma vinculação dele também financiar a assistência social eu acho que precisa ser apoiado porque se a uma fonte de financiamento, que não é só o tesouro, as outras arrecadações do tesouro uma fonte vinculada. Acho que se isso surgir lá e precisar do apoio do CEAS, eu fico achando que o conselho devia aprovar, mais era bom mesmo ver com o deputado lá, porque ele pode dizer gente não gasta cartucho com isso porque a gente vai discutir dentro da comissão **VOZES** é mais uma, elencar isso, é. **IVONE**; só complementando, como ele apresentou para nós lá no COGEMAS eu acho que a gente poderia tomar uma iniciativa de vocês acharem, conversar com ele no gabinete lá, a gente ir lá como CEAS, queremos ouvir essa proposta para que a gente possa articular, acho que é ótimo, a gente tentar. **CRISTIANO-SEDESE**; Também parabenizar, acho importantíssimo essa participação do CEAS lá amanhã super valiosa, queria só fazer uma defesa com relação as prioridades, com relação a todas as propostas aqui apresentadas, mas reforçar a proposta da recomposição das Casas Lares porque são vinte e nove parcerias que a gente tem, quarenta e cinco unidades, mais de trezentos pessoas acolhidas, é uma ação bastante importante que a gente tem, já são vários anos, na verdade duas são da FEBEM 95 né, então só assim fazer essa defesa porque para gente é muito importante de garantir a continuidade dessa serviço né, foi feito um esforço desse do ano início do ano para manter os pagamento em dia, mas é importante garantir r esse recurso, para a gente ter mais tranquilidade. Essas outras propostas depois **inaudível** **IVONE**; Então, tem mais inscrito, a Consola falou das cinco propostas, vamos elencar as 5 propostas, ela já está pondo aqui, a tá, porque aí a gente coloca por ordem de prioridade né, vamos ver se dá para colocar. Então é, tem que alguém ler, porque aqui não dá não. **JUANITA** esse quadro está assim, mas na verdade a primeira proposta que eu vou por é a recomposição do orçamento no valor de três milhões, um milhão e seiscentos CASA LAR e um milhão e quinhentos aproximadamente, APROXIMAÇÃO SUAS aí a gente vai levar essa proposta como única ou vai levar, prioridade um ou APROXIMAÇÃO SUAS prioridade dois conforme o Cristiano solicitou ou é uma prioridade só recompor o orçamento no valor de três milhões. Uma prioridade só conselheiros, recompor o orçamento igual esse CEAS deliberou? Estou conduzindo aqui, desculpa. **MARTHA**; vou justificar porque a gente repor a proposta amanhã mesmo sabendo que a gente tinha uma chave para o pleito, o presidente perguntou gente é isso mesmo nós vamos votar a maior mesmo sabendo que gente votou nesse sentido, primeiro a tentativa depois fazer a recomposição, em questão no que a gente votou quando aprovou o PPAG. **IVONE**; então pelo consenso aqui teria de ser a primeira agora nós temos a segunda, não sei sabe, eu faço a minha defesa

muito com a gestão do controle e controle das organizações das URCMAS que nem financiamento foi, nem garantia de manutenção desse órgão de controle, tem lá no orçamento. Também eu não sei se essa é uma questão prioritária. **JUANITA**; então eu já vou apresentar a minha proposta. Então a primeira prioridade ficou a recomposição do orçamento um milhão e seiscentos mais um milhão trezentos e quarenta e seis essa prioridade número um né, aprovado aqui. A prioridade número dois eu voto no vincular a receita para assistência social no fundo de irradicação da miséria se tiver essa proposta. Então porque eu acho que essa proposta vai das às respostas que a gente está pedindo essa seria a prioridade número dois todos os pleitos já estão atendidos. Aí antes de iniciar o processo a gente vai lá no André pedi para ele explicar isso como é que está para a gente entrar no fórum com ele desse pleito, caso isso não aconteça aí a gente entraria com a proposta dois de apoio ao controle social que já havia discutido, é uma demanda desse colegiado todos os anos tem e esse ano não pode ser executado porque não teve essa lei. No ano passado e esse também né, gestão de controle social e gestão de URCMAS Fórum. Pode ser assim pessoal? Pode? **JOÃO**, A gente na comissão se tivesse tido um tempo maior para fazer uma discursão antes, eu acho que a questão de vincular receita ou penso aqui que para nós seria a coisa mais importante por causa do valor, até porque a gente vai crescer, agora lógico que eu estou com a preocupação é conosco, conselho, URCMAS e os movimentos das ONGS, porque assim se a gente já tem dificuldade para realizar uma série de eventos, inclusive a gente não saiu do lugar com questão do conselho, como é que é não sei o que itinerante que a gente tinha proposto isso lá na comissão da **.inaudível 2.50.49** e olha que a gente tinha algum recurso assegurado imagina a gente não tendo. Então eu estou preocupado com a nossa prioridade de priorizar as ações do conselho. Quando a gente olha para a necessidade tudo, por exemplo uma coisa que mais me preocupa é a questão do Piso Mineiro, a prioridade número um é o Piso Mineiro é isso que eu estou falando, tudo para a gente é prioridade, mas então, estou falando a ampliação gente, manter o que está aí. Tudo é importante mais eu acho que Piso Mineiro para mim é o mais importante, porque os pequenos gestores de município de porte um mais se apegam porque ele sabe a dificuldade que ele tem financeiramente. **IVONE**; Só assim a proposta João de vincular a receita, de vincular na irradicação da pobreza assistente social é também uma perspectiva de aumentar o Piso Mineiro é nesse sentido pelo que, restrição fiscal você não tem de onde tirar dinheiro no tesouro isso nós estamos batendo em pedra, então a proposta que o André viu foi uma brecha dentro do fundo de irradicação da miséria para ajudar o Piso Mineiro, ajudar a assistência buscar dinheiro então essa para mim seria a proposta número um até para ampliar a discursão da recomposição do orçamento, entendeu, mas isso depende dessa conversa prévia com o gabinete como é que vai se dar a isso se é agora, diretamente com o deputado, se vai ser nessa perspectiva agora se ele tem uma outra articulação, como que seria né. Sandra. **PATRICIA-CMAS NOVA LIMA**; eu já tinha levantado o dedinho, acho que ela não viu. Na conferência metropolitana ontem foi aprovado como deliberação para o estado essa questão do fundo de irradicação para destinar setenta por cento do fundo para a assistência social, então já é uma deliberação para o estado então como o PPAG para os próximos anos já estava até em consonância para deliberação para o estado. **IVONE**; então nós estamos nós estamos discutindo as prioridades né. Então teve uma proposta da Juanita da prioridade ser recompor o financiamento. O João trouxe essa discursão do Piso. Assentar como o deputado e ver se essa é a perspectiva melhor aí não sei. **MÁRCIO – ASPROM**; eu acho importante a gente pensar em recomposição do orçamento. Acho que isso é uma coisa que a gente não pode pensar deixar passar. Porque compor o orçamento significa que a gente vai ter orçamento para 2020 e a base para 2021, a gente tem de pensar nessa linha de continuidade, recompor esse orçamento. O fundo de irradicação vai dar um plus para o orçamento. OK. Mas eu acho que a estratégia de refazer essa recomposição ela é extremamente importante, lembremo-nos da emenda constitucional 95, ok. O orçamento de ano para ser a base para o ano seguinte então a gente tem de trabalhar na recomposição de orçamento sempre e vamos supor com a questão de vinculação acho que é um caminho, acho que a gente não pode perder essa questão do orçamento não. É a base que a gente tem para recomposição da assistência. **IVONE**; eu fui mais contemplada com a fala do Márcio. Acho que nesta questão tem de pensar mais no orçamento mesmo. Então agente está com a proposta desse primeiro é a recomposição do orçamento é de comum, todos concordam, nós já tiramos até o papel. Então põe aí proposta número um, proposta número dois **VOZES**. Deixa eu te falar, no raciocínio do Márcio não sei se seria a gestão de setecentos e cinquenta mil, incluindo no orçamento.

Terceira tá zero, quarta **VOZES** não vincular a receita nós já passamos, três é essa a proposta aumentar o Piso Mineiro, já vai como proposta, como financiar o piso de Proteção Especial ok, ok vamos fazer a colinha para nós levarmos, esses três aqui, setenta por cento já está, a proposta de Belo Horizonte já vem né, viu Juanita, fundo de irradiação nós já temos setenta por cento é a proposta de Belo Horizonte **VOZES** aqui vamos fechar depois é só os valores dá mesmo gente, não temos uma conta né. **GABRIELE**; Eu não sei se fui específica na primeira fala, O Piso de assistência social já pedi o pessoal para fazer o cálculo lá, para dar um valor, para dar uma diferença desse ano. Para o terceiro na questão do Piso de Proteção Especial acho que de hoje para amanhã a gente fazer essa conta na verdade precisava de um estudo de custo de serviço porque o governo Federal tem PAEF tem valor de medida sócio educativa, tem valor de piso de alta complexidade, aí valor para idoso, aí depende da quantidade de acolhidos, a gente não tem condições de fazer, a não ser que a gente determine um valor porque com relação ao custo de serviço da proteção especial a gente SEDESE de hoje para amanhã não tem condição de fazer esse cálculo é só isso que eu queria esclarecer Piso Mineiro mínimo é dois mil reais, total assim por ano é cinquenta e quatro milhões e alguma coisa. **CONSOLAÇÃO**; aqui eu sugiro, A Juanita recuperou do outro orçamento, daí a Gabriele me falou que piso variável é misturado entre básica e especial, então vamos pegar o piso de proteção especial de alta complexidade que é o único que a gente tem e a gente pega esse valor de nove milhões e tal. O importante pessoal é colocar é colocar ele no orçamento, eu fico imaginando sabe, agora qual valor se vai dar para financiar é o início. Agora é claro que pela tempestividade nós não vamos ter prazo a SEDESE para apresentar uma proposta para a gente, mais eu acho que é não perder essa oportunidade. **IVONE**; eu acho que só no meu pensamento nós aprovamos um plano de implantar dezessete CREAS regionais estão implantado quatro tem todo um custo disso não tem não os valores de quanto era isso? Tem oh tem esse valor. Mas eu estou falando se tem esse custo já cotado a proposta eram dezessete CREAS regionais, então foram implantados quatro faltam quantos, doze, treze né, quanto custam os treze naqueles valores, quanto que é? Daria quanto? Os restantes, muitos milhões mais do que os cinquenta e quatro da proteção básica? **CRISTIANO**; posso fazer só um comentário que assim, já que a proposta que foi desenhada em relação a esse piso que não existe um piso, porque atualmente não existe um piso de proteção social especial, porque a proposta que a gente está fazendo que a gente trouxe aqui ela é a proteção de média complexidade e alta complexidade. Considerando a discursão que foi feita aqui, nas conferências anteriores e também pegando um pouco dessas discursões que estão rolando agora nas conferências regionais e sabendo da realidade que a gente tem no estado hoje, o gargalo que a gente tem assim se eu pudesse priorizar alguma coisa em relação a média complexidade que é em relação aos CREAS só que a implantação de CREAS é uma coisa e o estado também tem uma previsão que está dentro desse chamado bloco da média que é a referência técnica, a gente tem um padrão que é de dois mil reais de cofinanciamento estadual para referência técnica. Aí só para refletir porque assim são várias questões né. **IVONE**; eu só acho que a área de base, o que nós estamos baseando para ter um valor ali, então quanto que custam as referências técnicas, tá é esse valor que nós vamos por ali, é isso que eu pensei **VOZES CRISTIANO**; só Ivone, só para referenciar vinte e seis referências técnicas a dois mil reais mês no ano doze é seiscentos e vinte e quatro mil tá lá no pleito tá bom só que essas vinte e seis referências técnicas são dos municípios que estão na área de abrangência dos quatro CREAS que estão na área atualmente, mas eu acho que pode, já que já foi o pleito além dos seiscentos e vinte e quatro a gente põe, é a gente pode, não existe previsão de implantação de novos CREAS **VOZES**. Eu acho que assim o ano que vem tem enorme possibilidade também. Eu acho que assim a gente tem uma, a demanda que existe é a seguinte seiscentos e setenta e cinco municípios de pequeno porte um, só cinquenta e seis tem CREAS. Então é assim uma demanda gigantesca ideal seria prever uma cobertura maior, mas eu acho que a gente tem de ter um tempo para pensar inclusive nesses pleitos para o ano que vem. **VOZES IVONE**, Conselheira Juanita estou sendo chamada a atenção que nós não estamos gravando essa discursão fora do microfone. Eu estou fazendo uma defesa da média complexidade e acho que nesse viés que a conselheira Juanita trouxe para garantir a implantação piso de proteção de questão social já pensando, nós estamos fazendo uma base do apoio ao técnico de referência, para balizar os valores. **JUANITA**; nós estamos pegando a base de cálculo da referência técnica que o estado pega. A deliberação do CEAS é depois da conferência é implantar o piso de proteção especial, como nós não temos nenhum parâmetro nós

estamos olhando aqui, qual o parâmetro que nós vamos usar para implantar o recurso, agora o que nós vamos fazer como nós vamos fazer é em outro momento. O cálculo que eu sugeri foi o piso variável não deu, agora estou sugerindo aqui o de referência CREAS é isso que nós estávamos vendo agora. **SANDRA**; então o que eu penso o piso variável dá para ser pensado nele sim, retira-se a parte da proteção básica que é a primeira é uma só, os outros todos são da média alta complexidade. Aí o que teria de fazer, a memória poderia ser retirando a proteção básica, porque a básica era serviço de convivência aí você tem os números dos demais serviços, a não conseguiu. **JUANITA** como não conseguiu gente nove milhões da alta complexidade **VOZES**, **IVONE**; eu acho que pode eu acho que o orçamento hoje da alta complexidade, ele é muito, mais da alta do que você trabalhar a média, no caso aí que você está discutindo em um estado que não tem como ampliar esse orçamento daí eu estava pensando continuar no técnico referência seiscentos e vamos. **JUANITA**; Presidente se a gente pedir quinhentos milhões e sair quinhentos mil é uma oportunidade fica a janela lá no orçamento o CEAS cumpriu o papel dele de implantar o piso mineiro, se nós conseguimos só quinhentos aí nós vamos pensar no critério para dividir quinhentos, mais eu acho assim que a gente tem de colocar essa pauta independente do valor que sair. Como nós não temos esse hábil para fazer isso, nós temos que fazer uma proposta aqui. **CRISTIANO**; não sei se faz sentido porque estou muito na lógica de referências técnicas. O cálculo aqui seria 100 municípios dois mil reais mês cada dão dois milhões e quatrocentos, ao mesmo tempo que a gente carente os vinte e seis abrangentes pelos quatro CREAS e havendo possibilidade do recurso a gente faz mapeação do coo financiamento para outros municípios do porte um sem CREAS. **JUANITA**; com a fala do Cristino me deu uma ideia. O Piso de proteção especial ele é maior do que o da básica então assim se a gente já tem o piso mineiro de assistência que é o valor de dois e vinte ou de três reais por pessoa, a gente poderia pensar nesse piso nesse valor mais cinquenta por cento que seria o piso de proteção especial iniciando com cem municípios, teriam um regramento também é mais essa ideia aqui para colocar na mesa. **VOZES** **IVONE-COGEMAS**, a não ser que, esses cem municípios de porte um e que não tenha o CREAS que ele tenha esse técnico de referência de proteção especial e que faça um publico aí de um terço das pessoas desse município podem estar recolhendo três e vinte mais cinquenta por cento **VOZES**. **JUANITA**; olha só vamos socializar para que, desculpa é a SEDESE tem a referência de valor financeiro da equipe de referência da proteção especial que repassa para grandes municípios a ideia é pegar esse valor multiplicar por cem municípios vezes doze parcelas, é o valor que a gente proporia para implantar o piso mineiro de proteção não é Gabriele não é isso, vai dar três milhões, quatro e duzentos está ótimo cinco milhões ano, é o orçamento é só do ano né. É a LOA. **IVONE**; então é uma proposta também decente nós não estaremos mais CREAS regionais, mas estamos dando um ponta pé no técnico de referência de proteção especial, é uma proposta né. Agora tem de fazer a colinha, nós temos de ir de cola. **MARTHA** você quer falar agora, ela que falar sobre a questão da relatoria, pode fechar a plenária e fica só quem vai para relatoria, se não ficam muitas cabeças.

Conselheiros	Representatividade	Assinatura
Claudia Maria Bortolot Falabela	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	
Cristiano de Andrade	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	
Francielly Ferreira Caetano	Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS/BH	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS de Pedro Leopoldo	

Isac dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	
Ivone Pereira Castro Silva	COGEMAS	
Janaina Reis do Nascimento	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	
João Alves Crisóstomo	CMAS Pirapora	
Luanda do Carmo Queiroga	FET SUAS	
Márcio Caldeira	ASPROM	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das Apae's	
Marta Maria Castro Vieira da Silva	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	
Patrícia Carvalho Gomes	CMAS Nova Lima	
Sandra de Fátima Veloso Costa	CMAS de Montes Claros	
Rosalia Aparecida Martins Diniz	Secretaria de Estado de Educação	
Wilson de Sales Lana	Secretaria de Estado de Fazenda	